PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
DO RIO DE JANEIRO

Luciana Teixeira Martinez

O DIA EM QUE O PASSADO SURGIU NO HORIZONTE DO PAÍS DO FUTURO

Tempos e espaços pós-coloniais no porto do Rio de Janeiro

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Relações Internacionais da Puc-Rio como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Marta Regina Fernández Y Garcia Moreno
Co-orientadora: Prof. Maíra Siman Gomes

Rio de Janeiro
Maio, 2018

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Luciana Teixeira Martinez

O dia em que o passado surgiu no horizonte do país do futuro: tempos e espaços pós-coloniais no porto do Rio de Janeiro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profa. Marta Regina Fernández Y Garcia Moreno
Orientadora e Presidente
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Profa. Maíra Siman Gomes
Co-orientadora
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. James Matthew Davies
Instituto de Relações Internacionais – PUC-Rio

Prof. Victor Coutinho Lage
UFBA

Prof. Augusto Cesar Pinheiro da Silva
Vice-Decano de Pós-Graduação
do Centro de Ciências Sociais – PUC-Rio

Rio de Janeiro, 11 de junho de 2018

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da autora, da orientadora e da universidade.

Luciana Teixeira Martinez

Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo (PUC-Rio, 2010). Trabalhou como jornalista em empresas de mídia e cultura por quase dez anos. Durante o mestrado, participou de congressos nacionais e internacionais com trabalhos ligados a teorias pós-coloniais e estudos da cultura. Entre seus interesses de pesquisa estão teorias de Relações Internacionais, principalmente pós-colonialismo, Brasil, raça e modernidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Ficha Catalográfica

Martinez, Luciana Teixeira

O dia em que o passado surgiu no horizonte do país do futuro: tempos e espaços pós-coloniais no porto do Rio de Janeiro / Luciana Teixeira Martinez ; orientadora: Marta Regina Fernández y Garcia Moreno ; co-orientadora: Maíra Siman Gomes. – 2018.
137 f. : il. color. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2018.

Inclui bibliografia

1. Relações Internacionais – Teses. 2. Relações internacionais. 3. Pós-colonialismo. 4. Colonização. 5. Brasil. 6. Temporalidade. I. Moreno, Marta Regina Fernández y Garcia. II. Gomes, Maíra Siman. III. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Instituto de Relações Internacionais. IV. Título.

CDD: 327

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Para o meu pai, José Carlos
(in memoriam)

Agradecimentos

Ao meu pai, José Carlos, quem desde cedo e sem saber me mostrou que o internacional está em casa, nas ruas e na vida. Quem me ensinou sobre encontros, encontros com respeito e afeto. E quem me ensinou, por início ou por fim, já não sei dizer e pouco importa, que estar aberto ao outro é a melhor forma de viver.

À minha mãe, Neuza, por nunca deixar de acreditar em mim e me dar forças sempre que preciso.

À minha irmã, Carolina, pelo amor e carinho diários e por trazer calma quando falta, e sempre me falta.

Ao meu Fernando, mais que marido, mais que amigo, meu companheiro de vida que leu, releu, revisou e sofreu comigo nesta solitária e árdua tarefa de escrever. Você está em todas estas páginas.

À minha querida orientadora, Marta, que não apenas topou caminhar comigo por entre fronteiras, como me incentivou a me perder e me encontrar e me perder de novo neste palimpsesto. Ter você por perto é um privilégio.

À minha querida co-orientadora, Maíra, com quem criei afinidades tão logo conheci e cuja atenção, trocas e carinho foram muito além de uma co-orientação.

À turma de mestrado de 2016.1, ter vocês ao lado tornou os últimos dois anos, sem dúvida, mais divertidos e instigantes.

A Amanda, Laís, Luiz, Pedro, Ricardo e Thaís, amigos de sala de aula, de bar e de vida, por todo apoio, conversas e inúmeras risadas. Já sinto saudades.

Aos muitos amigos que fiz no IRI, aos professores e também às amizades que reencontrei, em especial à Renata, por todas as conversas e trocas.

A todos os funcionários do IRI e, em particular, à Lia pela atenção e paciência diárias.

E à CAPES, pelos auxílios concedidos, sem os quais esta dissertação não teria sido mais que mero desejo. E à PUC-Rio, por toda infraestrutura de estudo oferecida aos alunos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Resumo

Martinez, Luciana Teixeira; Fernández, Marta (Orientadora); Gomes, Maíra Siman (Co-orientadora). **O dia que o passado surgiu no horizonte do país do futuro:** tempos e espaços pós-coloniais no porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018, 137p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A partir da imagem da Casa de Portugal (um navio-imitação das caravelas portuguesas cravejado de símbolos de exaltação ao colonialismo) atracada em frente ao Porto Maravilha, durante as Olimpíadas de 2016, a dissertação pretende refletir sobre as formas como a violência colonial é pensada, incorporada e ignorada temporal e espacialmente na sociedade contemporânea brasileira. Para isso, a pesquisa parte desta imagem específica para uma análise mais ampla do projeto Porto Maravilha, com atenção a alguns dos espaços erguidos e/ou reformados por ocasião dos Jogos Olímpicos de 2016, e circuitos a pé feitos na região. Trabalha-se com a contraposição de uma concepção disciplinadora do espaço (Porto Maravilha) e a ideia de espaço-palimpsesto, representado pela própria zona portuária e que se caracteriza como um espaço em que se sobrepõem diferentes camadas de tempo, de modo a afirmar coexistências, encontros, conexões. A hipótese a ser investigada é a de que a condição de possibilidade para pensar um futuro de progresso, no âmbito do Porto Maravilha, seria a noção de uma reconciliação do Rio com seu passado violento e, portanto, o restabelecimento de uma suposta harmonia que é vista como própria à cidade e aos brasileiros em geral. Tal narrativa, por sua vez, envolve diretamente a noção de que o que funda o Brasil é o encontro colonial harmônico entre diferentes raças e culturas.

Palavras-chave

Relações Internacionais; pós-colonialismo; colonização; Brasil; temporalidade; espaço; Porto Maravilha.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Abstract

Martinez, Luciana Teixeira; Fernández, Marta (Advisor); Gomes, Maíra Siman (Co-advisor). **The day past emerged at the horizon of the country of the future:** postcolonial times and spaces in Rio de Janeiro's port. Rio de Janeiro, 2018, 137p. Dissertação de Mestrado – Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Through the image of House of Portugal (a copy of Portuguese sailing ships used during colonial navigations) anchored in front of Porto Maravilha, during 2016 Olympic Games, this thesis intends to reflect upon the ways colonial violence is thought of, embraced and ignored temporally and spatially by Brazilian contemporary society. For such, this research departs from this specific image to a broader analysis of Porto Maravilha project, focusing on spaces built and/or renewed for the Olympics and walking tours taken around the port zone. The thesis works with the contrast of a disciplinary conception of space (Porto Maravilha) and the idea of space-palimpsest, represented by the port zone itself and where different histories overlap, find points of connection and continuities and also break into each other. The hypothesis to be investigated is that the condition of possibility to think about a future of progress, in the context of Porto Maravilha, would be the notion of reconciliation between Rio de Janeiro and its violent past, and therefore the reestablishment of a supposed harmony seen as proper to the city and to Brazilians in general. Such narrative, in turn, directly entails the notion that what founds Brazil is a harmonic colonial encounter between different races and cultures.

Keywords

International Relations; Postcolonialism; colonization; Brazil; temporality; space; Porto Maravilha.

Sumário

1.Introdução.....10

2. Rio, uma cidade fundamentalmente portuária.....20
2.1 Políticas de tempo e espaço e as (in)visibilidades do tempo do progresso.....22
2.2 Entre o velho e o novo, o sujo e o branco: um porto em suspenso.....35
2.3 Porto Maravilha: um futuro a ser consumido.....45
2.4 Conclusão.....53

3. Espaço, tempo e diferença: imagens do internacional.....56
3.1 Fronteiras, além de linhas no espaço.....58
3.2 Tempos suspensos: Museu do Amanhã e navio-Casa de Portugal.....65
3.3 O Porto Maravilha como uma imagem do internacional.....74
3.4 Conclusão.....82

4. Caminhando sobre um palimpsesto: as múltiplas conexões do porto.....84
4.1 Todo dia, nem sempre tudo igual: abstrações e modos de fazer cotidianos.....85
4.2 Diferentes formas de caminhar pela cidade pós-colonial.....92
4.3 Caminhadas pelo espaço, tropeços no tempo.....105
4.4 Cais do Valongo e Instituto Pretos Novos: o passado traz do chão a possibilidade de futuro.....112
4.5 Conclusão.....119

5. Considerações finais.....121

6. Referências bibliográficas.....129

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Lista de figuras

Figura 1 – Vista frontal do Jardim Suspenso do Valongo.
Foto minha, 2017.....41
Figura 2 – Adolescentes moradores do Centro saltam
na Baía de Guanabara. Gustavo Azeredo, Jornal Extra, 2015.....55
Figura 3 – Vista frontal do Museu do Amanhã.
Foto minha, 2017.....67
Figura 4 – Casa de Portugal atracada no porto do Rio de Janeiro.
Flávia Mantovani, G1, 2016.....71
Figura 5 – Sobrados no Largo de São Francisco da Prainha.
Foto minha, 2017 93
Figura 6 – Vista do topo da ladeira João de Homem,
no Morro da Conceição. Foto minha, 2017.....98
Figuras 7 a 11 – Desenho do mapa da zona portuária feito à mão sob lâminas de acetato com cinco circuitos diferentes feitos pela região. Ilustrações minha, 2018.....102 a 104
Figura 12 – Imagem do Cais do Valongo. Foto minha, 2017.....116

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

1
Introdução

A ideia de *flanagem*, como concebida por Charles Baudelaire e recuperada por Walter Benjamin, designa a coleta, a recolha e a reunião de imagens do espaço urbano em um lugar que já não o integra: um poema ou ensaio. O mesmo não se pode dizer sobre o flanar pós-colonial. Em Baudelaire, o flâneur é descrito como soberano de si, um poeta ou um artista capaz de circular por entre a multidão, atribuindo significados a rostos, cenas e objetos de acordo com sua vontade. O flâneur de Baudalaire trata, portanto, a cidade e seus personagens de uma maneira distanciada, muito próxima talvez do isolamento e da alienação (Tester, 2015). Walter Benjamin faz uma releitura do flâneur a partir da nova cidade que observa surgir em Paris. A partir da racionalização dos espaços urbanos, com técnicas de regulamentação, controle da população e ordenação do espaço, já não é mais possível flanar livremente pela cidade ou encontrar os mistérios por entre suas ruas, tal qual fazia o flâneur-poeta de Baudelaire. A racionalização do espaço urbano retirou o mistério da cidade, afirma Benjamin. Ao reconhecer as fronteiras e barreiras do flanar dentro da cidade, da Paris moderna, Benjamin declara a morte do flâneur como descrito por Baudelaire. Segundo Tester (2015), entretanto, um paradoxo se coloca em relação à especificidade histórica do flâneur: "[p]or um lado, resta pouca dúvida sobre o fato de que o flâneur é específico a um tempo e um espaço parisiense. Por outro, o flâneur é usado como uma figura para iluminar questões da vida urbana independente de tempo e lugar" (p. 16, tradução minha). Neste sentido, o flâneur se descola da Paris do século XIX ou início do XX e surge em diversos momentos como figura para pensar a cidade, várias delas.

Se o flâneur de Baudelaire transita a poucos passos da alienação, sua versão pós-colonial assume uma postura crítica e atenta a histórias que foram apagadas ou tiveram outras escritas por cima e hoje se revelam como rastros, vestígios e espectros. Neste sentido, o flâneur pós-colonial – ao contrário de seu precursor na

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Paris do século XIX – vagueia com o intuito de "escavar as participações esquecidas de populações marginalizadas e escravizadas" na construção de uma cidade global (Hartwiger, 2016, p. 2, tradução minha). Assim é, portanto, que o flâneur pós-colonial revela em seu caminhar a convivência e a co-constituição entre processos de dominação colonial e imperialista e a narrativa da metrópole cosmopolita do século XXI. Cosmopolita para alguns, inalcançável para outros.

Enquanto o flâneur de Baudalaire caminha sem se envolver com a multidão, como um observador distante e deslocado, o flâneur pós-colonial caminha com intenção e reconhece tanto hierarquias e relações de poder, como a maneira com a qual o espaço que ocupa nelas influencia seu andar e seu olhar. Parece ainda haver uma tarefa incluída em seu caminhar, a de proporcionar com ele uma leitura contrapontual da globalização. Isto é, ao observar um espaço específico e as interações que o formam, o flâneur pós-colonial questiona, procura seus contextos, faz um esforço de historicizá-los, "prestando atenção a hierarquias e nexos poder-conhecimento embutidas neles" (Chowdhry, 2007, p. 115, tradução minha). Ler contrapontualmente, afirma Chowdhry, é também uma tentativa de "recuperar um conhecimento que não seja coercitivo ou dominador" (Idem).

E, contudo, entre o flâneur moderno e o pós-colonial permanece uma missão: a espacialização do tempo. Apesar das diferentes lentes e intenções, ambas figuras caminham em busca de rastros na cidade, como o "longínquo de países e épocas irrompe na paisagem e no instante presente" (Benjamin, 2009, p. 464). Ao buscar traços de outras épocas e outros tempos na cidade, argumenta-se, ambos buscam imagens do tempo no espaço. Mas estes são apenas dois dos tipos de caminhar pela cidade analisados por esta dissertação. Ao seguir os passos de outros caminhantes, esta dissertação aponta para diferentes formas de andar pelas ruas da cidade e sua influência na espacialidade. Em outras palavras, caminhar pode ser uma forma tanto de reforçar barreiras, como de deslocá-las, criar novos percursos, novas formas de experimentar, ocupar e criar o espaço urbano.

A relação entre caminhar e construção do espaço, por sua vez, está relacionada a outra noção central a esta dissertação: a do espaço-palimpsesto. Desenvolvida a partir do conceito de palimpsesto de Andreas Huyssen (2014), definido como fluxos de memória que se acrescentam e se apagam à medida que se deslocam no

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

tempo (p. 178), a ideia de espaço-palimpsesto articulada nesta dissertação combina a perspectiva de Huyssen de tempos e histórias que se ligam e se sobrepõem, constituem uns aos outros formando um desenho de camadas temporais como um palimpsesto com a dimensão de fluxos interrompidos e barreiras impostas pelas histórias e hierarquias que formam o próprio espaço. A figura do palimpsesto concebida neste trabalho atenta, portanto, para a transversalidade entre tempos no espaço, futuro, presente e passado se misturam, se sobrepõem, encontram pontos de continuidade e de ruptura. O palimpsesto é composto, neste sentido, por diferentes camadas de tempo sobrepostas sem que nenhuma delas ocupe o espaço sozinha nem se deixa apagar completamente. Há, assim, uma possibilidade constante de que o passado irrompa no presente e, desta maneira, desloque o tempo, provocando o surgimento de algo novo, de um novo espaço. Ao caminhar com um olhar pós-colonial pelo palimpsesto que forma a zona portuária, espera-se reconhecer, ao mesmo tempo, a confusão de tempos e a capacidade do passado tanto de irromper quanto de criar e, ainda, relembrar que além da fluidez entre as camadas de tempo há as hierarquias e relações de poder que fazem com que algumas camadas sejam mais visíveis que outras.

Assim, ao tratar da zona portuária do Rio de Janeiro e das recentes obras urbanísticas no âmbito do projeto Porto Maravilha, a dissertação contrapõe a ideia de espaço-palimpsesto a uma concepção disciplinadora de espaço que ao mesmo tempo o vê como mera superfície e objeto de intervenção e tenta delimitar áreas onde tempo e histórias devem ser contadas. Neste sentido, enquanto o Porto Maravilha – objeto central de investigação desta dissertação – parece ter tentado criar pequenas ilhas para contar as diferentes histórias e eras que formam a zona portuária (a influência portuguesa, a memória africana, o futuro concretizado pelo estágio global), a metáfora do palimpsesto nos sugere *que o espaço é tanto uma construção política como está formado por diferentes camadas de tempo* – é o encontro entre histórias, trajetórias e diferenças. Um encontro que pode ser criativo ou conflituoso.

Esta dissertação fala, portanto, sobre encontros, tempos que se imbricam, se adensam, se confundem, se apagam e se chocam; diferença e multiplicidades; e, redescobertas e reinvenções. E ela mesma surgiu de um encontro. O encontro com

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

uma imagem. Uma imagem na qual percebi que via o tempo. À época dos Jogos Olímpicos de 2016, a imagem de um navio imitando uma caravela portuguesa atracado no "novo" porto da cidade do Rio de Janeiro me chamou atenção. Na imagem, pessoas faziam fila para entrar na embarcação e a legenda da foto explicava, tratava-se da Casa de Portugal, um espaço onde o país decidiu exibir suas história e cultura para turistas e cariocas. Enquanto autoridades brasileiras narravam os Jogos Olímpicos como a grande oportunidade do Brasil concretizar o progresso, alcançar enfim o tão almejado futuro, deixando de lado sua condição de atraso e de país do Terceiro Mundo, Portugal, sua ex-metrópole, decide atracar um navio repleto de símbolos de exaltação ao colonialismo no território de sua maior e mais rica ex-colônia. Não apenas no território, aliás, mas em frente ao "novo" Porto Maravilha, maior símbolo do suposto avanço alcançado com as Olimpíadas. Neste momento, então, o passado emergia no horizonte do país do futuro.

A partir desta imagem foi possível não apenas pensar em uma dissertação futura, mas ainda rever estudos passados. Diante da estranha imagem da caravela portuguesa no porto do Rio de Janeiro e daquela pequena multidão em fila para visitar alegremente aquele espaço, coloquei-me a pensar sobre a condição pós-colonial do Brasil.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2003), o colonizado de língua portuguesa sofre um duplo problema de auto-representação: em relação ao colonizador que de fato o colonizou, Portugal; e em relação à própria história da colonização, escrita em larga medida a partir das experiências de ex-colônias britânicas, francesas e espanholas. Em outras palavras, além da questão colonizador-colonizado, a experiência de exploração colonial portuguesa ainda encontra pouco espaço nas narrativas sobre o colonialismo mundial. A literatura pós-colonial nas Relações Internacionais, argumenta-se, seria um retrato desta disparidade. Apesar da importância dos autores decoloniais da América Latina, como Aníbal Quijano e Walter Mignolo, pouco se debate sobre as experiências brasileiras. Esta dissertação é, portanto, uma tentativa de incluir a experiência brasileira no mapa dos debates pós-coloniais, mostrando em que medida a violência colonial se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

articula com o desejo de progresso e modernização que tentou ser avançado com o projeto do Porto Maravilha.

Por outro lado, a relevância da dissertação se confirma diante do próprio contexto atual da cidade do Rio de Janeiro. Hoje, mais do que nunca, em um contexto de falência econômica do estado e lideranças políticas que expressam práticas de intolerância, o Rio tem sido objeto de uma série de discussões que comparam o entusiasmo em torno da transformação da metrópole em cidade global e seu estado atual. Ao mesmo tempo, diante de incertezas que se colocam diariamente no país, o Rio parece reafirmar sua particular posição de produtor de narrativas nacionais. Se, a transformação do Rio em cidade global em 2016, argumenta-se, significaria a mudança do Brasil para um novo patamar a nível mundial, sua entrada no rol dos países civilizados; hoje, o Rio se torna centro das disputas entre narrativas que veem a saída para uma sociedade mais justa em debates além da esfera da segurança e de políticas de intervenção e controle e aqueles que parecem desejar a continuação de relações desiguais históricas.

Por fim, a escolha do porto como objeto de estudo parece ser particularmente iluminadora para o debate sobre a condição pós-colonial brasileira. Espaço de ambivalência, o porto do Rio é o lugar onde histórias se encontram e a violência mostra seus rastros e continuidades históricas. Lá, o encontro mostra sua potência de criação (como, por exemplo, na história do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos) e destruição (como nas reformas de Pereira Passos e nas inúmeras remoções feitas por este e pelo prefeito Eduardo Paes, mais de um século depois).

É também a partir da análise da zona portuária, tanto das obras do Porto Maravilha, quanto de seu cotidiano, que analiso uma segunda imagem: a do porto como retrato do internacional. Portos surgem com a expansão colonial europeia, são postos comerciais e o início de muitas cidades erguidas pela exploração colonial. Ao mesmo tempo, são espaços que já surgem transnacionais, reunindo mercadorias e pessoas de diferentes lugares do mundo. São, de certa forma, peças essenciais para o desenvolvimento do capitalismo, mas também foram palco de muitas revoltas de resistência a ele (Linebaugh & Rediker, 2008). No caso do porto do Rio de Janeiro, observa-se a partir do início do século XX reformas para *modernizá-lo* e *ordernar* seu sistema de trapiches, considerado *caótico* e

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

demasiado fluído (Velasco e Cruz, 1999). Como Inayatullah e Blaney (2004, 2016) identificam a equação entre diferença e perigo com o surgimento do estado moderno na Europa e seus desdobramentos no desenho da sociedade internacional de estados, esta dissertação também percebe a transformação da diferença em problema a ser combatido pelo projeto do Porto Maravilha. Neste sentido, as obras de *revitalização* da zona portuária do Rio de Janeiro reproduzem um entendimento moderno de diversidade, no qual as diferenças devem ser alocadas em espaços específicos, mediadas e contidas. As diferentes histórias e trajetórias que formam o porto do Rio são, neste contexto, narradas a partir de *desconexões*, cada uma ocupa um *lugar* no projeto e suas interligações são minimizadas.

A partir do estudo da zona portuária e da condição pós-colonial brasileira, portanto, a dissertação reflete sobre como determinadas concepções de tempo e espaço são articuladas no projeto do Porto Maravilha. E como tais articulações se conectam com as formas em que a violência colonial é pensada, incorporada e ignorada na sociedade brasileira contemporânea. Mais especificamente, deseja-se usar a figura do espaço-palimpsesto para pensar o porto do Rio em sua multiplicidade, como produtor de diferentes tempos e trajetórias e um lugar formado por ambivalências, e, ainda, como possibilidade de *reinvenção* da imagem de um internacional que reconheça e evidencie as relações entre modernidade e colonização; escravidão e capitalismo; desigualdade e explorações históricas. Além disso, espera-se tornar sensíveis passados apagados a partir da análise de espaços como o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), o Cais do Valongo, o Museu do Amanhã e o navio-Casa de Portugal; e questionar, a partir de um ponto de vista contrapontual, como e sob que circunstâncias o projeto do Porto Maravilha é produzido e narrado de modo a tentar inscrever um tempo único sobre a zona portuária.

A **hipótese central** que guia esta dissertação é que a condição de possibilidade para pensar um futuro de progresso, no âmbito do Porto Maravilha, seria a noção de uma reconciliação do Rio de Janeiro com seu passado violento e, portanto, o restabelecimento de uma suposta harmonia que é vista como própria à cidade e aos brasileiros em geral. Tal narrativa, por sua vez, envolve diretamente a noção de que o que funda o Brasil é o encontro colonial harmônico entre diferentes raças

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

e culturas. O porto do Rio, no entanto, seria um constrangimento para tal percepção, uma vez que nele o passado violento colonial irrompe constantemente, revelando que a harmonia supostamente brasileira é mais retórica de um pequeno grupo do que o cotidiano da sociedade.

Mas, se a harmonia está mais próxima de ser um mito falacioso do que realidade, *por que o navio português cravejado de símbolos de exaltação ao colonialismo atracado no porto do Rio não causou nem estranhamento, nem revolta?* É isto que esta dissertação pretende entender. Um dos argumentos aprofundados aqui é que tal episódio se torna possível porque o navio português não é narrado de modo a criar conexões com o presente e outros espaços do cotidiano carioca. Ou seja, seriam justamente as tentativas de isolamento da colonização em um passado fechado e distante que possibilitariam esta relação indiferente diante de símbolos que ali celebravam algo que significou massacre e exploração para muitos grupos de brasileiros.

A segunda pergunta de pesquisa surge logo em seguida: *quais as políticas de visibilidade, o que se quer revelar e o que se quer evitar, no projeto do Porto Maravilha?* O porto é, afirma-se, o espaço da coexistência de trajetórias, histórias e tempos, é a fronteira em si. Diante da ambivalência radical do porto, a dissertação quer perceber e tornar sensíveis processos de sufocamento da diferença. Em outras palavras, pretende-se indagar – a partir de um debate sobre tempo e espaço e uma abordagem que mistura discussões próprias à estética (Rancière, 1996; 2014) e ao pós-colonialismo (Bhabha, 1990; 2014; Sousa Santos, 2003; 2010a; 2010b; Inayatullah & Blaney, 2004; 2016; Nascimento, 2016) – de que modo a compartimentalização do espaço, a desconexão entre marcos e histórias, não seria uma forma de disciplinar diferenças, apagando a violência a partir da qual elas são produzidas.

Uma vez descrita a abordagem teórica com a qual o leitor se deparará nas próximas páginas, uma que se encontra talvez na dobra entre o pós-colonialismo e o pós-estruturalismo, é preciso explicar as estratégias metodológicas, analíticas e as fontes de pesquisa mobilizadas na construção dessa dissertação. Como dito, o caminhar pela cidade e o espaço-palimpsesto se tornam, respectivamente, formas de acesso e metáfora de partida desta dissertação. As formas escolhidas para

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

capturar partes e momentos do palimpsesto que compõe a zona portuária foram: (1) acompanhamento a circuitos turísticos feitos a pé na região (uma atividade que ganhou força e se multiplicou junto com as obras feitas para as Olimpíadas); (2) imagens fotográficas tiradas tanto por mim durante as caminhadas na região como de outros autores; e, (3) o desenho de um mapa com trajetos sobrepostos de circuitos, assim como a rota oficial da Prefeitura dedicada à memória africana e o percurso criado pela iniciativa Passados Presentes – Memória da Escravidão no Brasil, organizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) que reúne um roteiro a pé em um aplicativo de celular.

Além disso, três entrevistas foram realizadas a fim de complementar a pesquisa. Entre os meses de abril e maio de 2018, conversei por telefone com Ana Maria de la Merced Guimarães dos Anjos, fundadora do IPN, sobre a *descoberta* do Cemitério dos Pretos Novos no terreno de sua casa na Gamboa e as dificuldades envolvidas na criação e na manutenção do Instituto, e também com a historiadora e professora da UFF Martha Abreu sobre o projeto Passados Presentes, o envolvimento de líderes locais na criação do circuito Pequena África e percepções sobre a forma como o projeto Porto Maravilha lida com as memórias africanas na zona portuária. Em uma troca de e-mails neste mesmo período, entrevistei também Karen Eline, uma das idealizadoras do grupo Revelando o Brasil, responsável por uma série de *walking tours* na cidade do Rio e que hoje trabalha com sete rotas diferentes só no porto.

A escolha por acompanhar os circuitos se deu por três motivos. Primeiro, identificou-se tal prática como algo cada vez mais recorrente na zona portuária, uma nova forma turística de ter contato com aquele espaço. Segundo, tais circuitos são vistos aqui como um potencial meio de criar novas espacialidades na região. Ocupam, portanto, um lugar ambíguo: são parte de uma narrativa turística da região, ao mesmo tempo que podem revelar espaços sub-narrados no projeto do Porto Maravilha. Terceiro, a análise de vários circuitos ajudou a delimitar o objeto de análise desta dissertação. Ao identificar que a maioria das atividades ocorriam nos arredores da Praça Mauá, esta pesquisa optou por se ater a Saúde e Gamboa, apesar de a definição oficial da zona portuária ser composta por outros bairros além destes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Por outro lado, a sobreposição dos circuitos, argumenta-se, permite a visualização de como diferentes histórias estão conectadas, se sobrepõem espacialmente e fazem parte da história da zona portuária. O mapa criado ilustra isto. Para fugir de um ideal estático, entretanto, o mapa foi desenhado à mão e os circuitos foram postos um em cima do outro, página a página, em lâminas de acetato, com o intuito de trazer movimento ao desenho. Imagens do mapa com as lâminas dos trajetos uma a uma somadas estão reunidas nas páginas 102 a 104. Já as fotos são imagens que trazem em seus fragmentos sobreposições de tempos, além de revelar irrupções do passado no presente.

Com isto em mente, a dissertação se estrutura da seguinte forma:

O **Capítulo 2**, "Rio, uma cidade fundamentalmente portuária", recupera a história do porto do Rio de Janeiro para argumentar que este é um espaço de fundação e re-fundação da cidade. Esta seção analisa as reformas Pereira Passos e Porto Maravilha como exemplos de tentativas tanto de marcar na zona portuária a chegada de um novo tempo como disciplinar as ambivalências que fazem parte da região. Ao trazer uma análise teórica sobre políticas de tempo e espaço, o capítulo discute sobre as concepções em jogo no projeto do Porto Maravilha e o papel central do consumo na dita revitalização da região.

O **Capítulo 3**, "Espaço, tempo e diferença: imagens do internacional", analisa tentativas de desmembramento do tempo em espaços encerrados a partir da análise do Museu do Amanhã e do navio-Casa de Portugal. Ao trazer uma discussão sobre fronteiras como pontos de conexão e desconexão, o capítulo investiga as formas como o projeto Porto Maravilha lidou com a diferença e chega, assim, a outra imagem: a do porto como retrato do internacional.

Se o capítulo três se concentra na análise de espaços construídos ou renovados pelo projeto do Porto Maravilha, o **Capítulo 4**, "Caminhando sobre um palimpsesto: as múltiplas conexões do porto", observa o movimento de diferentes caminhadas e circuitos da zona portuária. Observa-se dois pontos principais: a existência de um palimpsesto de caminhadas, no qual certas rotas são interrompidas e outras ganham destaque a partir das obras olímpicas, e a possibilidade de o cotidiano aparecer como espaço de resistência e reinvenção de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

articulações espaço-temporais, ainda que brevemente. Tendo em vista esta última questão, analisa-se diferentes narrativas em torno da Pequena África, o Cais do Valongo e o IPN como exemplos de encontros criativos com outros tempos.

As **Considerações finais** retomam algumas imagens para pensar a relação que o Brasil tem desenvolvido com o passado e refletir sobre sua ligação ambígua com passado colonial. Um país que nega sua condição de ex-colônia, colocando-se continuamente no futuro, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, afirma sua singularidade no encontro colonial. Ou seja, coloca-se no mundo como um país onde o encontro entre raças, culturas e povos é especialmente harmônico, encontro este que tem início em 1500.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

2

Rio, uma cidade fundamentalmente portuária

Aqui tudo parece
Que ainda era construção
E já é ruína
Caetano Veloso, *Fora da Ordem* (1991)

A história da cidade do Rio de Janeiro se confunde e está amplamente conectada com a história de seu porto, de modo que desvinculá-las ou separá-las se torna quase impossível. Durante o período colonial, o porto desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da cidade, sendo a riqueza do Rio muitas vezes atribuída às suas atividades portuárias. No século XVI, o porto carioca já era o maior do Brasil, inclusive em importação de escravos (atividade que esteve na base da economia da cidade até meados do século XIX), e havia se tornado um importante ponto de conexão para as embarcações portuguesas que iam em direção tanto ao Rio da Prata, quanto às colônias na África Ocidental, na Península Indiana, na China e no Sudeste Asiático (Azevedo & Pio, 2016). Neste sentido, desde sua fundação, o porto do Rio e, por conseguinte a cidade, se estabeleceu ao mesmo tempo como um importante posto para o próprio país e um ponto de conexão com territórios internacionais; desdobrava-se desde cedo para dentro e para fora.

Com a chegada da Corte Portuguesa, em 1808, a abertura dos portos e a expansão da produção de café, o porto do Rio teve seu crescimento impulsionado e se tornou o segundo mais importante da América do Sul, atrás apenas de Buenos Aires. A centralidade da zona portuária e suas atividades para a economia e as relações sociais da cidade fizeram, por outro lado, com que o porto fosse repetidas vezes objeto de intervenções urbanas que ora visavam sua melhoria com ações pontuais, ora sua completa remodelação. Na virada do século XIX para o XX, quando o Rio de Janeiro teve sua primeira intervenção urbana sistemática, o porto foi escolhido pelo então presidente Rodrigues Alves como prioridade:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

> Os defeitos da Capital afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional. A sua restauração no conceito do mundo terá o início de vida nova, o incitamento para o trabalho na área extensíssima de um país que tem terras para todas as culturas, climas para todos os povos e explorações remuneradas para todos os capitais. As condições de salubridade da capital, além de urgentes (...), dependem de um bom serviço de abastecimento de água, sistema regular de esgotos (...) Parece-me, porém, que o serviço deve começar pelas obras de melhoramento do porto, que tem de constituir a base do sistema e hão de concorrer não só para aquele fim utilíssimo, como evidentemente para melhorar as condições de trabalho, as do comércio e, o que não deve ser esquecido, as da arrecadação de nossas rendas. (Alves, 1903 *apud* Benchimol, 1992, p. 212).

A fala de Rodrigues Alves revela dois aspectos importantes a serem aprofundados nesta dissertação. O primeiro, a associação entre produção de uma nova imagem do Rio e também de um novo imaginário nacional, o que demonstraria como as narrativas da cidade impactam em narrativas de progresso nacional. Existe, sob este aspecto, portanto, uma confusão de escalas, uma articulação entre diversas fronteiras, nas quais a cidade impacta as narrativas nacionais, importantes tanto para as imagens construídas de Brasil dentro do próprio país, como na forma como somos vistos pelo olhar do outro estrangeiro. E, em segundo lugar, o porto como o espaço onde a "modernização" – ou em outras palavras, o próprio futuro – da cidade deve ser marcado primeiro. Neste sentido, é como se, ao transformar a zona portuária ou reinventá-la, autoridades estivessem marcando a chegada de um novo tempo e de uma nova história em toda a cidade. Ambos pontos, argumento nesta dissertação, são ressonantes em discursos atuais sobre o Porto Maravilha.

Por outro lado, parece importante destacar também as ambivalências que fazem parte do próprio porto. É um dos objetivos desta dissertação resgatar um entendimento do porto como espaço tanto de heterogeneidade, quanto de liminaridade. Limite entre mar e território, lugar de circulação de mercadorias, pessoas e ideias, o porto reúne diversos espaços e contém diferentes tempos. Borra, portanto, a concepção de espaço enquanto algo unificado, com fronteiras claras e homogêneas, assim como a ideia de tempo como dado e linear. Significa, para alguns, esperança; para outros, é o cenário de uma entrada forçada em uma comunidade estrangeira. No caso específico do porto do Rio de Janeiro, com frequência diferentes histórias e passados – como os de negros escravizados, de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

imigrantes, de trabalhadores, da cidade colonial e da própria modernização – se sobrepõem, apontando pontos de continuidade e de ruptura.

Este capítulo recupera as duas principais reformas pelas quais o porto do Rio de Janeiro passou desde sua fundação com o objetivo de construir a ideia da zona portuária como espaço de fundação e re-fundação da cidade. Ou, em outras palavras, demonstra como em momentos em que se pretende afirmar uma superação (ou, talvez, uma evolução) da cidade, o porto se torna objeto de intervenções. Através desta análise, no entanto, a dissertação mostra como tentativas de re-fundação (e, neste sentido, reinvenção) do porto e do Rio incluem tentativas de apagamento de uma parcela da população ou mesmo de algumas histórias e passados cariocas. O intuito é associar as ambivalências do porto com tentativas de discipliná-lo, mostrando como a violência colonial se articula com a produção do espaço e determinadas concepções de tempo.

Para isto, o capítulo será dividido em três seções. A primeira recupera noções de espaço e tempo como articulação política a partir de autores da geografia crítica, pós-coloniais e decoloniais. Além disso, traz a metáfora do espaço-palimpsesto para dar conta da confusão de tempos, trajetórias e histórias que constituem o porto do Rio de Janeiro, apesar de reconhecer que esta imagem se revela insuficiente para tratar de hierarquias e relações de poder em jogo na disputa pela construção de narrativas sobre a zona portuária. O item seguinte aborda mais especificamente o porto como espaço de ambivalência radical e algumas tentativas de discipliná-lo. Como, por exemplo, discursos do porto como zona degradada e abandonada ajudaram repetidas vezes a respaldar intervenções no local. A terceira seção analisa de que maneiras narrativas modernas de progresso se articulam com noções neoliberais de empreendedorismo e consumo nos discursos do “novo” Porto Maravilha. Por fim, a conclusão traz breves episódios nos quais a narrativa de harmonia do Porto Maravilha é perturbada, ainda que brevemente.

2.1

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Políticas de tempo e espaço e as (in)visibilidades do tempo do progresso

Esta dissertação parte de duas premissas: a primeira que tempo e espaço são articulações políticas e, a segunda, que os dois fenômenos devem ser pensados juntos. Esta seção estrutura estes dois pontos de partida e reflete como concepções de tempo e espaço se conectam com formas de imaginar comunidades políticas e cotidianos e se articulam, neste sentido, com formas de narrar o passado e a violência coloniais.

Para Boaventura de Sousa Santos (2010a), concepções de tempo, temporalidade e espaço se relacionam intimamente com compreensões de mundo e as formas pelas quais elas criam e legitimam hierarquias e relações de poder. No caso da modernidade ocidental, por exemplo, uma noção de tempo focada no futuro e no progresso, legitimou discursos de classificação de povos e espaços fora da Europa como atrasados e selvagens, ou seja, representantes do passado na modernidade. Para o autor, toda teleologia, na lógica moderna, pressupõe a escolha de um passado específico como condição para legitimação de um futuro único. A hipótese desta dissertação é que no caso do Brasil e – especificamente no projeto do Porto Maravilha e as expectativas geradas em torno dele – a condição de possibilidade para imaginar um futuro de progresso envolveria a noção de uma reconciliação do Rio de Janeiro com seu passado violento e, logo, o restabelecimento de uma suposta harmonia que seria própria à cidade e aos brasileiros. Tal narrativa envolve, argumenta-se, a noção do que o que funda o Brasil é um encontro colonial harmônico, pluricultural e menos violento, uma fundação que reverberaria na sociedade brasileira até os dias atuais e na sua suposta tendência a ser *aberta a todos os povos, pacífica e festiva*.

Em *Casa-Grande & Senzala* (2003), Gilberto Freyre traz as bases para o discurso que por décadas foi dominante no pensamento social brasileiro e chegou a fazer parte do senso comum, a noção de democracia racial. A partir da análise da colonização portuguesa, suas supostas singularidades em relação a outras formas de dominação europeia e dos papeis do índio e do negro na formação da sociedade brasileira, Freyre cria uma teoria que identifica as influências de cada um destes grupos na sociedade brasileira contemporânea. Ao se debruçar sobre a história de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Portugal, Freyre encontra o que seriam tendências sociais que depois foram enraizadas no Brasil, entre elas a da miscigenação[1]. Entre as "heranças" da colonização, segundo Freyre, estariam a liberdade do encontro entre "tradições diversas" e uma "fusão harmoniosa" (p. 115). Algo, afirma o sociólogo, que seria único, próprio ao Brasil, um país fundado entre a matriz europeia e a espontaneidade, o frescor da imaginação e emoção vindo do que ele chama de "grande número" (Ibidem). Outra característica vinda de Portugal e levada adiante pela sociedade brasileira seria o equilíbrio de antagonismos:

> (...) a formação brasileira tem sido, na verdade, (...), um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economia e de cultura. A cultura europeia e a indígena. A europeia e a africana. A africana e a indígena. A economia agrária e a pastoril. A agrária e a mineira. O católico e o herege. O jesuíta e o fazendeiro. O bandeirante e o senhor de engenho. O paulista e o emboaba. O pernambucano e o mascate. O grande proprietário e o pária. O bacharel e o analfabeto. Mas predominando sobre todos os antagonismos, o mais geral e o mais profundo: o senhor e o escravo. (Ibidem, p. 116).

Amortecendo os choques destes encontros antagônicos ou harmonizando-os, Freyre narra o Brasil como uma sociedade em que a confraternização entre raças e a mobilidade social se deu de forma particularmente livre e fácil. Um país hospitaleiro, moralmente tolerante, onde a matriz europeia é "amolecida", suavizada, a partir do contato com culturas africanas. Se a narrativa de Freyre romantiza o encontro colonial, retirando-lhe qualquer conotação de violência, os discursos em torno do reencontro do Rio com seu passado, que seria promovido pelo Porto Maravilha, não fogem desta linha. Apesar de não negar a existência da violência colonial, o Porto Maravilha, argumenta esta dissertação, foi pensado como uma tentativa de restabelecimento da harmonia narrada por Freyre, desta suposta brasilidade. Neste sentido, o Porto Maravilha também exigia um certo apagamento (ou um distanciamento do passado) da violência colonial para que a narrativa de cidade global e de sociedade de primeiro mundo fosse construída para

[1] Apesar de reconhecer que a miscigenação foi incentivada para dar conta do baixo índice demográfico português e a necessidade de povoar colônias de vasto território, Freyre argumenta que a mistura entre portugueses e mulheres de outras etnias ocorreu devido a uma propensão singularmente lusitana de se misturar. Neste sentido, os portugueses seriam, de acordo com Freyre, um povo menos racista. O fator de discriminação para os portugueses, afirma ele, não era a raça, era a religião. A miscigenação é, portanto, retirada de seu contexto político. Os encontros entre colonizadores e mulheres negras e índias chegam ser narrados com ares de romance, ignorando o fato de que tais relações, com grande frequência, eram forçadas, violações físicas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

e pelo Rio de Janeiro. Apaga-se a violência e transforma o passado colonial em um bem cultural, em produto a ser consumido.

Ao criticar um movimento similar ao que descreve Sousa Santos (2010a), Doreen Massey (2005) afirma que a modernidade transformou espaços em tempos, reduzindo a coexistência de espaços diversos em uma posição na fila da história. Em outras palavras, a construção de uma narrativa de universalidade – a ideia de que existiria uma grande e única história do mundo e que povos, culturas e países ocupariam apenas estágios temporais distintos desta mesma grande trajetória – impede, segundo a autora, a emergência de narrativas múltiplas e coexistentes. A inscrição do universal reflete no que Sousa Santos (2010b) chamou de epistemicídio, ou seja, a subjugação e o apagamento de outras formas de saber em favorecimento de uma visão de mundo europeia.

Noções de tempo e espaço, afirma esta dissertação, podem ser vistas como um exemplo desta colonização do saber. Se, por um lado, como apresenta Massey, a concepção moderna de espaço impede a emergência de narrativas múltiplas e a coexistência de diferentes; por outro, esta forma de pensar o espaço implica não apenas a dominação do tempo sobre o espaço, como sua separação. Segundo Smith (1999), a divisão entre tempo e espaço é algo próprio às ciências ocidentais modernas e encontrou muita resistência entre populações indígenas, algumas delas não tinham sequer palavras específicas para designar cada um destes fenômenos. Tempo e espaço, muitas vezes, eram descritos pelo mesmo vocábulo. Em *For Space* (2005), Massey defende inclusive que tempo e espaço sejam – de novo – pensados em associação. A autora reflete:

> (...) tempo e espaço devem ser pensados juntos: isto não é uma mera firula retórica, mas algo que influencia como pensamos em ambos termos; pensar em tempo e espaço junto não significa que eles sejam idênticos, significa que a imaginação de um terá repercussões (nem sempre levadas a cabo) para a imaginação do outro e que espaço e tempo estão implicados um no outro; isto traz à tona alguns problemas que até o momento pareciam (logicamente) insolúveis e isto tem reverberações para pensamentos sobre a política e o espacial. (p. 18, tradução minha).

Segundo Massey, o espaço é comumente pensado como uma superfície, algo contínuo, dado e estático, enquanto o tempo é descrito como dinâmico, mutável e histórico. Tempo e espaço são, portanto, descritos como um binário, no qual o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

espaço é narrado como contrário ao tempo; ou melhor, como a ausência de tudo que o tempo é/tem. Apesar de tal dualismo não ser problematizado, ele traz efeitos sociais e políticos e está atrelado à imaginação – por exemplo – do espaço como algo sem história, à espera de ser conquistado, um objeto meramente de intervenções. Pensá-lo, ao contrário, como um lugar de encontro de histórias e trajetórias, muitas vezes discordantes, nos permitiria entender o espaço em sua multiplicidade. Talvez o conceito de eventos espaço-temporais seja onde a autora melhor desenvolve a conexão entre tempo e espaço. Uma vez que entendemos lugares como espaços inscritos de significados, a integração entre espaço e tempo revelaria a dimensão porosa e instável das fronteiras espaciais, visto que lugares são articulações contínuas entre narrativas, histórias e interações (Summa, 2016); ou seja, mudam de acordo com o tempo. Neste sentido, o espaço – assim como o tempo – é sempre resultado (e produtor) de relações de poder e disputas políticas e não deve ser entendido como fechado e estático ou como mero lugar de intervenção, destituído de trajetórias próprias. "Não é que interações entre objetos ocorram *no* espaço e *no* tempo; estes relacionamentos em si é que *criam/definem* espaço e tempo" (Stannard, 1989, p. 33 *apud* Massey, 1993, p. 152, tradução minha, grifos originais).

E, se, por um lado, a temporalidade moderna transformou espaço em tempo, como afirma Massey; por outro, ela privilegiou o progresso, ou seja, designou ao futuro o signo do novo e, com bastante frequência, o signo da evolução e do aprimoramento. As ideias de salvação e transcendência, muito próprias à tradição e à religião na Europa medieval, são substituídas pelo conceito de progresso. A multiplicidade e fluidez do tempo é, assim, reduzida à linearidade (Sousa Santos, 2010a). A partir de uma visão teleológica, discursos modernos tentaram estabelecer a autonomia do presente. O traçar de uma linha imaginária entre passado e presente torna-se, por exemplo, uma forma de marcar que uma sociedade mudou a maneira como vive em comunidade (Fasolt, 2013). "Imagina-se que o passado tem uma existência própria e independente do que é conhecido, dito ou feito no presente (...) sua única característica é a de ter ido embora" (Ibidem, pp. 182-183, tradução minha). Tal pensamento, argumenta-se, é um dos pilares da soberania moderna e constitui uma das chaves explicativas do sujeito moderno: aquele que – liberto do passado – tem a possibilidade de, no presente,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

construir o futuro que deseja ou, em outras palavras, de caminhar no sentido do progresso. Para Sousa Santos (2010a), tal movimento levou a uma contração do presente:

> A versão abreviada do mundo foi tornada possível por uma concepção de tempo presente que o reduz a um instante fugaz entre o que já não é e o que ainda não é. Com isto, o que é considerado contemporâneo é uma parte extremamente reduzida do simultâneo. O olhar que vê a pessoa cultivar a terra com uma enxada não consegue ver nela senão o camponês pré-moderno. A isso que se refere Koselleck (1985) quando fala da não contemporaneidade do contemporâneo sem, no entanto, problematizar que nessa assimetria se esconde uma hierarquia, a superioridade de quem estabelece o tempo que determina a contemporaneidade. A contração do presente esconde, assim, a maior parte da riqueza inesgotável das experiências sociais no mundo. (...) A pobreza da experiência não é a expressão de uma carência, mas antes a expressão de uma arrogância, a arrogância de não se querer ver e muito menos valorizar a experiência que nos cerca, apenas porque está fora da razão com que a podemos identificar e valorizar. (pp. 100-101).

Se, por um lado, a temporalidade moderna subtraiu o presente; por outro, afirma Sousa Santos, dilatou o futuro, transformando-o em um tempo vazio, que é tudo e nada. "O futuro é, assim, infinitamente abundante e infinitamente igual, um futuro que (...) só existe para se tornar passado" (Ibidem, p. 115). A substituição deste tipo de futuro para um da ordem das possibilidades resultaria, diz o sociólogo, em uma concepção de tempo mais aberta à pluralidade e à imprevisibilidade. O passado na teoria moderna de história, por sua vez, teria perdido sua capacidade de irromper no presente e no futuro. Em outras palavras, ao contrário da noção de presente impregnado de passados, aqui proposta e também argumentada pela noção de Fasolt (2013) do passado como um corpo, a temporalidade moderna tentou enclausurar o passado que passa a ser visto como fato consumado, incapaz de irromper em outros tempos. O passado estaria, neste sentido, neutralizado, porque: "só aconteceu o que tinha que acontecer e porque o que quer que tenha acontecido num dado momento já foi ou pode vir a ser superado posteriormente" (Ibidem, p. 82). Este movimento da temporalidade moderna, argumenta-se, se desdobra em uma relação fatalista com o passado que pode ser associada a discursos como os que entendem certos processos violentos, como a colonização, por exemplo, como "um produto de seu tempo, de uma época" e que, por isso, não deveriam ser mais discutidos. Desta forma, por um lado, nega-se os reflexos do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

passado no presente e no futuro; e, por outro, a confiança no futuro emerge como única saída possível.

Muitos autores, no entanto, argumentam que o século XX pôs por terra o mito do progresso e desvinculou o futuro da certeza de evolução e de melhoria, desestabilizando a concepção de temporalidade moderna. Uma nova noção temporal teria emergido no século XXI e ela se destaca pela dilatação do presente. Segundo Gumbrecht (1998), o "futuro moderno" é um futuro aberto "para o qual acreditava-se poder nos dirigir a partir do presente e que se acreditava poder formar e preparar no presente mediante o agir. Desta forma, gerou-se a impressão do curso histórico determinado em *uma* linha ('do tempo')" (p. 281, grifo original). No entanto, após o fim do século XX, o futuro já não aparenta tanto à novidade desejada de outrora. Ao contrário, o que acontece, afirma o autor, é que "em vez de deixarmos o presente para trás, empurramo-lo, por assim dizer, cada vez mais para o futuro – com o esforço, transformado em um imperativo universal, de 'antecipar o futuro', cujo reverso é a proibição de deixar que o tempo se escoe, de que se 'perca tempo' (*apud* Lyotard, 1988, p. 78 e ss)" (Ibidem, p. 285).

Em *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo* (2013), François Hartog também trata deste presente dilatado, próprio ao contemporâneo. Usando as categorias de "campo da experiência" e "horizonte de expectativa" de Koselleck, Hartog afirma que o regime de historicidade (a forma como passado, presente e futuro se articulam em determinado tempo e contexto social) da modernidade se caracterizava por uma tensão entre os dois campos, onde o horizonte de expectativas se sobressaía. De certo modo, era como se sociedades modernas vivessem no futuro, mas não um futuro que é a repetição constante do passado, mas um que representa sempre a melhoria, a evolução do hoje e do ontem. A experiência perde, portanto, sua relevância. No contemporâneo, no entanto, a distância entre experiência e expectativa se torna tamanha e atinge seu limite de ruptura. "Daí", afirma ele, "talvez essa experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico" (Ibidem, p. 39). Este presente dilatado torna-se problemático à medida em que não assimila a perda

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

como algo inerente ao processo histórico. Como o presentismo faz do hoje seu ponto de vista, fechando-se e tomando a si como próprio horizonte, toda perda é entendida como um apagamento de si mesmo. “Sem futuro e sem passado, ele produz diariamente o passado e o futuro de que sempre precisa, um dia após o outro, e valoriza o imediato” (Ibidem, p. 148).

A presente dissertação, no entanto, argumenta que no caso do projeto do Porto Maravilha a temporalidade moderna não foi totalmente substituída pela dita contemporânea, o que parece ter ocorrido foi uma articulação entre ambas noções possível a partir de discursos de consumo (ver seção 3 deste capítulo) nos quais presente e futuro são, alternadamente, narrados como espaço-tempo prioritário. O cidadão carioca – concebido no projeto do “novo” porto –, neste sentido, não seria mais entendido como aquele que detém direitos e se emancipa a partir deles, mas como alguém que se constitui e se relaciona com a cidade a partir da possibilidade de consumi-la. E, nesta lógica de consumo da cidade, discursos oficiais tentam narrar manifestações culturais e histórias associadas a culturas africanas e à escravidão como bens de consumo. A cultura emerge como mola propulsora da valorização da marca do “novo” porto e da cidade global.

Antes de concluir este item, gostaria de retomar a ideia de que toda narrativa de progresso é concebida a partir de um passado específico. Neste sentido, parece plausível associar a ideia de escolha de um passado para legitimação do futuro à noção de regimes de visibilidade e de discussões próprias à estética e, mais especificamente, aos trabalhos de Jacques Rancière (1996, 2014) e Abdias do Nascimento (2016). No caso do projeto do Porto Maravilha, o passado específico eleito para legitimar uma imaginação de progresso seria a narrativa de um país fundado no encontro harmônico e festivo entre diferentes povos e raças. Ou, ainda, como é possível perceber pelas falas do então prefeito Eduardo Paes a chance de *superar* as violências de outrora e *reconciliar* a cidade com seu passado. Ou seja, um futuro próspero, de progresso, envolveria a restituição da harmonia entre passado, presente e futuro. Abrangeria, portanto, um passado apaziguado ou pacificado.

Rancière analisa as visibilidades no espaço comum como possibilidade de tornar uma parcela da comunidade – até então vista como não comunidade – visível aos

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

olhos daqueles que a ignoram. A política, afirma o autor, é um domínio de disputas em torno do que pode ser visto e dito e de quem tem a possibilidade de falar e ser escutado. A "partilha do sensível" é, portanto, o entendimento sobre um fato comum que se tornou tão banal que não podemos mais distinguir o que esta distribuição revela e exclui. A política acontece quando há um desentendimento sobre a partilha do sensível, é o conflito sobre a percepção de uma cena comum, sobre quem são seus integrantes e que qualidades os mesmos têm ou compartilham para se assegurarem como tais. O que o autor trata por partilha do sensível estabelece, portanto:

> (...) ao mesmo tempo, um comum partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (2014, p. 15).

A política atua justamente na perturbação do consenso e na mudança de regimes de visibilidade. Segundo Rancière, a soma das partes será sempre diferente do todo, devido a existência permanente de uma parcela dos ditos sem parcela, de um grupo que faz parte do todo, mas não é visto como integrado à comunidade. Só o dissenso possibilita a visibilidade da parcela dos sem parcela e sua redistribuição no todo. Ou seja, o desentendimento se configura como política na medida em que ele torna visível a tal parcela até então esquecida, re-significando seu espaço e sua atividade no todo.

Neste sentido, parece-me possível argumentar que pensar a partir de regimes de visibilidade e invisibilidade vai no sentido contrário da ideia de multiculturalismo, que – segundo Bhabha (1990) – atua em uma lógica de busca constante pelo consenso, ou seja, pelo apagamento das diferenças e, de certa forma, parte de uma concepção de homogeneização, onde ser diferente pode passar a ser entendido como algo depreciativo. Portanto, se o multiculturalismo parece definir algumas culturas como adequadas, dando a impressão de uma inclusão cultural total (desde que, claro, dentro do *framework* ocidental), a ideia de partilha do sensível, ao contrário, afirma a impossibilidade de todas as parcelas serem visíveis e ouvidas simultaneamente. Bhabha vai além e afirma que, em todas as sociedades nas quais o multiculturalismo é defendido, o racismo ainda é presente de forma gritante.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

"Isto acontece porque", diz Bhabha, "o universalismo, que paradoxalmente permite diversidade, mascara normas, valores e interesses etnocêntricos" (p. 208, 1990). Sousa Santos faz critica similar ao multiculturalismo por partir sempre da existência de uma cultura dominante que tolera ou aceita a presença de outras culturas no espaço em que domina (p. 9, 2010b).

Por outro lado, em *O genocídio do negro brasileiro* (2016), Abdias do Nascimento descreve o processo de apagamento e marginalização física, social, simbólica e cultural da população negra no Brasil. Escrito nos anos 1970, o livro é um manifesto contra a ideia de democracia racial brasileira, na época, ainda muito forte nacional e internacionalmente. A tal "democracia", afirma Nascimento, era garantida a partir de práticas de racismo institucionalizadas e enraizadas no tecido social brasileiro e de um processo de embranquecimento dos negros. Uma das formas como a falácia da democracia racial se revelaria, segundo o autor, é a partir de discursos diversos que costumam falar em "contribuições africanas" à cultura nacional, como se o Brasil existisse antes da chegada dos africanos. Ignora-se, portanto, que o país se constituiu a partir das relações assimétricas entre colonizador, colonizados e escravizados e nega o papel central da escravidão e de seus rastros para a sociedade brasileira até hoje. Para fazer parte da sociedade brasileira, para ser visível (usando os termos de Rancière), exige-se antes que populações negras se assimilem a seus conterrâneos de origem europeia. Há, neste sentido, um processo de embranquecimento e de domesticação. A aniquilação no caso cultural e simbólico ocorre, para Abdias do Nascimento, porque expressões culturais africanas, para serem visibilizadas, nunca podem ocorrer em seus próprios termos.

> Monstruosa máquina ironicamente designada 'democracia racial' que só concede aos negros um único 'privilégio': aquele de se tornarem brancos, por dentro e por fora. A palavra-senha desse imperialismo da brancura, e do capitalismo que lhe é inerente, responde a apelidos bastardos de *assimilação, aculturação, miscigenação*; mas sabemos que embaixo da superfície teórica permanece intocada a crença na inferioridade do africano e seus descendentes. (Ibidem, s/n, grifos originais).

Abdias do Nascimento evidencia a violência intrínseca neste processo de regimes de visibilidades e também a forma desigual na qual processos de hibridismo se dão em sociedades coloniais e pós-coloniais. Similarmente, Liana Lewis (2014)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

argumenta que o ideal freyriano de democracia racial pressupõe a mistura entre três raças que "finda por elidir as fronteiras, estabelecendo uma convivência supostamente harmoniosa entre as populações que compõem as matrizes" (p. e3). Em um processo similar ao ideal de multiculturalismo, a diferença é então subtraída, mas a partir do privilégio da cultura branca, como mostram Lewis e Nascimento. Ao esvaziar as disputas e a violência do encontro colonial, além disso, o pensamento de Freyre parece atuar como uma providencial amnésia (Lewis, 2014), negando tanto fatos históricos, quanto a centralidade da raça nas relações de poder e hierarquias em atuação na sociedade brasileira. Ao comparar o pensamento de Franz Fanon com o de Gilberto Freyre, Lewis demonstra como o primeiro denuncia a ausência de pessoas negras do movimento dialético porque estas tiveram o lugar de sujeito negado, enquanto Freyre parece construir sua teoria a partir de uma ausência completa de dialética:

> (...) se a afirmação se dá através de um jogo de aproximações e diferenciações em relação a um outro, no caso brasileiro estranhamente, parece que este outro não existe. Somos todos um 'Nós', celebrado por narrativas nacionalistas apaziguadoras que, ao negar a dualidade racial, negar que a partir do encontro/violência colonial raça seria uma categoria que estabelece hierarquias entre grupos sociais, mantém o fosso de desigualdade política que historicamente vem solapando a população negra dos direitos universalistas garantidos à população branca. (Ibidem, p. e9).

E, apesar de ser cada vez mais difícil sustentar um imaginário de democracia racial no Brasil, parece que esta categoria ainda ressoa em tentativas de apagar tanto a violência colonial como a centralidade da escravidão para formação social brasileira. O porto do Rio de Janeiro, por exemplo, é uma região construída em ampla medida pelo trabalho escravo. Apenas pelo Cais do Valongo, estima-se que mais de 500 mil escravos tenham entrado no Brasil[2]. No projeto do Porto Maravilha, vitrine do Rio cidade global, a história das populações africanas foi narrada – em grande medida – como uma alegoria do passado, de modo folclorizado, através, por exemplo, de tour temáticos e a transformação de lugares como a Pedra do Sal em bem de consumo cultural. O embranquecimento, neste caso, parece ter sido garantido pelo consumo e pelo folclore.

[2] Não se sabe o número preciso de escravos que desembarcaram no Cais do Valongo. "Mais de 500 mil" é uma estimativa da própria Prefeitura e a que está impressa nos totens informativos instalados no próprio sítio arqueológico do Valongo. Para alguns, o número ultrapassaria 700 mil. Ver: Daflon, Rogério. "O Porto Maravilha é negro". Agência Pública, 19/7/2016. Disponível em: https://apublica.org/2016/07/o-porto-maravilha-e-negro/.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Como dar conta, então, da confusão de tempos, trajetórias e histórias e as relações de hierarquias entre eles que constituem o porto? Como mostrar as formas com que estes passados se tornam sensíveis ou são apagados? Para isto, esta dissertação parte da metáfora do porto como espaço-palimpsesto. Ou seja, um espaço em que diferentes camadas de tempo e narrativas se sobrepõem em fluxo constante (Huyssen, 2014). O palimpsesto é ainda um lugar onde diferentes histórias encontram pontos de continuidade e se rompem. Nenhuma delas nunca se deixa apagar completamente, assim como uma única história jamais ocupa todo o espaço sozinha. Trata-se, portanto, de uma forma de imaginar o espaço não como fechado e estático ou como mero lugar de intervenção, destituído de trajetórias próprias, mas de percebê-lo como resultado e também como produtor de relações sociais e disputas políticas. Se o projeto do Porto Maravilha parece partir de um imaginário horizontal e plano da zona portuária, onde cada história e tempo ocupa um espaço encerrado; a ideia de palimpsesto traz a noção de verticalidade e de transbordamento, onde camadas de tempo e espaço não apenas se sobrepõem, mas se interligam e se misturam, revelando elos mutuamente constitutivos.

Usada com frequência em estudos pós-coloniais da cultura e da literatura, a metáfora do palimpsesto esbarra em limites quando utilizada para refletir sobre o porto do Rio: por destacar a fluidez do tempo, com frequência, a figura diminui o papel das relações de poder nas construções de narrativa, subjetividade e memória. Falar sobre o porto do Rio, ignorando a desigualdade que faz parte da disputa pelo tempo e pelo espaço da zona portuária seria irresponsável. Por outro lado, a dissertação afirma a centralidade da raça e da desigualdade na construção e re-construção contínua da cidade do Rio. Afinal foi aqui, nas Américas, onde há 500 anos a população mundial começou a ser dividida de acordo com seu fenótipo, sua “cor”, e a ficção das raças foi se construindo até virar norma (Quijano, 2005, 2010). Apontar tal centralidade, no entanto, não significa cair em determinismos. A contingência e o acaso são, ao fim, reflexos de um entendimento de tempo e futuro que se busca avançar nestas páginas. Um futuro aberto e um tempo incerto.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Segundo Aníbal Quijano (2010), “a articulação de elementos heterogêneos, descontínuos e conflituosos numa estrutura comum, num determinado campo de relações, implica, requer, relações de reciprocidade, determinações múltiplas e heterogêneas” (p. 82). Assim, uma sociedade seria sempre estruturalmente heterogênea, não apenas por ser composta por diferentes grupos, mas também estes seriam diversos internamente. Quijano afasta a ideia de que as partes que integram a sociedade devem ser o equivalente ao seu todo, refutando – de certa forma – algo similar ao ideal de consenso também criticado por Rancière, que entende o desacordo como condição de possibilidade para a política. Quijano, no entanto, afirma ser indispensável a existência de um ou mais grupo(s) preponderante(s), “mas não como determinante ou base de determinações no sentido do materialismo histórico, mas como eixo(s) de articulação do conjunto” (Ibidem, p. 82). O autor conclui:

> Desse modo, o movimento conjunto dessa totalidade, o sentido do seu desenvolvimento, abarca, transcende, nesse sentido específico, cada um dos seus componentes. Ou seja, determinado campo de relações societais comporta-se como uma totalidade. Mas semelhante totalidade histórico-social, como articulação de heterogêneos, descontínuos e conflituosos, não pode ser, como uma máquina, consistente de modo sistêmico e constituir uma entidade na qual a lógica de cada um dos elementos corresponde à de cada um dos outros. Os seus movimentos de conjunto não podem ser, consequentemente, unilineares, nem unidirecionais, como seria necessariamente o caso de entidades orgânicas ou sistêmicas ou mecânicas. (Ibidem).

Neste sentido, Quijano parece apontar para existência de hierarquias – não determinantes –, mas que resistem ao tempo, modificando-se e deslocando-se. Não se tratam, portanto, de bases fundacionais imutáveis, mas de relações de poder que se conformam e modelam a cada contexto histórico-social e espaço-temporal sua importância e sua marca na sociedade.

E se, por um lado, o porto do Rio existe como espaço-palimpsesto, em que múltiplas temporalidades e trajetórias se sobrepõem, se adensam e se articulam; por outro, o Porto Maravilha parece ter sido uma tentativa de esvaziamento do espaço e o congelamento de um tempo específico, reafirmando hierarquias ao mesmo tempo que se descrevia como tendo a missão de relembrar a memória africana, tão latente, presente e soterrada, na zona portuária. Tendo como molde

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

reformas feitas em cidades estrangeiras, a dita revitalização parece ter tentado reproduzir um modelo fechado e externo, sobre um espaço aparentemente concebido como um tabula rasa, onde o passado retorna – majoritamente – como bem de consumo. A próxima seção se aprofunda no entendimento do porto como espaço ambivalente e analisa algumas tentativas de discipliná-lo, de modo a mostrar a dinâmica entre confusão de tempos e histórias e tentativas de ordená-las, situando-as em lugares e tempos específicos.

2.2
Entre o velho e o novo, o sujo e o branco: um porto em suspenso

Ponto estratégico para as embarcações portuguesas, o porto do Rio de Janeiro já era citado em alguns documentos lusitanos antes mesmo da fundação da cidade, em 1565. Sua localização original foi aos pés do extinto Morro do Castelo[3], mas ao longo dos séculos o porto foi deslocado para a Praça XV e depois para a região que hoje conhecemos por Praça Mauá (Carmo & Ortiz, 2014). Apesar das diversas modificações, esta seção vai analisar especificamente duas reformas pelas quais a zona portuária passou: a liderada pelo presidente Rodrigues Alves e o prefeito Pereira Passos, na virada do século XIX para o XX, e o projeto de "revitalização" do Porto Maravilha, lançado em 2009, à ocasião da candidatura do Rio à sede dos Jogos Olímpicos de 2016. As duas reformas são as únicas consideradas a atuar de modo sistemático no território da zona portuária e em seu tecido social. O objetivo é observar como ambas mobilizaram discursos nos quais o porto era descrito como "ultrapassado", "abandonado" e "vazio", ao mesmo tempo em que se projetavam soluções modernizadoras, capazes de "atualizar" o porto e inseri-lo no futuro.

Promessas de modernização, por sua vez, com frequência vêm acompanhadas de processos violentos. Comumente atreladas a discursos de ordem e limpeza, reformas urbanas costumam incluir não apenas a organização espacial de uma determinada cidade, mas também a re-significação do uso do espaço a ser

[3] O Morro do Castelo teve seu desmonte ordenado em 1922 pelo prefeito Carlos Sampaio, à época das comemorações do centenário da Independência, no mesmo ano.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

reformado. Neste sentido, revelam-se como disputas para determinar o apagamento e o combate de antigas formas de uso do local e a formação de novas relações que moradores e turistas deverão estabelecer com um determinado território. Esta história é familiar aos cariocas e à zona portuária. No caso da Reforma Pereira Passos, por exemplo, o prefeito, além de atuar na modernização do porto (em conjunto com o presidente Rodrigues Alves), na abertura de amplas avenidas e na implementação de projetos de saneamento e higienização da cidade e de sua população, tentou instaurar uma nova ordem de uso e convívio do e no espaço público, cujo objetivo era expulsar o estigma de cidade colonial do Rio, tendo como molde Paris, regulamentando vestuários e hábitos dos moradores da cidade (Jaguaribe, 2011)[4].

Como discursos de abandono, atraso, sujeira e vazio abrem caminho para intervenções cujo objetivo é regulamentar e inventar novos usos da zona portuária, uma área histórica e – argumenta-se – nunca vazia, da cidade? Apesar da necessidade de ambas as reformas se afirmarem como rupturas na vida da cidade, elas parecem ter continuidades com processos de marginalização que constituíram e ainda constituem a fundação e a base do Rio, ao deixarem de lado a importância de populações locais e suas trajetórias na produção da zona portuária.

De certo modo, parece que, em ambos os casos, a população local é subtraída do espaço, tornada invisível. Se, para Pereira Passos, o porto deveria se tornar vitrine da industrialização do Rio; o Porto Maravilha, seria a concretização do progresso, o espaço onde o Brasil demonstraria a completude de seu processo civilizatório e o ingresso no grupo de estados civilizados da comunidade internacional. Similarmente, em ambos casos, o porto parece ter atuado como uma aposta de entrada no grupo de países civilizados. Ele próprio, historicamente, um espaço construído entre fronteira, onde cidade, estado e o internacional convergiam e convergem, seja pela imigração, seja pelas atividades portuárias, seja no cotidiano de moradores que se misturam com turistas e incorporam e deslocam sentidos e costumes vindos não apenas de fora, como de outras regiões do Brasil.

[4] Quando a Avenida Central (atual Rio Branco) foi inaugurada, por exemplo, foram criadas regras claras de quem e como se deveria andar nos bondes do moderno e recém-inaugurado boulevard. Os homens, a partir de então, só poderiam subir nos bondes vestindo paletós (Ades, 2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Argumento que há um processo de abstração no modo de se conceber o espaço muito perceptível em Pereira Passos, mas de modo algum ausente no projeto do Porto Maravilha. Tais abstrações se revelam processos de invisibilidades e, logo, de exclusão. Para Krishna (2001), na disciplina das Relações Internacionais, a abstração deriva do desejo de "escapar da história", apagando e limpando a violência que marcou o encontro entre Ocidente e o resto do mundo e cujas marcas se fazem presentes até hoje no sistema internacional contemporâneo. O foco em construções teóricas, a desvalorização de análises descritivas históricas e a insistência em estabelecer datas e marcos temporais seriam reflexos desta tentativa de esquecimento, de encerramento e distanciamento do passado, próprios à disciplina. Parece plausível relacionar a abstração da população em ambos projetos com esta tentativa de higienização do passado da qual Krishna trata. A remodelação espacial em Pereira Passos e no Porto Maravilha parece passar – a partir de articulações um tanto diferentes – por ideias ora de higienização e expurgo do passado, ora de suavização do mesmo.

Segundo Velasco e Cruz (1999), apesar de muitos trabalhos acadêmicos terem criticado e investigado de perto as representações ideológicas que animaram as elites na época da Reforma Pereira Passos e dividiram a cidade entre antes e depois das obras, criando binarismos totalizantes como feio/belo, passado/futuro e atraso/progresso, o mesmo não foi feito em relação à reforma realizada na região portuária. Em outras palavras, a noção de que o antigo sistema portuário era um conjunto desordenado de trapiches precários e ineficientes que demandavam um novo cais moderno, onde vários navios poderiam atracar e dar vazão ao novo momento de produção industrial da cidade, segue amplamente aceita. Toma-se como dado, neste sentido, que o antigo porto era caótico, precário e prejudicial ao comércio. A autora se pergunta, no entanto, se tais afirmações não guardariam uma boa parcela de exagero e distorções. No século XIX, o Rio se tornou o maior mercado consumidor urbano e a única metrópole do país, com um movimento intenso de comércio e arrecadação de impostos vindo de seu porto. Entre 1880 e 1886, por exemplo, a alfândega do Rio era responsável por 45,8% da arrecadação nacional[5]. "Se no tempo dos trapiches, imperavam no sistema a desordem, a

[5] Fonte: Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro, ano VII, abril de 1887 (número especial), Rio de Janeiro, Typografia da Alfândega, 1889, citado por Velasco e Cruz, 1999.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

ineficiência e o atraso, como era possível haver um comércio tão intenso e se arrecadar tantos impostos?", questiona Velasco e Cruz.

> O porto do Rio de Janeiro era um enorme complexo de fronteiras fluídas, espacialmente disperso [com seus trapiches], institucionalmente desintegrado e formado por um grande número de unidades privadas e estatais independentes e relativamente dispersas entre si, mas nem por isso constituía um sistema caótico ou desorganizado. (Velasco e Cruz, 1999, p. 17).

O porto contava, por exemplo, com uma tabela de preços única e normas comuns a todas as unidades alfandegárias. Isto não significa que era um sistema exemplar, mas estaria longe de ser o fracasso como foi narrado. Na virada do século XX, no entanto, a fluidez do porto passa a ser associada a uma ideia de caos. Fronteiras fluídas transformam-se em um problema, uma lembrança de uma cidade colonial que deve ser apagada pela indústria e pela modernização. Discursos da época são travados pelo embate entre progresso, civilização e regeneração, de um lado, e colônia, atraso, sujeira e doença, de outro. O ideal civilizador se transforma, neste sentido, em uma luta contra o passado. Ou, em outras palavras, em uma luta para demarcar e afastar o passado da cidade. Transformá-lo em "coisa" para remeter à análise de Fasolt (2013) sobre a temporalidade moderna.

No porto, a tentativa de apagamento da cidade colonial se deu pelo aterramento de várias praias e pela abertura de largas avenidas para ampliar o desembarque de navios no píer e agilizar o escoamento de mercadorias para outras regiões da cidade, em especial para o emergente pólo industrial de São Cristóvão, e do estado. Focadas principalmente em questões de logística, tais obras não parecem ter se preocupado com moradores locais e sua relação com aquele espaço – a esta altura, ainda muito habitado.

> Este trabalho de destruição – que está na essência da renovação urbana – envolve muito mais do que a derrubada de paredes antigas, impassíveis. As paredes, cuja argamassa remonta aos tempos da colônia, alojam homens que moram, trabalham, especulam, divertem-se; enfim, que mantêm entre si uma trama complexa de relações sociais. A operação da renovação urbana, perseguindo estratégias bem precisas, desarticula essa trama que tem nas estruturas materiais demolidas o seu suporte. (Benchimol, 1992, p. 210).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Tempo marcado no espaço e o espaço como produtor de relações sociais e resultado de disputas políticas foram pontos evidentes durante a Reforma Pereira Passos. Se o centro da cidade deveria se tornar uma Paris com uma grande avenida cheia de lojas onde moradores poderiam flanar agradavelmente, o porto deveria ser a projeção de um país industrial, moderno e pujante. Já não cabia naquele espaço, portanto, memórias da escravidão, dos cortiços, de uma cidade improvisada e marcada pela violência colonial. A cidade, dizia-se com frequência, estaria passando por um processo de "embelezamento". Mas o que esta beleza significava? Bela para quem?

Apenas na zona portuária, governos federal e municipal demoliram mais de 600 habitações coletivas que abrigavam mais de 13 mil pessoas e 70 casas em que pelo menos mil pessoas viviam com a explicação de que eram insalubres e anti-higiênicas (Bechimol, 1992, p. 287). A cidade – que já sofria um problema habitacional – teve a questão acentuada com as derrubadas das moradias na região central e, com isso, preços de aluguel aumentaram e quartos foram superlotados. Para Bechimol, a reforma significou uma piora considerável nas condições de vida do trabalhadores portuários e moradores da região.

Tentativas de disciplinar o espaço e encerrar o passado, reformas como as de Pereira Passos parecem nunca cumprir completamente sua missão. Distanciar-se do passado e projetar-se no futuro parece ser um processo contínuo de disputas e tentativas de ordenamento de ambiguidades. Segundo Fasolt, a autonomia do presente se revela uma grande ilusão; o passado não é uma coisa para ser entendido como unidade fechada e acabada; "ele não para de existir, é algo que *temos*, como temos um corpo, sentimentos e uma mente, temos agora" (2013, p. 183, grifo original, tradução minha). No caso do porto do Rio de Janeiro, a presente dissertação argumenta que tal processo acaba por repetidas vezes mostrar suas falhas e incapacidade de conclusão, uma vez que o porto é entendido aqui como espaço do excesso, onde traços do passado acabam sempre por mostrar seus vestígios e irromper nos presentes do porto carioca apesar da obstinação das reformas em apagar o "sujo" e o "antigo". Se pensarmos em processos de reurbanização como tentativas de instituir uma nova partilha do sensível, uma nova ordem, é possível argumentar que – repetidas vezes – a parcela dos sem

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

parcela se faz visível na zona portuária. O porto, neste sentido, pode representar um constrangimento e um obstáculo para políticas de modernização e progresso que – com frequência – narram o Brasil como uma sociedade conciliadora, cordial e tolerante.

Alguns cenários podem ser analisados como irrupções do "antigo" na "nova" cidade que Pereira Passos queria construir, como o Morro da Providência. Primeira favela do Rio de Janeiro e do país, a comunidade da zona portuária tem sua história ligada à luta pelo direito à moradia. Os primeiros moradores da comunidade teriam sido residentes expulsos do cortiço Cabeça de Porco, o maior da cidade, demolido em 1893. Quatro anos depois, em 1897, soldados vitoriosos da Guerra de Canudos chegaram à cidade, onde lhes fora prometido terras na zona central. Naquela época, o Rio de Janeiro já começava a planejar sua reforma urbana e os lotes prometidos aos militares não foram entregues. O grupo acampou primeiro no Campo de Santana, em frente ao então Ministério da Guerra, como protesto, mas depois se mudou para os pés do Morro da Providência, onde construíram casas. O local passou, então, a ser chamado Morro da Favela, uma alusão às plantas comuns no sertão baiano e que foram encontradas pelos soldados em Canudos.

Em 1904, Pereira Passou tentou a primeira remoção da favela, mas se viu diante de uma enorme revolta popular que o fez desistir de retirar os moradores do local. A comunidade se tornou, historicamente, moradia de muitos trabalhadores portuários e de ex-escravos. Durante a reforma, porém, o prefeito carioca em sua obstinada empreitada de apagar o passado colonial e civilizar a cidade e sua população decidiu criar parques e praças nos moldes europeus, um deles foi o Jardim Suspenso do Valongo, inaugurado em 1906. Localizado na esquina das ruas Sacadura Cabral e Camerino, aos pés do Morro da Conceição e parte do antigo Mercado do Valongo, o jardim suspenso foi construído por cima de um antigo ponto de engorda e venda de escravos, que funcionou até o século XIX e depois teve sua demolição decretada por Pereira Passos (Guimarães, 2013). O jardim recebeu estátuas de mármore brancas e paisagismo imitando jardins europeus. O objetivo com aquela obra era transformar a antiga rua de casas de compra e venda de escravos em um lugar "civilizado". Ou seja, a meta era apagar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

rastros e memórias da escravidão, naquela época, abolida há menos de 20 anos, e celebrar a chegada de uma modernidade "limpa" e "bela", ou talvez, simplesmente branca. A vista frontal do jardim, no entanto, é o Morro da Providência, um lugar fundado pela crise habitacional que atingiu a população mais pobre e de ex-escravos da cidade, um lembrete constante da desigualdade de classes e raças, um passado-presente vivo no país. O passado, neste sentido, não se apaga, mas convive estranhamente com o "belo" e europeu Rio de Pereira Passos.

Figura 1: Vista frontal do Jardim Suspenso do Valongo. Ao fundo, visitante se depara com o Morro da Providência (Foto minha, 2017).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Mais de um século depois, o Rio de Janeiro teria um prefeito que adorava se auto-intitular o "novo Pereira Passos"[6]. Com objetivo de transformar o Rio em cidade global e tendo os mega-eventos da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 como motivações de suas obras e reformas, Eduardo Paes não se cansou de buscar comparações com o prefeito da virada do século XX e tampouco parecia se incomodar com as inúmeras e amplamente conhecidas críticas sociais à Reforma Pereira Passos. Em 2012, à época das eleições municipais, quando buscava a reeleição, o jornal O Globo entrevistou os principais candidatos à Prefeitura e pediu que cada um elegesse um local da cidade para simbolizar seu mandato. Paes escolheu, justamente, o Jardim Suspenso do Valongo[7]. Ele disse:

> Os Jogos [Olímpicos] devem ter o sentido de refundação. O Porto Maravilha representa o renascimento e, ao mesmo tempo, o reencontro. Isto aqui [a zona portuária] somava 5 milhões de metros quadrados de área completamente degradada. Cidade sem centro é cidade sem alma. (O Globo, 6/10/2012).

Apesar de estar localizado a mais de 30 quilômetros de distância do Parque Olímpico, onde a maior parte das competições aconteceram durante os Jogos, a zona portuária foi eleita o lugar da re-fundação da cidade e o maior legado das Olimpíadas para os cariocas. Se, no início do século XX, o desejo era mostrar uma cidade industrializada e moderna; em 2016, o objetivo foi marcar a transformação do Rio em cidade global. E a zona portuária, em especial a Praça Mauá e seus arredores, foi o local eleito para a marcação de um novo tempo e uma nova cidade. A ideia – muito clara na fala do prefeito anteriormente citada – era a de que as reformas do Porto Maravilha ajudariam toda a cidade, uma noção bastante similar à da fala de Rodrigues Alves no início deste capítulo. O porto emerge, então, em diferentes momentos da cidade como o seu lugar de fundação e re-fundação, ou melhor, como espaço de invenção e re-invenção. Muda-se o porto, muda-se o Rio.

---

[6] No dia da reinauguração do Jardim Suspenso do Valongo, Paes convidou um ator fantasiado de Pereira Passos. Segundo reportagem, Eduardo Paes teria desistido de se fantasiar (si próprio) do prefeito de outrora após ser desaconselhado por assessores. Na mesma ocasião, Paes disse que gostaria de ser lembrado como "um Pereira Passos com coração de Pedro Ernesto". Ver mais em: Tabak, Flávio. "Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos". O Globo, 9/2/2012. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676

[7] O Jardim Suspenso do Valongo foi restaurado na primeira etapa das obras do Porto Maravilha e reinaugurado em julho de 2012. Na época, foi encomendada uma placa com o nome de Eduardo Paes e de Pereira Passos, como se os dois estivessem reabrindo juntos o local.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Com o objetivo de re-inventar a zona portuária, o projeto do Porto Maravilha narrou repetidas vezes o abandono e a sujeira na região como inimigos a serem combatidos. O porto passa a ser descrito, com frequência, como espaço vazio, uma figura, por sua vez, muito própria ao colonialismo. Neste sentido, ao porto da cidade parece ser despendido um tratamento similar ao que a metrópole destinava à colônia. Isto é, a noção de que esta última era uma tabula rasa, um território sem história, onde seria possível inscrever a cultura e leis morais do Ocidente. Um processo que, ao fim, se mostrou impossível (Bhabha, 2014; Krishna, 2009; Viveiros de Castro, 2002).

Nos discursos da época do início da reforma, em 2009, no entanto, se afirmava um paradoxo: a região portuária dita vazia era narrada, ao mesmo tempo, como central para a cidade do Rio de Janeiro. O reencontro, proposto na fala de Paes, seria uma aceitação do passado da cidade que estaria marcado na zona portuária e que fora abandonada por quatro décadas até a chegada de sua gestão. O que a dissertação pretende discutir é que passado é este que a Prefeitura dizia querer reencontrar. E mais: não estaria a prefeitura querendo mediar o encontro da cidade com seu passado violento, de modo a domesticá-lo e torná-lo consumível?

Na fala de Eduardo Paes, é possível observar a mobilização de binários muito similares aos usados por Pereira Passos. Às dicotomias velho/novo, sujo/limpo, soma-se o binário degradado/revitalizado. Parece que o projeto do Porto Maravilha parte de duas premissas: a de que a região foi *retomada* a partir de processos de modernização e preservação histórica e a de que houve um resgate da *relação natural* entre identidade da zona portuária e da cidade como um todo. No dia da derrubada da Perimetral, por exemplo, o prefeito disse: "Hoje, o Rio *renasce*. A Perimetral é o maior símbolo de degradação da nossa *cidade*. Com a revitalização da região portuária, devolvemos a cidade ao povo"[8]. Renascimento, degradação do porto como degradação da cidade inteira e reformulação do porto como devolução da cidade ao carioca são discursos presentes na fala do então prefeito. A reinvenção do Rio, neste sentido, só é possível a partir da reinvenção de seu porto.

[8] Ver: Aimeé, Mariana. "Sol à Rodrigues Alves". Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3936

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Azevedo e Pio (2016), no entanto, criticam essa ideia de reencontro com o passado ao mostrar que o projeto Porto Maravilha pouco se preocupou com os usos tradicionais da região portuária e afetou o cotidiano de muitos moradores que lá resistiram durante todas as décadas do tal abandono. Segundo os autores, a degradação vivida pela zona portuária durante o século XX não foi maior do que em outras áreas da cidade. Além do mais, a ideia de espaço vazio é amplamente contestada por estes e outros autores críticos ao projeto. Além dos moradores locais, a zona portuária teria uma intensa circulação de trabalhadores durante o horário comercial. Em uma caminhada entre a Central do Brasil e a Gamboa, por exemplo, Birman *et al* (2014) narram uma confusão de sons, pessoas e estéticas que em nada se assemelham a um espaço sem vida ou sem movimento. Para as autoras, foram as políticas de revitalização e campanhas como Choque de Ordem (que tentava banir e controlar a presença de vendedores ambulantes e comércio informal na cidade) que acabaram por esvaziar a região e não o contrario:

> Devastação, destruição, violência e abandono delinearam-se de modo a provocar na paisagem o que os projetos de revitalização já designavam como uma *zona vazia* da cidade: um lugar *sem nada*, onde era necessário proporcionar *movimento* econômico e ocupar o espaço, atraindo uma nova população para os bairros que iriam surgir (Guimarães 2011). (...) Em face da modernização prevista, os trabalhadores informais, os supostos bandidos, as prostitutas, os moradores de rua, os ambulantes e os favelados, entre outras categorias, justificariam uma orientação centrada no esvaziamento paulatino da vitalidade própria à região e de seus moradores. A política de gentrificação em curso é também uma *biopolítica* de deslocamentos populacionais que reordena a cidade e suas fronteiras. (Ibidem, p. 443, grifos originais)

Esta nova população seria formada de turistas e empresários dispostos a abrir estabelecimentos comerciais na região portuária. Parece, portanto, que ambas reformas – apesar das tentativas de se colocarem como rupturas na cidade – trazem traços de continuidade com outras formas de pensar a cidade. Enquanto tentaram se mostrar como uma “melhoria” na vida do carioca ou o término de um período de abandono, elas também manifestam uma grande desconsideração com moradores locais e usos tradicionais dos espaços que querem reformar. Se Pereira Passos ignorou a população local ao aprovar a ampliação das enormes avenidas (que significaram a remoção de muitas moradias), o Porto Maravilha fez similar

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

ao projetar um teleférico no Morro da Providência[9] que exigiu a derrubada de uma quadra esportiva (usada há gerações pelos habitantes do morro) e de inúmeras casas. Além disso, ao contrário do que é de praxe em outros projetos da Prefeitura como o Favela Bairro, o relatório do Porto Maravilha não incluiu um diagnóstico socioeconômico da região (Azevedo & Pio, 2016).

Mas, se o porto emerge como lugar de fundação da identidade do Rio como um todo: o que significa uma cidade que comercializa seu passado de violência colonial, privilegia o consumo em detrimento do direito à cidade ou, em outras palavras, que prioriza o status de uma cidade global e coloca um passado esvaziado à disposição de um futuro supostamente triunfante, evitando o enfrentamento com desigualdades históricas tão marcadas na sua zona portuária? O progresso narrado pelo projeto do Porto Maravilha, neste sentido, se mostra possível apenas pelo apagamento da violência colonial (e, portanto, do passado que também se desdobra em diversos presentes) e pela narrativa de uma cidade harmônica, disciplinada e pasteurizada de acordo com moldes globais. Um porto que poderia ser em Buenos Aires, Baltimore ou Roterdã, porque não exala as histórias do Rio, mas sim um esvaziamento das mesmas.

A próxima seção discute precisamente este modelo de cidade neoliberal pautada no consumo e como ele se articula com noções de progresso no projeto do Porto Maravilha.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

2.3
Porto Maravilha: um futuro a ser consumido

Criada a partir da Lei Complementar nº 102, de 23 de novembro de 2009, a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio foi montada para executar as obras do projeto do Porto Maravilha e prestar serviços públicos na

[9] O Teleférico da Providência liga a Praça Américo Brum à Central do Brasil e à Gamboa. A primeira (e até então única) viagem foi feita em dezembro de 2012, mas logo depois o bondinho foi fechado e só seria reaberto em julho de 2014. A obra foi alvo de muitos protestos de moradores que a acusavam de priorizar apenas turistas. Desde dezembro de 2016, o teleférico não faz mais viagens. Para saber mais sobre os protestos de moradores e as remoções no Morro da Providência, acessar: "Providência: 115 anos de luta" (https://www.youtube.com/watch?v=it-bdOXxqI4) e "Morro da Providência: Entre sem bater" (https://www.youtube.com/watch?v=2dURl8fUFU4).

região portuária[10]. Considerada a maior parceria público-privada do país, a Operação abrange uma área de 5 milhões de metros quadrados, tem prazo máximo de realização de 30 anos e custo estimado de 8 bilhões de reais (Cardoso, 2013, p. 72). Entre seus objetivos iniciais, estaria a reestruturação da zona portuária a partir da ampliação dos espaços livres, da atração de novos investimentos e do desenvolvimento da economia local. Para tal, foram criadas medidas, seguindo o exemplo de outras denominadas "cidades globais", norteadas por políticas de empreendedorismo urbano que visavam reestruturar suas antigas zonas portuárias de modo a transformá-las em espaços de turismo e lazer (Estudo de Impacto de Vizinhança, s/d).

Se, por um lado, as Olimpíadas foram vistas como uma "oportunidade" para o desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro; por outro, os Jogos também foram entendidos como chance de consagrar o Brasil como uma "grande nação" e de garantir a entrada no rol de países civilizados. Em 2009, durante a cerimônia que anunciou o Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos de 2016, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, extremamente emocionado, fez um discurso que exemplifica esta ideia das Olimpíadas como progresso e como chegada do futuro. Ele disse:

> Aqueles que pensam que o Brasil não tem condições vão se surpreender com a capacidade. Os mesmos que pensavam que não tínhamos condições de governar esse país vão se surpreender com a capacidade do país de fazer uma Olimpíada. (...) Esse país precisa de uma chance, não é possível que o país não tenha no século XXI, a chance que nós não tivemos no século XX. (...) Eu acho que é dia de comemorar porque o Brasil saiu do patamar de país de segunda classe e entrou no patamar de país de primeira classe. Ou seja, respeito é bom, nos damos e gostamos de receber. [11]
> Luiz Inácio Lula da Silva em entrevista à Globonews, 2/10/2009.

Entretanto, nesta busca por merecer o "respeito" do mundo e trilhar o caminho do progresso, o país se definiu como ainda inadequado a integrar este grupo de "civilizados". Para que o tão desejado futuro pudesse, enfim, se concretizar no Brasil, o Rio de Janeiro – e mais especificamente seu porto, eleito vitrine dessa nova projeção internacional – precisaria passar por uma cartilha de reformas que

[10] Informações retiradas do site do Porto Maravilha. Disponível em: http://portomaravilha.com.br/portomaravilha (Acessado em 22/11/2017).
[11] Vídeo completo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VkYolwdU37g

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

levava em conta um modelo pronto de cidade global. Entre os objetivos definidos pelo comitê de candidatura do Rio, estão menções diretas a cidades globais e modelos importados de Barcelona (Rossone de Paula, 2016). Duas ideias recorrentes foram o desenvolvimento cultural como forma de atração de investimento e o turismo como meio para atingir a "revitalização" da região. Argumentou-se que eram nestas articulações entre cultura e desenvolvimento, turismo e vitalidade socioeconômica que os discursos de progresso moderno – tão recorrente em falas oficiais como a do presidente Lula, onde é perceptível a ideia de uma emancipação brasileira a nível internacional – ganham tons próprios de uma lógica de governo neoliberal, onde o mercado emerge como o agente de transformações.

> Este é o intuito das intervenções: transformar a região da zona portuária numa área dinâmica que seja nova referência de planejamento urbano para a cidade. Pretende-se seguir o exemplo de cidades ao redor do mundo como Buenos Aires, Nova Iorque, Baltimore e Roterdã, entre outras, que ao recuperarem suas áreas portuárias degradadas, dinamizaram suas economias e ganharam mais um ponto de interesse turístico. (Estudo de Impacto de Vizinhança, s/d, p. 17)

Cria-se, neste sentido, uma narrativa na qual a transformação do porto em zona turística aparece como a saída para tornar a região um benefício para toda população da cidade. Afinal, a região portuária era vista como lugar de desordem, sujeira, precariedade e insegurança. Mercado, estado e população sairiam ganhando – segundo o discurso oficial – com a conversão do espaço em zona turística. Mas, como transformar o porto – até então narrado como um espaço em ampla medida industrial e vazio – em centro de turismo para estrangeiros, brasileiros e moradores de outros bairros da cidade?

Segundo Jaguaribe (2011), o Porto Maravilha seguiu uma cartilha já desenvolvida nos portos de Boston, Baltimore e Buenos Aires, além de claro Barcelona, a cidade que se tornou ícone de referências em reformas urbanas para mega-eventos. Tal modelo incluiria a recuperação do antigo (o tal reencontro da cidade com seu passado, descrito pelo prefeito Eduardo Paes), a invenção do novo (representado pelo Museu do Amanhã) e a valorização do centro como local de consumo cultural, com a construção de museus, espaços culturais e restaurantes. Além disso, com frequência, tais reformas parecem incluir obras assinadas por

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

arquitetos “de grife”, como é o caso do Museu do Amanhã, projetado pelo premiado arquiteto espanhol Santiago Calatrava. Percebe-se, portanto, neste receituário de cidades globais tentativas de reinventar espaços públicos como arenas de consumo (p. 344). No caso do Porto Maravilha, tal fim deveria ser reforçado pelas singularidades locais da região: a valorização da topografia, a cultura popular e a mistura de raças e classes, narradas pelo projeto como harmônicas, festivas e associadas à riqueza e à vitalidade da região. “Há um elemento performático no qual o espaço da favela, assim como o espaço boêmio, o espaço histórico e o espaço transgressor são empacotados como experiências a serem consumidas” (Ibidem, pp. 343-344).

Guimarães (2013) relembra que desde seus primórdios a noção de turismo está ligada à construção de locais de exibição de diversidade cultural. Ou seja, o turista é aquele que busca uma experiência diferente da que vive em seu cotidiano. Neste sentido, zonas turísticas deveriam estar ancoradas em narrativas específicas que organizassem seu lugar de singularidade. Tais narrativas parecem ter sido construídas de duas formas no porto: primeiro, a partir da afirmação constante da centralidade histórica da região para a cidade do Rio de Janeiro como um todo e, segundo, pelos discursos de novidade que tratavam a reforma do Porto Maravilha como inédita, a própria presentificação do futuro, simbolizado em larga medida pelo Museu do Amanhã.

Por outro lado, o turismo pode ser considerado como um mecanismo importante de integração global. Segundo Cynthia Enloe (2014), o turismo simbolizou muitas vezes a entrada de um país na comunidade internacional de forma mais eficaz do que outros tipos de investimentos e negócios. Só em 2012, por exemplo, estima-se que 1,8 bilhão de pessoas viajaram mundo afora (Ibidem, p. 38). No caso do Rio de Janeiro, o turismo parece ter sido uma das apostas para entrada não em qualquer comunidade internacional, mas na dos países desenvolvidos. Através do turismo, a vitrine do progresso brasileiro – o porto – chegaria aos ouvidos e aos olhos do resto do mundo e, assim, a cidade atrairia mais e novos investidores. Afinal, como ressalta Enloe, turismo não se trata apenas de sombra e água fresca. Turistas, com frequência, “formam ideias (algumas novas, algumas simplesmente re-confirmações) sobre os povos que conhecem, a comida que provam e as formas

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

de fazer as coisas que eles experimentam" (Ibidem). Tais ideias são repetidas, reforçadas e difundidas, criando e re-inventando identidades e narrativas.

Não há dúvidas de que o Porto Maravilha foi a obra que mais claramente almejou ocupar a condição de símbolo e legado das Olimpíadas no Brasil. Era como se as novas estruturas da região dissessem ao mundo que o país do futuro, enfim, cumpriria seu destino. O progresso, neste sentido, deixaria de ser uma mera promessa. No entanto, em um país obstinado a trilhar os caminhos da modernidade, as Olimpíadas significaram o aumento do custo de vida na cidade, a expulsão por vias econômicas de populações das áreas onde viviam há gerações e, muitas vezes, a remoção física de diversas famílias e comunidades dos espaços sobre os quais assentaram por anos e anos suas raízes. Era como se, para a chegada do futuro, alguns símbolos do passado tivessem que ser varridos.

No fim da década de 1960, quando escreveu *Direito à cidade* (2006), Henri Lefebvre fazia uma crítica a uma série de reformas urbanas que ocorriam, na época, em Paris. O autor era crítico às reurbanizações então em vigor, as quais considerava marcadamente utilitaristas, na medida em que – a partir de discursos de necessidade – compartimentavam o espaço urbano entre lazer, moradia e trabalho, encerrando cada uma dessas tarefas em um tempo e um espaço específicos. Para Lefebvre, tais obras iriam contra a simultaneidade própria ao urbano, contra a ideia de que a cidade é sobretudo um lugar de encontros, de desejos e da produção da diferença. Antes, argumenta o autor, as reformas em questão tomariam a cidade como mero produto de arranjos institucionais. Ou ainda, como um simples laboratório em que se produzem intervenções e experimentos. Ideias que Lefebvre problematiza para afirmar, em seguida, o caráter intrinsecamente político do espaço.

> O espaço não é um objeto científico descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico. Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto 'puramente' formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já é objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente. O espaço é político e ideológico. É uma representação literalmente povoada de ideologia. Existe uma ideologia do espaço. Por quê? Porque esse espaço, que parece homogêneo, que parece dado de uma vez na sua objetividade, na sua

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

> forma pura, tal como o constatamos, é um produto social (...). (Lefebvre, 2006 pp.61-62)

Anunciado como um projeto de transformação da zona portuária em espaço de moradia, comércio e lazer e, portanto, de confluência entre casa, trabalho e comércio, o Porto Maravilha, no entanto, parece ter tido outro objetivo: a mercantilização da cidade. "O perfil da população a ser atraída deve ser apta a consumir o espaço e seus novos atributos (...) fixa ou rotativa, não importa, mas com capacidade de consumir o espaço e de se inserir nos circuitos e fluxos de troca de mercadorias que passarão a estruturar a região portuária", afirma Cardoso (2013, pp. 73-74). Neste sentido, o cidadão da cidade já não é entendido como aquele que detém direitos, mas como aquele que se constitui e se relaciona com a cidade a partir da possibilidade de consumi-la.

Segundo David Harvey, o empresariamento urbano é um modo de gestão local que tem como objetivo a inserção de uma determinada cidade no contexto do capitalismo internacional e a atração de investimentos financeiros. Uma das características mais típicas deste tipo de administração são as parcerias público-privadas, onde o estado se une com empresas do setor privado para promover melhorias que garantam investimentos externos (Mattoso, 2017). No caso do Porto Maravilha, o projeto de revitalização da zona portuária esteve, por exemplo, muito ligado à valorização do solo para venda para empresas da iniciativa privada. A expectativa era que o edifício A Noite fosse vendido e reformado para se tornar um hotel. O mesmo aconteceria com o Moinho Fluminense, na Praça da Harmonia. Hoje, ambos estão abandonados. As parcerias público-privadas, afirma Harvey, têm como meta final "muito mais o investimento e o desenvolvimento econômico através de empreendimentos imobiliários pontuais do que a melhoria das condições em um âmbito específico" (Harvey, 1996, p. 53, *apud* Mattoso, 2017, p. 119).

Em uma concepção neoliberal, portanto, a lógica do mercado se estende para o social, difundindo-se em questões de políticas públicas, educação, trabalho e planejamento urbano. O mercado se transforma em agente formador do estado e da sociedade e o padrão contra o qual ambos devem ter suas capacidades e eficiências medidas. Assim, o estado atua de modo a garantir as condições para o

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

mercado. O Porto Maravilha, por exemplo, gozou de uma vasta flexibilização de leis municipais para instalação de projetos público-privados. Contudo, segundo Vrasti (2012), isto não necessariamente implica em planejamento e controle ativo por parte de instituições estatais e seus representantes.

> As ideias (e os ideais) do neoliberalismo podem ser originadas no, mas vão além, do *loci* institucional do governo e se estender a uma variedade de espaços sociais, desde casas até comunidade, espaços locais a transnacionais, de instâncias excepcionais a mundanas. É isto que Foucault entendia por governamentalidade: um 'modelo de controle social' que não depende diretamente de intervenção do estado e suas agências de poder, mas da habilidade de indivíduos de livremente governarem a si mesmos a partir de certos princípios economicamente viáveis (McNay, 2009, p. 57). (Ibidem, p. 39, tradução minha).

Segundo a autora, a governamentalidade neoliberal introduz o princípio da competição no âmbito da subjetividade política. Neste sentido, "só aqueles capazes de atender às expectativas do capital podem se beneficiar da atual condição" (Ibidem, p. 59, tradução minha). No caso do Porto Maravilha, observa-se uma perturbação do cotidiano da região e de seus moradores (como no caso do Teleférico do Morro da Previdência[12]) em favorecimento a uma série de obras para transformar o local em área de turismo. Neste movimento, o passado também deixa de ser história, fluxos e irrupções para se tornar, argumenta-se, produto.

Segundo Abdias do Nascimento (2016), o objetivo da sociedade de privilégios instaurada no Brasil é a aniquilação dos negros como entidade física e cultural. No caso do Porto Maravilha, no entanto, propõe-se adicionar ao processo de embranquecimento descrito por Nascimento, a noção de rentabilização a partir de manifestações culturais de influências e origens africanas já embranquecidas ou, talvez, pacificadas, onde a violência e a memória da escravidão passam a ser floreadas e suavizadas.

O vídeo apresentado ao comitê de candidatura das Olimpíadas, dirigido por Fernando Meireles[13], começa com uma tomada aérea do Rio. Com a luz do nascer

[12] Ver também o caso de moradias coletivas, como a ocupação Nelson Mandela, que existiam na região e foram invadidas por traficantes ou tiveram pedido de despejo expedido em Birman *et al.* "Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares" (2014)

[13] Diretor paulista que ficou internacionalmente conhecido pelo longa-metragem *Cidade de Deus* (2003).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

do sol, o espectador vê apenas a silhueta dos morros que contornam a cidade. No fundo, um batuque se mistura com sons do cotidiano (barulho do mar, apito de guarda de trânsito e moradores fazendo esporte). O tambor marcado, de repente, cessa. Homens e mulheres começam a cantar a marchinha "Cidade Maravilhosa", primeiro à capela, e aos poucos junto ao som de um batuque de caixa de fósforo. A música depois se intensifica com pandeiro, cavaquinho e outros instrumentos próprios ao samba. Um gari negro samba com sua vassoura ao lado de um senhor branco no que parece ser o Arco do Teles, no Centro do Rio de Janeiro. Uma roda de samba, também composta de pessoas negras, aparece em outro momento com uma linda mulher negra dançando no meio (uma reprodução do estereótipo da mulata voluptuosa?). E, apesar das várias tomadas aéreas dos morros da cidade, as favelas tão marcadas na paisagem carioca conseguem de alguma forma se camuflar no filme de Meireles. Argumento que o vídeo publicitário pode ser visto com um exemplo da ideia de Rio harmônico, festivo, cidade da convivência pacífica entre os povos, reproduzindo inclusive algumas figuras narradas por Freyre, como a da mulata. O fato de isto ter aparecido como ponto de destaque no vídeo pode indicar a centralidade de uma narrativa de sociedade harmônica e, portanto, de um encontro colonial pluricultural para a construção do Rio como cidade olímpica e deste novo "momento" do Brasil. Nesta ótica, o progresso e a concretização do futuro só parecem possíveis a partir de uma conciliação e de um esquecimento da violência de nosso passado colonial (e presente pós-colonial) e de sua transformação em harmonia.

Outros exemplos das tentativas de transformação da cultura em bem de consumo de valorização da cidade e, em especial, da zona portuária para as Olimpíadas podem ser vistos em vídeos de propaganda feitos pela Prefeitura. No filme de pouco mais de quatro minutos chamado *Porto Empreendedor*[14], o locutor abre afirmando que o Rio de Janeiro vive um momento de "oportunidades" devido a grandes investimentos e o dinamismo econômico do estado. O maior símbolo deste momento único da cidade, afirma o locutor, é a região portuária. Uma das características que mais atrai visitantes para o Porto, ele diz, "é sua identidade, sua tradição, sua história." E, para reforçar a importância da cultura para reativação

[14] Vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lJnwpp5N76w . Acessado em 25/11/17.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

econômica da região, o vídeo encerra dizendo: “muitas histórias de sucesso vão iluminar a transformação da região”.

Se identidades são sempre construções e re-invenções estabelecidas e performadas através de – entre outras coisas – narrativas e discursos, de modo que não existe uma identidade nem pura nem verdadeira (no sentido de uma identidade unicamente legítima e real), cabe indagar qual *identidade* estaria sendo mobilizada pelos discursos oficiais do Porto Maravilha e o que ela nos revela sobre a sociedade brasileira. E a dissertação argumenta que a identidade, a história e a suposta tradição evocadas por discursos oficiais e o senso comum estão, com enorme frequência, articuladas a um imaginário do Brasil como o país do encontro harmônico entre diferentes povos, onde *todas* as culturas convivem pacificamente. O que esta visão deixa de considerar, afirma-se, além da violência constitutiva da colonização e da formação da sociedade brasileira, são as hierarquias de poder que construíram a região portuária e a forma como a região é vista e narrada por outros moradores da cidade, pelo poder público e o fato de que não existe *uma* identidade, *uma* história ou *uma* tradição, senão uma confusão de tempos, trajetórias e histórias que se articulam e se rompem formando uma espécie de palimpsesto no porto carioca.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

2.4
Conclusão

O tempo é narrado e interpretado de diferentes formas em diferentes comunidades e tempos históricos. Formas de imaginá-lo, por sua vez, refletem nas possibilidades de se pensar o espaço e trazem reflexos políticos e sociais. Em uma tentativa de reafirmar o caráter heterogêneo, fragmentado e liminar da zona portuária, esta dissertação se propõe a usar a figura do espaço-palimpsesto como ponto de partida para refletir sobre esta região que é – ao mesmo tempo – limite entre mar e terra e confluência de fronteiras e onde cidade, nação e internacional de misturam, interligam e se sobrepõem. A fronteira em si que resguarda em seu território uma confusão de escalas. Reafirmar o caráter palimpsesto do porto é

reafirmar a simultaneidade da cidade, destacá-la como lugar de encontros (muitas vezes discordantes e violentos) e da produção (e não do expurgo) da diferença.

Neste sentido, o capítulo tentou desarticular um entendimento moderno de temporalidade, caracterizado pelas noções de progresso e linearidade e pelo privilégio do futuro sobre os outros tempos. Em discursos de reformas urbanas, o tempo ganha destaque especial e se torna elemento central de binários como velho/novo, sujo/limpo e atrasado/moderno. Com frequência, tais reformas são narradas como uma possibilidade de encerramento do passado (Pereira Passos) ou domesticação do mesmo (Paes) e descritas como caminhos para um futuro melhor e promissor.

No caso das duas reformas aqui estudadas, é possível observar a tentativa de introdução de novos ritmos, rotinas e costumes na cidade. No entanto, tais reformas subestimam o próprio morador das regiões que pretendem re-modelar. Ignora-se, neste sentido, o que Lefrebvre chamou de simultaneidade da cidade e a forma em que encontros entre diferentes cotidianos e histórias produzem o espaço para privilegiar um modelo pronto e abstrato de cidade (no início do século XX, moderna e industrial, e, mais recentemente, global).

Se o projeto do Porto Maravilha é fundamentado em uma ideia de re-conciliação com o passado da própria cidade do Rio de Janeiro e, portanto, com o restabelecimento de uma suposta harmonia tipicamente brasileira, a zona portuária em sua dimensão palimpsesto emerge como um constrangimento, um lugar de excessos, onde – apesar das tentativas de encerramento e domesticação – diferentes passados acabam por emergir. O Cais do Valongo que surge durante as escavações do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), o Cemitério dos Pretos Novos descoberto durante uma reforma familiar em um sobrado perto da Praça da Harmonia ou meninos negros e moradores da região e seus concursos de salto na Baía de Guanabara, em frente ao Museu do Amanhã[15], trazem à tona uma discussão impregnada do racismo que ainda faz parte do presente carioca, este

[15] Segundo reportagem do jornal Extra, a atividade já era recorrente entre os moradores, com a abertura da "nova" orla ganhou ainda mais adeptos. Ver: Alfano, Bruno "Só de onda na Praça Mauá: pular na Baía de Guanabara vira febre entre meninos do Centro". Jornal Extra. Rio de Janeiro, 6/12/2015. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/so-de-onda-na-praca-maua-pular-na-baia-de-guanabara-vira-febre-entre-os-meninos-do-centro-18224894.html

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

presente que também se revela passado. Trazendo a metáfora do palimpsesto sem deixar de ressaltar as hierarquias em jogo nas narrativas de reforma urbana e re-invenção do espaço, pretende-se restaurar o entendimento do passado como recurso, com força capaz de irromper no presente e no futuro, impregnando e deslocando outros tempos históricos.

Figura 2: Adolescentes moradores do Centro fazem disputa de salto na Baía de Guanabara, perto do Museu do Amanhã (Gustavo Azeredo, Jornal Extra, 2015).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

3

Espaço, tempo e diferença: imagens do internacional

Foi limpo o cesto
aos olhos de quem vê,
mas tu sabes que não.
Ana Luísa Amaral, *Palimpsesto* (2013, p. 41)

Era um dia ensolarado. Uma enorme embarcação saiu de Lisboa em direção ao Sul. Imponentes, as velas traziam o símbolo das cruzes de Malta, usadas pela primeira vez muitos anos antes, em uma navegação de Pedro Álvares Cabral. A proa, de madeira, levava cravejada a efígie do Infante Dom Henrique, um dos maiores incentivadores do que na Europa há quem chame de "Descobrimentos Portugueses". Depois de passar pela costa africana, a nau cruzou o Atlântico, até atracar na região do porto do Rio de Janeiro. Da terra, uma pequena multidão andava de um lado para o outro, sob sol a pino. Alguns observavam com entusiasmo a aproximação do navio estrangeiro e faziam fila para vê-lo mais de perto. Outros dividiam seus interesses e expectativas entre as diferentes movimentações de um porto carioca especialmente cheio para aquela época do ano. Aparentemente, acontecia por ali algo de singular.

A cena poderia ter se passado no século XVII ou XVIII, quando situações similares eram provavelmente parte do cotidiano do Rio. Mas o que se narra acima é precisamente um evento de agosto de 2016. À ocasião das Olimpíadas, o maior evento esportivo do mundo, Portugal, a exemplo do que foi feito por diversos países, construiu um espaço dedicado à sua história e cultura, onde receberia turistas brasileiros e estrangeiros. Enquanto países como Reino Unido, Itália, Holanda, França, Japão, Qatar e Jamaica, entre outros, instalaram suas "sedes" turísticas e festivas em clubes e casas do Rio de Janeiro ou mesmo nas areias das praias cariocas, a dita "Casa de Portugal" assumiu a forma de um navio carregado de símbolos coloniais atracado na Ilha das Cobras, antigo centro de triagem do Império Português onde escravos que tentavam fugir pela Baía de Guanabara eram capturados e presos, em frente a um renovado porto da cidade do Rio de Janeiro. Em um evento aguardado e celebrado pela classe política

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

brasileira como símbolo do avanço do país, uma espécie de sinal de que o ansiado futuro enfim chegaria ao Brasil e o país deixaria no passado o estigma de atraso, Portugal decidiu relembrar a condição de colonizador, apresentando símbolos do colonialismo à sua maior e mais rica ex-colônia.

O capítulo parte desta imagem – a do Porto Maravilha diante de uma embarcação com símbolos de exaltação ao colonialismo – para refletir sobre a forma como dois espaços-tempos tão diferentes (um do progresso, outro de um passado de exploração violenta) conviveram frente a frente diante não apenas da cidade do Rio de Janeiro, mas da arena internacional, simbolizada pelas Olimpíadas, cujo comitê organizador construiu a poucos passos desta sobreposição espaço-temporal, o Boulevard Olímpico, onde atividades culturais eram promovidas, como shows e exposições. A hipótese a ser aventada aqui é a de que tal cenário foi possível – entre outros motivos – devido a um desmembramento do tempo em partes, distribuídas rigorosamente em espaços definidos e fechados: o progresso emerge concretizado no Museu do Amanhã, enquanto o passado navega como celebração de um encontro nada harmônico, embora tantas vezes narrado dessa maneira. Água e terra não se misturam, na verdade mal se tocam. A fronteira, nesta forma de entender tempo e espaço, é construída e mobilizada para dividir, separar e amenizar conflitos.

Para desenvolver os argumentos propostos, o capítulo se divide em três seções. A primeira aborda como fronteiras podem ser vistas como espaços de conexão e separação. Ao invés de analisá-las como fixas e dadas, a seção vai trabalhar com a noção de mobilização de fronteiras e como fronteiras, ainda que simbólicas, são expressas materialmente na zona portuária. Por outro lado, pretende-se retomar a ideia de que o porto do Rio configuraria uma fronteira por si só, em uma tentativa de ressaltar ambivalências da região e contradições em torno de narrativas que tentaram apelar para uma suposta identidade única ou tradicional do local. Em um segundo momento, o capítulo aborda a narrativa da Casa de Portugal como um espaço encerrado e distante dos presentes da cidade do Rio de Janeiro e da sociedade brasileira, enquanto observa o Museu do Amanhã como um tempo suspenso, um presente-futuro (ou futuro-presente) que flutua sem se deixar contaminar pelos passados e que representaria o que o prefeito Eduardo Paes

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

chamou de "reencontro" da cidade com seu passado, um reencontro formal, retórico e sem afetos. Desta imagem, parte-se a outra: a do porto como retrato do internacional. Em outras palavras, de que modo a forma de lidar com a diferença no projeto do Porto Maravilha se aproxima da análise do internacional e o problema da diferença, feita por Naeem Inayatullah e David Blaney (2014). Também será analisado de que forma o porto como espaço-palimpsesto pode nos fazer pensar em um internacional, onde vínculos entre progresso e violência, metrópole e colônia sejam evidenciados. Por fim, a conclusão sugere uma similaridade entre a forma como Bhabha concebe o tempo e a maneira de pensar diferença sugerida por Inayatullah e Blaney.

3.1
Fronteiras, além de linhas no espaço

Uma ilha isolada da cidade. É assim que o projeto Porto do Rio (2001)[16], precedente fundamental do que veio a ser o projeto do Porto Maravilha, narra a zona portuária do Rio de Janeiro. Uma proposta anterior, de 1991, já usava metáfora similar e descrevia a região como "periferia do centro", delimitada e separada da cidade pelas três grandes avenidas Presidente Vargas, Francisco Bicalho e Rodrigues Alves. A ideia de que aquela seria uma região desconectada do restante do Rio se manteve e foi mobilizada diversas vezes pela prefeitura de Eduardo Paes e pelo projeto do Porto Maravilha, que apontavam o esvaziamento e o abandono do porto como um de seus grandes problemas. "Cidade sem centro é cidade sem alma", disse o prefeito[17]. E, portanto, o "descortinar" de novas paisagens – com a abertura da orla e a derrubada do Elevado da Perimetral – e o

[16] O projeto Porto do Rio foi lançado em 2001, durante a prefeitura de César Maia, e também tinha como inspiração experiências internacionais de reformas em zonas portuárias, tais como as de Barcelona e Buenos Aires. O projeto, que incluía a implantação do VLT, construção de três novos píeres e uma filial do Museu Guggenheim, assinada pelo internacionalmente conhecido arquiteto Jean Nouvel. O plano de reurbanização foi, no entanto, interrompido em 2003, tendo concluído apenas uma pequena parte de suas obras: a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa (Lopes & Fragalle, 2015). Muitas das ideias consolidadas pelo governo de Eduardo Paes, no entanto, foram retiradas do Porto do Rio, tais como o VLT, a recuperação do prédio da Polícia Federal (hoje parte do Museu de Arte do Rio) e a "abertura" de uma nova orla com ciclovias (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2001).

[17] Ver: Tabak, Flávio. "Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos". O Globo, 9/2/2012. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

"redescobrimento" da cidade passavam necessariamente pela redefinição das fronteiras entre porto e centro, entre porto e cidade. Parece que para a "recuperação" da alma da cidade seria necessário reinventar o centro do Rio e esse processo passaria, fundamentalmente, pela expansão deste para zona portuária. Segundo Paes, sua prefeitura repetiria os resultados da virada do século XIX para XX e transformaria o porto "em um novo paradigma para o país, dessa vez em um movimento integrado aos das cidades mundiais" (Paes, 2010, *apud* Carmo & Ortiz, 2014, s/n). Afirmo que o projeto implicou a mobilização de novas fronteiras e reativação de antigas. Mas que fronteiras seriam estas?

Traçados em mapas, linhas de separação, muros, cercas, divisões entre estados, cidades e países. É assim que fronteiras são descritas mais comumente: como separações físicas e geograficamente localizadas. Teorias modernas de Relações Internacionais, afirmam Bigo e Walker (2007), com frequência concebem fronteiras a partir da figura do círculo, onde um fora e um dentro são claramente delineados e distintos. As fronteiras, neste imaginário, existem como meios de diferenciação e separação. Resumem-se, de certo modo, a uma forma de exclusão.

> Fronteiras estão conectadas com práticas de guerra, batalhas, violência e exclusão. Muitas explicações sobre a vida política simplesmente assumem esta narrativa militar-religiosa sobre fronteiras como formas de separação, como uma exclusão que constrói duas identidades, o chamado nós e eles. Quem não ouviu o argumento de que a exclusão é uma condição para a criação de uma comunidade, que 'nós' precisamos de um inimigo para ter um grupo com uma identidade específica? (Idem, p. 734, tradução minha).

Se tal imaginário faz uso da figura do círculo como paradigma para definir a fronteira como uma linha clara e estável de separação entre um dentro e um fora, os autores desestabilizam tal noção a partir de três dimensões. Ao utilizar a fita de Möbius como metáfora, Bigo e Walker argumentam que não existe um fora e um dentro definitivos, a delimitação entre os dois espaços está sempre relacionada à posição do observador e, logo, é instável. Ao analisar as obras do Porto Maravilha, esta dissertação também sugere um entendimento de fronteira mais amplo, poroso e móvel. As fronteiras analisadas aqui são as que estão dentro da cidade, mobilizadas e praticadas diariamente no cotidiano de seus moradores e visitantes ou encampadas por projetos de governo e urbanização, como no caso do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Porto Maravilha. Seguindo a definição de Walker (2016), resumida por Summa (2016), entende-se fronteiras, portanto, como:

> (...) uma categoria mais ampla que pode ser definida como práticas de demarcação e diferenciação espaço-temporais, que podem (ou não) incluir delimitações geográficas, que podem (ou não) serem apoiadas por regulamentações administrativas ou legais e que podem (ou não) serem expressas materialmente. (Summa, 2016, p. 35, tradução minha).

As fronteiras, neste sentido, estão para além das linhas que demarcam territórios ou mesmo de mecanismos de separação e exclusão. Na perspectiva que para elas se propõe, as fronteiras emergem como práticas, de modo que o espaço é disputado diariamente, no cotidiano, e por narrativas de construção ou mobilização de identidades. Entender fronteiras como práticas é uma forma de desestabilizá-las, retirando-lhes o caráter fixo e perene, para destacá-las em sua formação contingente, além de enfatizar a centralidade da repetição e da performance para que uma fronteira se mantenha como tal. Como dito anteriormente, a fronteira não é apenas algo que exclui, mas também conecta e desconecta, desloca e conforma espaços e tempos. Têm, portanto, dimensões materiais e simbólicas.

Assumindo que as fronteiras entre cidade e porto mobilizadas com frequência pelo Porto Maravilha são da ordem do simbólico, porque não há barreiras físicas ou legais que separem a cidade de seu porto, ainda assim é possível argumentar que seus resultados são expressos materialmente, uma vez que alteraram as formas de organização do espaço e os ritmos cotidianos da região e estão intimamente ligadas à construção de uma nova identidade para a zona portuária. Antigas rotas foram soterradas para dar lugar a grandes avenidas, moradias populares foram demolidas para a construção de torres empresariais – estas sim, vazias – e ambulantes foram retirados das ruas próximas à Central do Brasil, onde até então trabalhavam diariamente. A dita “revitalização” da região, portanto, implicou o deslocamento e produção de outras fronteiras, que tentaram, por exemplo, localizar em espaços específicos memórias do passado-presente do Rio que não podem ser conformadas em limites encerrados. Neste sentido, esta dissertação se atém precisamente a estas dimensões simbólicas que buscaram

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

articular novos imaginários de cidade e de nação e, com isto, deixaram rastros materiais na região portuária.

Em julho de 2012, a prefeitura do Rio de Janeiro lançou a exposição "Meu Porto Maravilha", em um pavilhão na esquina das avenidas Venezuela e Barão de Tefé. Àquela altura as obras ainda estavam sendo implementadas, o visitante era então convidado a rever as transformações do passado da região e assistir a projeções de como ficaria o dito Porto Maravilha, com suas novas ruas, túneis e, claro, paisagens. As vistas "redescobertas" da cidade a partir do fim do Elevado da Perimetral e da construção de novos potenciais símbolos turísticos, como o Museu do Amanhã, se transformaram em cartões-postais. Se, por um lado, cartões-postais são imagens do passado, por outro, atuam muitas vezes como memórias a turistas e visitantes, sendo vendidos com muita frequência em pontos turísticos e lojas de souvenires mundo afora. Neste caso, no entanto, os cartões-postais do "Meu Porto Maravilha" não eram lembranças do que foi, mas projeções do que viria a se tornar a zona portuária. Que tal construção tenha sido feita a partir de um objeto atrelado ao turismo revela que tipo de identidade estava se buscando inventar para a zona portuária, a de um novo polo turístico do Rio, de mais uma paisagem *maravilhosa* ou ainda da incorporação de uma nova área, antes "vazia" e "abandonada", à *Cidade Maravilhosa*.

Entre as paisagens escolhidas para serem projetadas, estiveram Via Binário do Porto, Túnel da Saúde, Museu de Arte do Rio, Museu do Amanhã, Passeio Público e Via Expressa. A escolha de tais marcos reforça a tentativa de construir a região portuária como um novo polo turístico da cidade, uma vez que todas as imagens dos cartões-postais são ou obras de infraestrutura de circulação de carros atreladas à demolição da Perimetral e ao "reaparecimento" da Baía de Guanabara para passantes na região ou remetem a novos aparelhos culturais construídos no âmbito do projeto Porto Maravilha. Tais imagens, afirmam Carmo e Ortiz (2014), foram mobilizadas com o objetivo de construir a ideia de que um porto até então "feio", "vazio" e "degradado" se transformaria em um espaço "maravilhoso", arborizado, sem trânsito, e onde "pedestres poderiam *flanar* com toda tranquilidade" (Ibidem, s/n, grifo meu). Neste sentido, afirma-se, a mobilização de novas fronteiras e espacialidades na zona portuária por parte da prefeitura esteve

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

associada à tentativa de construir uma nova identidade para a região. Um processo, argumenta-se, muitas vezes simbólico, mas nem por isso destituído de reflexos materiais.

Segundo a historiadora Sandra Pesavento (2002), fronteiras são simbólicas na medida em que se configuram como fatores de representação. Em outras palavras, fronteiras são *loci* de construção de identidade e, neste sentido, se tornam formas de demarcação de diferenças. Se, como vem sendo argumentado, o projeto Porto Maravilha tentou inventar uma nova identidade para a zona portuária que ecoasse no resto da cidade (a região seria a vitrine de um Rio global, como um polo cultural, turístico e de empreendimentos), ele também se aproveitou de uma série de novas delimitações e binarismos para construir sua imagem por exemplo, passado/futuro, atraso/moderno, sujo/limpo e vazio/habitado. Neste sentido, revela-se como um projeto que mobilizou (ou pretendeu mobilizar) fronteiras que, além de terem o objetivo de remodelar a identidade da região, tentaram construir uma nova ordem espacial, com novas (ou repaginadas) hierarquias. Pesavento (2002) assinala:

> Sabemos todos que as fronteiras, antes de serem marcos físicos ou naturais, são sobretudo simbólicas. São marcos, sim, mas sobretudo de referência mental que guiam a percepção da realidade. Neste sentido, são produtos dessa capacidade mágica de representar o mundo por um mundo paralelo de sinais por meio do qual os homens percebem e qualificam a si próprios, ao corpo social, ao espaço e ao próprio tempo. Referimo-nos ao imaginário, este sistema de representações coletivas que atribui significado ao real e que pauta os valores e a conduta. Dessa forma, as fronteiras são, sobretudo, culturais, ou seja, são construções de sentido, fazendo parte do jogo social das representações que estabelece classificações, hierarquias, limites, guiando o olhar e a apreciação sobre o mundo. (pp. 35-36 *apud* Souza, 2014, p. 476)

Fronteiras são, portanto, simbólicas e, como tais, estabelecem hierarquias, limites e classificações. Tomam parte na organização de uma sociedade e têm, neste sentido, reverberações materiais. As fronteiras participam da construção das relações sociais dentro e entre comunidades políticas e, logo, podem atuar na delimitação dos espaços que sujeitos e histórias podem ocupar em relação a outros grupos. As fronteiras logo se revelam como limite entre um Eu e um Outro, mas não apenas na medida em que se tornam o espaço onde este Eu e este Outro divergem. Elas são, ao mesmo tempo, o local onde Eu e Outro são convidados a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

perceber a importância de cada um em sua própria constituição, a interconexão de suas identidades e, de certo modo, o caráter frágil, quase fictício, delas mesmas. A fronteira é, portanto, uma espécie de limiar ou de fusão entre a certeza da separação e a possibilidade da união. É o caminho entre dois territórios ou duas identidades, não pertencendo a nenhum unicamente. Retomar o porto como fronteira é, portanto, reforçar seu caráter intersticial, sua dimensão de não pertencimento a uma identidade fechada e singular. O porto como fronteira por excelência, como forma privilegiada da fronteira, pode ser pensado, desta forma, como um espaço de encontro tão produtivo quanto violento, um lugar que está dentro e fora tanto de si mesmo quanto de um todo de que é parte, um ponto oscilante entre o atraso e o moderno, um lugar em que se adensam futuro, passado e presente.

Para Homi Bhabha (2014), espaços intersticiais se tornaram lugares privilegiados para se pensar o mundo atual e seriam, por exemplo, cidades pós-coloniais, onde diferentes subjetividades, realidades históricas descontínuas e processos de diferença cultural interagem. Processos de hibridismo, de união e disjunção de histórias, trajetórias e tempos estariam no centro da cidade pós-colonial. Assim é que, viver na fronteira, argumenta Bhabha, se torna algo similar a um processo de tradução, tal qual descrito por Walter Benjamin[18].

A articulação entre culturas próprias a estes entre-lugares, diz Bhabha (1990), é possível não por semelhanças de conteúdo entre elas, mas pelo fato de todas as culturas serem formadoras de símbolos e produtoras de sujeitos e subjetividades. Negando a ideia de origem ou essência cultural e reafirmando a incompletude de qualquer cultura, Bhabha afirma que a "atividade de formação de símbolos, sua própria interpelação no processo de representação, linguagem, significação e produção de significado, sempre mina a assunção de uma identidade original" (Ibidem, p. 210, tradução minha). Neste sentido, Bhabha retoma a noção de tradução de Benjamin para mostrar como a cultura está sempre articulada a processos de alienação e secundarização em relação a ela mesma. A cultura,

[18] Sobre tradução, Benjamin diz: "(...) tradução toca apenas ao leve no original e somente num ponto infinitamente pequeno do seu significado, para depois, de acordo com a lei da fidelidade na liberdade do movimento da língua, continuar e seguir o próprio caminho" (2008, p. 40). Ou seja, longe de reproduzir literalmente o texto original, a tradução toca seu significado e produz algo novo, um alargamento e um aprofundamento da sua própria língua a partir do idioma estrangeiro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

portanto, acontece sempre na relação com o outro e nunca em si própria. E a tradução, por sua vez, é uma forma de imitar e deslocar sentidos. Se tudo pode ser repetido, imitado e simulado, diz Bhabha, então "o original nunca está acabado ou completo em si mesmo" (Ibidem, tradução minha). O hibridismo, neste sentido, pode ser entendido como a articulação e o deslocamento de fronteiras simbólicas que levam à produção de um novo espaço, de uma nova subjetividade, nunca encerrada, permitindo que outras posições surjam e que hierarquias sejam repensadas e desajustadas.

Argumento que, por ser fruto da interação entre diferentes culturas e identidades, a zona portuária pode ser pensada como o terceiro espaço[19] em si. Se, por um lado, projetos de urbanização tentaram confinar tempos e histórias em espaços específicos, por outro, o cotidiano e a interação entre diferentes culturas na região possibilitaram a emergência de outras narrativas. Originalmente, o projeto do Porto Maravilha não dava atenção à presença de culturas afro-brasileiras na região portuária e a importância da história da escravidão para o lugar. Na Avenida Barão de Tefé, por exemplo, estavam previstas apenas obras de esgoto e eletricidade, além das necessárias à implantação do VLT (Vassallo & Cicalo, 2015). Entretanto, durante as obras ligadas ao "bonde moderno", o Cais do Valongo foi encontrado em excelente estado de conservação. Com o reaparecimento do Cais e a pressão de movimentos sociais, o esquecimento completo da memória africana já não era uma opção[20].

Mas se entendermos o porto como a fronteira em si, um terceiro espaço, então as tentativas de fixar uma identidade única que retomam a zona portuária como um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

[19] O que Bhabha convencionou chamar de "Terceiro Espaço" é um espaço que se posiciona entre estruturas binárias, uma posição que é acionada por este tipo de discurso, mas não deriva diretamente dele, ao mesmo tempo que o desestabiliza, criando uma terceira posição, um deslocamento de oposições binárias, a partir das quais o discurso moderno (e, portanto, colonial) costuma se estruturar. Este deslocamento, por sua vez, traz a possibilidade de produção além de parâmetros ditos hegemônicos e, portanto, de resistência. Ver: Bhabha, 2014; Kapoor, 2008; Krishna, 2009.

[20] Em 2014, uma equipe coordenada pelo antropólogo Milton Guran começou a preparar o dossiê de candidatura do Cais do Valongo para Patrimônio Mundial da UNESCO, elaborado com o Iphan, em parceria com a prefeitura do Rio. Três anos mais tarde, no dia 9 de julho de 2017 o Cais ganhou o título oficial. A UNESCO considera o lugar "a mais importante memória da diáspora africana fora da África". Ver mais em: UNESCO. "Cais do Valongo é o novo sítio brasileiro inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO". Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/about-this-office/single view/news/valongo_wharf_is_the_new_brazilian_site_inscribed_on_unesco/

espaço de tradição, o centro onde estaria a alma da cidade e um lugar a ser explorado como polo turístico se revelam tentativas disciplinadoras. Em outras palavras, enquanto a cultura só acontece na relação com o outro (Bhabha, 1990), o projeto Porto Maravilha parece ter tentado fixar uma identidade única, um tempo específico e um espaço homogêneo na região portuária, onde diferentes culturas ocupariam espaços e tempos específicos, sem relacionar-se entre si. Na próxima seção, analiso como isto se deu em dois casos: o Museu do Amanhã e a estada do navio-Casa de Portugal, durante as Olimpíadas 2016.

3.2
Tempos suspensos: Museu do Amanhã e navio-Casa de Portugal

Três de agosto de 2017, quinta-feira, 11 horas. Quase não há pessoas no metrô. No Largo da Carioca, pego um VLT igualmente livre. O locutor anuncia: "Próxima parada: Parada dos Museus". O céu azul e o sol nos lembram que o inverno no Rio nem sempre é inverno. Na Praça Mauá as sombras são escassas. E muitas crianças – provavelmente ainda de férias escolares – fazem fila para entrar no Museu do Amanhã. Uma estátua humana parece imitar algum super-herói, mas minha ignorância no tema me impede de reconhecê-lo. As crianças riem. No início do que foi o Boulevard Olímpico, alguns *food trucks* vendem hambúrguer, bebidas e outros lanches. Retiro meu bilhete comprado pela Internet e mostro minha identidade para comprovar que sou carioca, o que me garante a meia entrada. O ingresso me permite ainda o acesso ao vizinho Museu de Arte do Rio (MAR), onde não há fila. Se no Museu do Amanhã dividi salas com crianças, no MAR caminhei sozinha por uma exposição sobre populações indígenas no Rio de Janeiro, onde descobri – entre outras coisas – que o chiado no sotaque carioca seria uma influência indígena em nosso jeito de falar. É só ao subir no terraço com vista panorâmica que encontro o restaurante do museu cheio de engravatados, provavelmente funcionários de escritórios da região, penso. Lá de cima, é possível ver a Baía de Guanabara, a ponte Rio-Niterói ao fundo e o esqueleto branco do Museu do Amanhã.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Projetado pelo renomado arquiteto espanhol Santiago Calatrava e aberto ao público no dia 19 de dezembro de 2015, após quatro anos de obras[21], o Museu do Amanhã é considerado o maior símbolo da reforma da zona portuária. Foi descrito tanto como um "presente"[22] para a cidade do Rio quanto como "ícone internacional" que teria ajudado a ampliar a imagem da cidade a nível global (Paes, 2016). Sob a premissa de que "o amanhã é hoje", o museu tentou trazer o futuro para o agora, mas neste movimento parece ter reforçado uma ideia de presente disjuntivo, onde suas premissas e discussões surgem descoladas do espaço em seu entorno. Se a missão que o museu atribui a si próprio foi a de debater formas de viver e moldar os próximos anos no *planeta*[23], a ênfase na ciência e na técnica parecem tê-lo desconectado do presente, assim como da constante descoberta e redescoberta do passado *localizado* da cidade, o qual a prefeitura de Eduardo Paes tantas vezes prometera reencontrar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

[21] Informações retiradas do site do Porto Maravilha. Ver mais em: http://portomaravilha.com.br/museu_amanha

[22] Ver reportagem "Rio ganha nesta quinta o Museu do Amanhã, na Praça Mauá", dia 17/12/2015. Disponível em: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/rio-ganha-nesta-quinta-museu-do-amanha.html

[23] Este objetivo é reforçado nos materiais de comunicação institucionais do Museu. Ou seja, folders, livro comemorativo do primeiro ano de funcionamento e o site. Ver: https://museudoamanha.org.br/pt-br/sobre-o-museu

Figura 3: Vista frontal do Museu do Amanhã (Foto minha, 2017)

Ao entrar no edifício de estrutura branca do Museu do Amanhã, é possível sentir-se longe das cores e sons de uma cidade como a do Rio de Janeiro. Por toda a extensão do museu, paredes brancas envolvem o espectador, enquanto vidros antitérmicos deixam a luz do sol entrar, embora filtrem seu calor. Ao visitante, é dado ver a Baía de Guanabara, muito embora sob um ponto de vista específico, o de uma curiosa ilha asséptica e refrigerada, introduzida paradoxalmente nas extremidades do que ainda é continente. Na primeira sala da exposição permanente (a principal do museu), o visitante assiste a um vídeo que ata a origem do planeta aos dias de hoje. Em uma sala escura, é convidado a se somar aos demais espectadores sentados ou deitados no chão, mirando uma tela de 360º graus, acoplada ao teto do museu. Nela, passa-se do Big Bang à atualidade em menos de dez minutos, entre efeitos visuais, sonoros e frases em linguagem publicitária. Ao fim do vídeo, o narrador diz: "Somos o pensamento que imagina o amanhã, o amanhã que é aqui e agora"[24]. Assim o visitante é convidado a seguir seu percurso museu adentro pensando sobre aonde os levarão não seus próximos

[24] A transcrição do vídeo está disponível em: https://museudoamanha.org.br/sites/default/files/Roteiro_Portal-Cosmico.pdf

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

passos, mas os próximos anos. O que é desde logo reforçado, pelo que se lê no texto curatorial com que se depara em seguida:

> O futuro não está pronto e acabado. A cada dia, a cada escolha, o rio do Tempo se abre em um delta de Amanhãs possíveis. O curso que a realidade irá seguir depende cada vez mais de nós, como atores do Antropoceno, na construção do porvir. Sabemos que a única certeza sobre o futuro é que haverá o inesperado, mas as Ciências nos indicam as grandes tendências que muito provavelmente moldarão as próximas décadas. (...) Como sociedade, como seres vivos, como humanos, nosso desafio comum será o de inventar rumos, rotas e caminhos para navegarmos entre o que somos hoje e o que poderemos vir a ser.

Em outras palavras, o amanhã descrito no e pelo museu não é um fluxo constante entre passado, presente e futuro, não é o resultado de uma força maior e natural do tempo. Também não é algo determinável, apesar da ciência ser supostamente capaz de detectar "tendências". Neste sentido, o amanhã ainda é algo inacabado, uma construção que começa no presente e que existe não como rio em toda a extensão e movimento do seu curso, mas já como um "delta de possibilidades". Nesta construção, o passado é omitido a não ser quando surge como origem, como sugerido pelas referências ao Big Bang e à evolução biológica da humanidade.

Tanto é assim que, entre as atrações do museu, estão espécies de jogos criados para avaliar o tipo de humano que o visitante será no futuro ou para medir o impacto de cada espectador no planeta, analisando seus hábitos alimentares e de consumo, em meio a uma série de sons e imagens e apelos reiterados à interatividade, de modo que nos sintamos em um parque temático do futuro. Um futuro que pode ser ameno ou trágico, como revelam os números que o museu indica sobre o crescimento supostamente descontrolado das grandes metrópoles globais, que é comparado ao processo de reprodução de uma colônia de bactérias. Nosso destino, tudo no museu indica, só depende das ações que tomamos hoje. E o passado? Este parece esquecido, desconectado do futuro em debate. O amanhã emerge, neste sentido, como um presente-futuro sem passado. A linha teleológica do progresso é quebrada com o desprendimento do passado e, agora, o que importa não parece ser pensar, repensar, redescobrir o que se passou, nem mesmo aprender com suas "lições", mas focar neste presente que se torna futuro.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Muitos aspectos do Museu do Amanhã apontam para esse afastamento do passado, mas talvez um dos mais simbólicos – afirma-se – esteja na sala de encerramento da exposição permanente. No meio de uma grande estrutura de madeira, o visitante encontra um suporte redondo branco com dizeres e ao centro um objeto comprido de madeira. A estrutura redonda de madeira da sala *evoca* uma oca indígena, enquanto o objeto *é* uma churinga, uma peça tradicional de populações aborígenes australianas que é vista como um instrumento de transmissão de conhecimento que costura passado e futuro e, segundo o próprio museu, é o único objeto físico a integrar o acervo. Enquanto a oca – construção tradicional de muitas sociedades indígenas brasileiras –, na mais significativa das hipóteses, estabelece uma relação indireta com o objeto a que se refere, a churinga afirma a sua presença enquanto tal. Ao contrário da oca, o significado da churinga não se completa em uma ausência, não se define em uma relação de representação e sim acontece em sua estrita presença como matéria, no próprio objeto usado nos rituais aborígenes. A escolha por uma peça de uma cultura indígena tão distante (geográfica e culturalmente) em um país com uma importante e múltipla matriz indígena em sua formação como o Brasil soa desconfortável. Ao escolher um objeto de um povo distante, parece que o museu desloca o visitante das realidades ao seu entorno. Neste movimento, o museu parece assumir um discurso generalista. A cultura aborígene, neste sentido, se torna um *símbolo* para culturas tradicionais no geral, uma espécie de passado. Mas não um passado específico, contextualizado, senão um passado abstrato, que paira ao fim da exposição como um tempo suspenso e indefinido como o futuro que o museu se propõe a retratar.

Em entrevista concedida durante a Bienal de São Paulo, no ano de 2012, Homi Bhabha reflete sobre a iminência e a importância do passado na construção de algo novo. Se, tal como ele conceitua, iminência é "a aspiração de trazer novidade ao mundo, ao mesmo tempo em que se reconhece que em todo passado também existe a semente da novidade"[25], então o novo não se revela como algo inédito, mas como algo que é visto e revisitado, a partir de um outro aspecto. "A novidade", diz Bhabha, "emerge porque nós temos uma experiência vívida do passado". Argumento que a imagem do tempo articulada por Bhabha não é da ordem da linearidade, mas de algo em que se reconhece a importância de algum

[25] Entrevista disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ym2dPYqIvmA

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

tipo de vínculo, ainda que construído brevemente, com o passado para a possibilidade de construção de desvios e de novos caminhos. Um futuro aberto, neste sentido, demandaria repensar o passado. Em outras palavras, futuros alternativos que representam uma mudança real na partilha de uma comunidade, que reflitam um comum mais igualitário, onde hierarquias históricas podem ser rompidas, só seriam viáveis a partir da experiência vívida do passado. Um amanhã que se propõe a partir do presente não é, portanto, um amanhã diferente do hoje e do ontem, é apenas uma manutenção da ordem com um outro rosto. O Museu do Amanhã e o projeto do Porto Maravilha parecem ter o rosto da tecnologia e da ciência. Mas poderia a técnica mudar a forma como o espaço da zona portuária é pensado e praticado?

De certo modo, argumenta-se, parece possível pensar o Museu do Amanhã a partir de uma temporalidade dupla. Por um lado, ele transforma futuro em presente e omite o passado, modificando a tradicional linearidade do progresso moderno, e se inserindo dentro de uma lógica neoliberal na qual técnica e gerenciamento substituem a política. Ainda assim, por outro, faz parte de uma narrativa mais específica, associada à noção de progresso, no âmbito da qual é descrito como símbolo de uma superação nacional e da chegada do Brasil a um novo patamar de desenvolvimento, que o alçaria à companhia dos países ditos civilizados. O Museu do Amanhã é, como afirmou Eduardo Paes, um ícone da suposta passagem do Rio (e do Brasil), no cenário global, da condição de país de Terceiro Mundo à de país modernizado (2016, p. 7).

A obsessão pelo progresso e pela modernização é uma das questões levantadas por Bhabha ao fim de “O local da cultura” (2014). Ele se pergunta: “Quem define esse presente a partir do qual falamos? (...) o que é o desejo dessa demanda repetida da modernização?” (p. 386). Na ansiedade por atingir uma nova posição e deixar seu lugar de inferioridade na política internacional, o Brasil parece ter se esquecido de indagar o que acontece com a modernidade em espaços que foram relegados a ouvir e não a falar sobre progresso, “onde progresso é algo sobre o que se ouve e não se vê” (Ibidem). O discurso do progresso evoca, simultaneamente, duas articulações temporais: uma da ordem da continuidade, afinal é como se o destino natural dos povos fosse a evolução civilizatória; e, por

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

outro, uma da interrupção, visto que o progresso surge para acabar com uma história de atraso.

Mas, se, como conceitua Fasolt (2013) a tentativa de isolar e se desprender do passado nada mais é que ilusão, e a metáfora do palimpsesto lembra que diferentes camadas de tempo se entrelaçam e irrompem em diferentes presentes e futuros, como a tentativa de desligamento do passado ou de um reencontro unicamente harmônico com o passado retorna na Praça Mauá? Tomemos um exemplo em que passado, presente e futuro se chocam, sem se entrelaçar, de modo que os tempos correspondem a espaços específicos. O futuro transformado em presente se localiza no Museu do Amanhã e o passado se fecha na Casa de Portugal, onde a narrativa foi da ordem da celebração e não da reflexão.

Figura 4: Casa de Portugal atracada no porto do Rio, em agosto de 2016 (Flávia Mantovani, G1, 2016)

Entre os dias 3 e 22 de agosto de 2016, o navio-escola Sagres atracou no porto do Rio de Janeiro, praticamente em frente ao Museu do Amanhã, e se tornou sede da Casa de Portugal durante os Jogos Olímpicos. Considerado uma “embaixada itinerante”, o navio já aportou em mais de 170 cidades estrangeiras em seus 55 anos de atividade, ajudando tanto na “afirmação de Portugal no mundo” quanto na

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

divulgação da cultura, valores e produtos lusitanos[26]. Até chegar ao Rio, passou por Cabo Verde, Recife e Salvador. Como uma espécie de dispositivo diplomático, seu objetivo seria o de reafirmar os laços e as "origens" portuguesas de suas ex-colônias. No momento em que o Brasil afirmava a concretização do futuro, ou seja, a chegada de sua modernização ao termo através das Olimpíadas e do porto remodelado, Portugal decide atracar uma embarcação que imita as caravelas das navegações colonialistas para "celebrar" sua história e cultura nacionais no território brasileiro.

O passado colonial, no entanto, conviveu harmonicamente com o presente-futuro olímpico. A Casa de Portugal foi uma das "queridinhas do público" e recebeu em média mais de seis mil visitantes por dia, com filas de espera para visitação de até uma hora[27]. Diante de um símbolo do colonialismo, o que se sobressaiu foi o imaginário de um encontro pluricultural harmônico, no qual a violência aparece como coadjuvante.

Em *O Próspero e o Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e interidentidade* (2003), Sousa Santos analisa algumas especificidades do colonialismo português, o qual chama de "colonialismo subalterno". Para o autor, a relação colonial portuguesa se enraizou de modo particular e intenso nas configurações sociais e de poder nas ex-colônias lusitanas. A ausência de uma diferença clara entre a identidade do colonizador e do colonizado e a inscrição desta indistinção na própria identidade do colonizador português (que é também um colonizador colonizado de forma indireta pelo Império Britânico) produz a ambivalência das representações nas sociedades pós-coloniais de língua portuguesa. Para Sousa Santos, tal complexidade identitária permitiu que cumplicidades insuspeitas fossem estabelecidas entre colonizador e colonizado. Neste sentido, ocorreu um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

[26] As informações foram retiradas do site oficial do navio-escola: http://sagres.marinha.pt/pt. Entre suas missões, estaria a visita a países da diáspora portuguesa, muitos deles ex-colônias. O navio, segundo o site oficial, seria motivo de "orgulho" para os portugueses. Uma clara alusão às ditas Grandes Navegações portuguesas que deram início, entre outras coisas, à colonização do Brasil. Percebe-se, portanto, como o colonialismo é construído como motivo de orgulho e memória da grandeza de Portugal. Último acesso: 22/4/2018.

[27] Ver mais em: Pôssa, Nanna. "Navio Escola Sagres é a sede da Casa de Portugal na Olimpíada". Publicado em Radioagência Nacional, 11/08/2016, e disponível em: http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2016-08/navio-escola-sagres-e-sede-da-casa-de-portugal-na-olimpiada. E: Brandão, Marina. Ferro, Maurício. "Com o fim dos Jogos, maioria das casas vai fechar". Publicado em O Globo, 20/08/2016, e disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/com-fim-dos-jogos-maioria-das-casas-vai-fechar-as-portas-19961549

esvaziamento das relações de poder coloniais: “um Próspero tão difuso a ponto de se confundir por vezes com o Caliban não podia senão confundir este último, baralhar-lhe a identidade e bloquear-lhe a vontade emancipatória” (Ibidem, p. 50).

No Brasil, tal fenômeno teria se desdobrado no que Sousa Santos chamou de “colonialismo interno”. A forma como a elite brasileira se fundou e orientou suas práticas é, para o autor, o maior espaço de continuidade do colonialismo português no país: “às elites oligárquicas foi permitido transferir para suas contas as estruturas de dominação colonial ao mesmo tempo que cantavam loas ao ato inaugural da construção do Estado nacional” (Ibidem, p. 51). Mas, se Sousa Santos sugere consequências negativas da relação promíscua entre colonizador e colonizado, a mesma característica – vale relembrar – é enaltecida por Gilberto Freyre (2003) que vê esta relação como resultado de uma suposta propensão dos portugueses a serem menos racistas e, por isso, a se misturarem com os colonizados. Neste sentido, Freyre afirma que o que caracterizou a colonização portuguesa no Brasil foi “uma profunda *confraternização* de valores e de sentimentos” (p. 438, grifo meu).

A imagem da navegação portuguesa diante do Porto Olímpico carioca pode ser entendida, portanto, como uma figura potente do encontro entre passado e futuro no presente e, com ele, o da continuidade entre colonizador e colonizado. Mas, antes, ela também revela a forma como a relação confusa entre colonizado e um colonizador que, por vezes, também era colonizado, ajudou a consolidar uma narrativa harmônica da colonização do Brasil, muitas vezes narrado como um país pacífico e multicultural, onde *todos* convivem festivamente e impera uma *confraternização* de culturas e raças. A interação Museu do Amanhã e navio-Casa de Portugal se torna o retrato das relações de poder coloniais esvaziadas a partir da continuidade de práticas de exclusão e dominação análogas ao colonialismo por parte da elite brasileira. Neste tipo de relação, pouco parece importar (ou talvez, convenha não lembrar) as feridas da colonização e suas irrupções nos presentes brasileiros.

De um lado da Baía, sobre as águas da Guanabara, a embarcação de um país que empenha-se em afirmar sua condição de colonizador. De outro, sobre a terra, o símbolo de uma ex-colônia que deseja mais do que tudo deixar de ser lembrada

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

como atrasada, primitiva e desordenada; e, para isso, segue um projeto de nação alinhado aos ideais modernos de progresso, em que persistem as violências que este modelo implica ao mesmo tempo em que tenta esvaziar politicamente as exclusões que o distinguem. As Olimpíadas foram entendidas e concebidas por muitos segmentos da sociedade brasileira como uma oportunidade de desenvolvimento para o país (a partir de investimentos externos e da iniciativa privada, por exemplo), e também de se afirmar como uma "grande nação". Neste raciocínio o próprio porto torna-se uma espécie de metonímia de uma identidade que parte de uma lógica ocidental e colonial de exploração e violência como caminho para o enriquecimento, ao mesmo tempo em que narra o sonho de emancipação de uma população que foi sempre marginalizada ou diminuída no cenário internacional. O problema é que nas tentativas de construir o futuro no espaço do porto estava também imbuído o apagamento de outros espaços e cotidianos que seriam símbolos deste passado a ser superado.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

3.3
O Porto Maravilha como uma imagem do internacional

Se o capítulo começa com uma imagem, este item final encerra com outra: o Porto Maravilha como retrato do internacional. Portos são espaços historicamente transnacionais, cujas interações vão além das fronteiras da cidade ou do estado. No caso do Rio de Janeiro, como vimos no capítulo anterior, o porto surge com a colonização enquanto espaço de conexão com regiões de dentro e de fora do Brasil. Em *A hidra de muitas cabeças* (2008), Peter Linebaugh e Marcus Rediker trazem um relato particular do mundo atlântico nos séculos XVII e XVIII a partir da análise das múltiplas singularidades de experiências não apenas marítimas, mas também portuárias. No livro, o navio é descrito como motor e cenário de resistência ao capitalismo. Esta dissertação pretende estender esta noção ao porto, ao comparar sua imagem à do internacional, onde movimentos de homogeneização e irrupções de particularidades parecem estar em frequente disputa. Peça importante na circulação de mercadorias no início do capitalismo, portos também eram os espaços por onde experiências e ideias circulavam, muitas delas revolucionárias. Com frequência, por exemplo, escravos fugidos ou negros

libertos buscavam refúgio e dinheiro em portos, onde arranjavam emprego como marujos (p. 240).

Espaços transnacionais e multiétnicos, os portos eram, portanto, espaços de heterogeneidades. Linebaugh e Rediker demonstram como a partir do século XVII diversos governantes e pensadores começam a usar o mito de Hércules e da hidra para justificar o combate às multiplicidades e a necessidade de uma ordem social onde prevalecesse a homogeneidade. Nesta perspectiva, a hidra de muitas cabeças passou a simbolizar desordem e resistência, enquanto coube a Hércules – alçado a uma espécie de herói do progresso – extingui-la. O semideus romano teve sua imagem reproduzida em notas de dinheiro, selos e palácios. Segundo Linebaugh e Rediker (2008), Francis Bacon usou Hércules em sua análise da ciência e do capitalismo modernos e, posteriormente, Giambattista Vico utilizou-o para desenvolver sua teoria dos estágios da História (2008, p. 10). Para os autores,

> (...) [s]e o mito da hidra expressava o medo e justificava a violência das classes dominantes, ajudando-as a construir uma nova ordem de conquista e expropriação, de patíbulos e verdugos, de colônias, navios e fábricas, ele sugere algo bem diferente para nós, historiadores – ou seja, uma hipótese. A hidra tornou-se um meio de explorar a multiplicidade, o movimento, a conexão, as longas ondas das correntes planetárias da humanidade. A multiplicidade foi indicada, se assim se pode dizer, em linhas gerais, nas multidões reunidas nos mercados, nos campos, nos cais e nos navios, nas colônias, nos campos de batalha (...) (Ibidem, p. 14).

Assim como Linebaugh e Rediker, Naeem Inayatullah e David Blaney (2004, 2016) associam a questão da diferença a teorias do estado moderno e ao próprio campo das Relações Internacionais. Se os primeiros usam o mito de Hércules e da hidra para mostrar de que modo a diferença era narrada como um perigo, uma monstruosidade, os últimos localizam a origem da equação diferença e ameaça nos primeiros pensadores do estado moderno e seus esforços em controlar as diferenças que surgiam tanto das guerras religiosas na Europa, quanto do "descobrimento" das Américas.

Segundo Inayatullah e Blaney (2004), a Paz de Vestfália (1648) é comumente narrada como o marco de virada entre a era medieval e a modernidade, o tratado que sela a passagem de uma Europa unificada pela religião cristã para uma sociedade de estados independentes. Tal narrativa insinua, com frequência, que a

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Europa resolveu o problema da diferença e se tornou mais tolerante após Vestfália. Os autores, no entanto, contra argumentam que o tratado de paz significou mais o adiamento do enfrentamento da questão da diferença, do que sua solução. Neste sentido,

> (...) a visão de Vestfália como um ponto crucial de transição para uma era mais civilizada ignora o impacto relativamente negativo da experiência da guerra para as formas de pensar a diferença. Ao invés de apoiar a abertura ao outro ou incentivar uma visão da diferença como recurso, o legado intelectual da era é uma desconfiança generalizada da diferença. Desordem e degeneração são pensados como resultado da diferença; uniformidade e homogeneidade naturalmente produzem ordem social e estabilidade (...) (Ibidem, p. 33, tradução minha).

Inayatullah e Blaney recorrem, então, ao movimento duplo de Tzevetan Todorov para mostrar como, ao equacionar diferença e inferioridade, construímos um legado no qual a igualdade só é possível através da assimilação. Segundo Todorov, a violência colonial se baseia na separação entre Eu e Outro e a recusa de qualquer noção de sobreposição entre as duas identidades. Por outro lado, quando o Outro é visto como o Eu, ele é assimilado pelo Eu. Ou seja, qualquer perspectiva de igualdade, nesta lógica, envolve a negação da diferença entre Eu e Outro. Nos encontros coloniais, portanto, o Outro é visto como diferente e inferior, sujeito a violência, exploração e dominação.

Os autores relembram, ainda, que certas teorias de estado modernas que inspiram imaginários sobre o internacional introduzem a ideia de uma sociedade de estados cujos integrantes seriam unidades iguais, de modo que suas diferenças ficariam, portanto, contidas na esfera da política doméstica e deveriam ser administradas interna e separadamente, por cada membro. Neste sentido, cada estado deve lidar com suas diferenças particulares de modo a apagá-las, amenizá-las, policiá-las, assimilá-las ou exterminá-las. De certo modo, cria-se um senso comum de que a coesão social só pode existir através da homogeneidade e que, portanto, diversidade significa caos social. Este tipo de formulação ajudou (e ajuda) em processos de naturalização da violência, servindo muitas vezes de justificativa para "imposição do colonialismo como forma de erradicar espaços não governados pela lei moderna e por estruturas estatais" (Inayatullah & Blaney, 2004, p. 106, tradução minha) e até hoje marcam o encontro com populações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

narradas como figuras do atraso, da desordem e da sujeira, para relembrar termos utilizados nas reformas do Porto Maravilha para descrever a zona portuária antes do início das obras do projeto.

Mas de que maneira seria possível conectar a narrativa da sociedade de estados criticada por Inayatullah e Blaney e o impulso por homogeneização apontado tanto pelos dois quanto por Linebaugh e Rediker ao projeto do Porto Maravilha? De que forma as obras que seriam responsáveis por alçar o Rio de Janeiro ao estágio global podem ser vistas como tentativas de reproduzir o imaginário do internacional composto por unidades iguais e delimitadas no espaço do porto? Ou, ainda, como um espaço construído pela expansão colonial, marcado pela escravidão, espaço de comércio e fluxos globais, pode ser visto – se narrado a partir de outra perspectiva – como o internacional moderno que se constrói a partir de relações de dominação e exploração entre Europa e outras partes do mundo?

A partir de uma série de medidas que seguiram cartilhas já implementadas em cidades como Baltimore, Boston, Hong Kong e outras, o projeto do Porto Maravilha foi narrado como uma vitrine do progresso brasileiro, a concretização do futuro do país que tornaria o Rio de Janeiro mais próximo de outras cidades tidas como desenvolvidas. Buscou-se, portanto, a reprodução de um modelo de cidade global como forma de reconhecimento do novo estágio de modernização da cidade e do país. Neste sentido, a construção de uma similaridade produziria a aceitação da cidade neste grupo seleto. A sujeira, o passado e o atraso deveriam ser, então, apagados, suavizados ou domesticados. Uma vez mais, o Porto Maravilha parece seguir um imaginário espacial da horizontalidade, não em termos de autoridade, mas no sentido de que a cada experiência, grupo ou narrativa deveria corresponder um espaço específico e delimitado na região portuária: a herança portuguesa caberia ao Morro da Conceição, a favela se limitaria ao Morro da Providência com seu novo teleférico, o futuro caberia ao Museu do Amanhã e a Pequena África se distribuiria por lugares como a Pedra do Sal, o Cais do Valongo e o Instituto dos Pretos Novos. Eles não se misturam ou não devem se misturar. A diferença, uma vez domesticada, atua, neste sentido,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

como produtora de ativos para a marca do Porto Maravilha, um bem cultural a ser consumido e que valorizaria o solo a ser especulado no mercado imobiliário.

Ao desconectar estas histórias e trajetórias, a violência colonial e suas irrupções ou vestígios no presente do Rio de Janeiro ficam em segundo plano, e talvez neste sentido a visita de um navio cravejado de símbolos de um passado colonial cause tão pouco estranhamento. Segundo Inayatullah e Blaney (2004), nos processos de expurgo da diferença, o tempo e o espaço se tornam estratégias de controle. O primeiro envolve a mobilização de ideias de desenvolvimento e modernização, enquanto o segundo leva à separação a partir da construção de fronteiras claras entre um Eu e um Outro. Argumenta-se, ainda, que há algo de similar entre o desenho do Porto Maravilha e o do multiculturalismo, onde todas as culturas são narradas como bem-vindas, aceitas e celebradas, desde que partilhem algo de comum com a cultura dominante (Bhabha, 1990; Sousa Santos, 2010b). Ainda que muitas histórias apareçam no projeto e nos discursos do e sobre o Porto Maravilha, suas diferenças só seriam totalmente celebradas quando já domesticadas e suavizadas.

Por outro lado, movimentos em direção ao uniforme e ao universal, com frequência envolvem a produção de categorias, teorias e modelos abstratos, tais como a cartilha importada de cidade global, reproduzida nos mais diversos espaços urbanos. No caso do Porto Maravilha, é possível identificar ainda um outro movimento de abstração duplo: a abstração dos moradores da região, por um lado; e a criação de uma categoria igualmente abstrata de turista/visitante consumidor, por outro. Se o primeiro deveria ser minimizado no desenho da *nova* zona portuária, o segundo tornou-se ao mesmo tempo objetivo de atração e garantidor daquele projeto, através do consumo e também na participação ativa na construção dos novos costumes, ritmos e práticas da região. O turista seria, portanto, aquele ou aquilo que salvaria a zona portuária do seu suposto estado de degradação e abandono e ajudaria a atrair comércio, empresas imobiliárias e outros investimentos privados para região.

Para Rossone de Paula (2016), as obras urbanas promovidas à ocasião das Olimpíadas podem ser vistas como a “arrumação de casa” necessária para que o Brasil conquistasse a credibilidade demandada pela projeção internacional (p.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

160) e fosse, então, *assimilado* a um novo patamar de civilidade. As intervenções nos espaços da cidade implicam a alteração de fluxos de pessoas, serviços e capital e, entre as narrativas de apoio a tais obras, é comum encontrar uma linguagem de controle, limpeza, disciplina e pacificação de áreas ou populações descritas como violentas, sujas e vulneráveis. É, justamente, neste processo de expulsão de corpos "indóceis" e espaços "impossíveis" de serem modernizados que podemos observar um embate com a diferença. Como apontam Inayatullah e Blaney (2004), na busca por uniformidade, a violência muitas vezes é naturalizada, vista como algo inevitável no processo de modernização.

De acordo com o dossiê *Olimpíada Rio 2016, Jogos da Exclusão* (2015), organizado pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, mais de 22 mil famílias foram removidas de suas casas entre 2009 e 2015 (p. 20). Os dados da Prefeitura, no entanto, não deixam claro quais destas remoções estariam associadas às obras para as Olimpíadas e a Copa do Mundo de 2014, muitas vezes fazendo uso de classificações como "área de risco" ou de "interesse ambiental" para justificar as remoções. Segundo o dossiê, pelo menos 4.120 famílias foram retiradas de suas moradias pelas reformas olímpicas. Na zona portuária, as remoções foram feitas tanto em favelas da região, quanto em prédios públicos que estavam abandonados durante anos e onde funcionavam ocupações de moradores sem-teto.

As demolições de casas no Morro da Providência ficaram marcadas pelo fato de terem ocorrido em ausência de diálogo com os moradores. Muitos relataram terem acordado um dia com a sigla "SMH" (de Secretaria Municipal de Habitação) junto a um número pintado na parede de casa. A marcação sinalizava justamente as moradias que seriam derrubadas. Indignados, moradores mudaram o significado da sigla, que passou a ficar conhecida como "Saia Hoje do Morro". Segundo a Prefeitura, 380 famílias estavam em área de risco e outras 291 precisariam ser realocadas para a construção de um plano inclinado, um teleférico e para as obras do programa de urbanização Morar Carioca, iniciadas em 2011. O argumento de que os moradores viveriam em área de risco, no entanto, foi descartado por um laudo geotécnico que concluiu que um número bem menor de famílias estava em área de vulnerabilidade. Em 2012, a Defensoria Pública do Estado entrou com

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

uma medida cautelar pedindo a suspensão das obras, por falta de estudos de impacto ambiental e de vizinhança, além de ausência de um cronograma de remoções, que não fora informado aos moradores. A Prefeitura conseguiu retomar as obras, mas a retirada de moradores foi suspensa (Dossiê Jogos da Exclusão, p. 29). O teleférico foi inaugurado na Praça Américo Brum, mas não está mais em funcionamento.

No caso das ocupações em prédios públicos abandonados, o dossiê contabilizou sete que foram totalmente destruídas. Muitos destes prédios estavam em locais que tiveram intervenções do Porto Maravilha, abertura de ruas e avenidas, e outros foram demolidos para dar lugar a grandes empreendimentos imobiliários e modernos prédios comerciais, como ocorreu com a Ocupação Quilombo das Guerreiras, surgida em 2006 e despejada em 2014 para dar lugar ao projeto de construção das Torres Trump, que previa a criação de cinco prédios de 38 andares cada em um terreno de 32 mil metros quadrados (Birman *et al*, 2014)[28]. Hoje, o projeto se encontra suspenso, sem data prevista para as obras, planejadas inicialmente para começar em 2013[29].

Remoções e especulação imobiliária[30] ajudaram a expulsar populações locais da zona portuária de modo a dar espaço para entrada de uma nova vida cotidiana que deveria aflorar no local, uma da ordem do turismo e do comércio, uma que fosse *rentável*. A modernização no Porto Maravilha pode ser entendida, portanto, como a chegada de atividades comerciais e lucrativas a uma região até então abandonada pelo poder público, apesar de nunca ter sido vazia. Os discursos que constroem este tipo de "revitalização" se baseiam na abstração da vida humana do espaço a sofrer intervenções, por um lado, e na construção de espaços de vivência cultural para atrair turistas e investidores de fora da região, por outro. O morador

[28] O empreendimento foi anunciado como o maior centro corporativo urbano já construído nos países membros do BRICS. Ver mais em: http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/4058

[29] Ver em: Richardson, Claire. "Trump Towers Rio still hasn't been built and the residents it pushed out couldn't be happier". Vice News. Rio de Janeiro, 13/2/2017. Disponível em: https://news.vice.com/en_ca/article/evaed4/trump-towers-rio-still-hasnt-been-built-and-the-residents-it-pushed-out-couldnt-be-happier

[30] Segundo o Dossiê Jogos da Exclusão (2015), entre janeiro de 2008 e julho de 2015, a maioria dos bairros da região portuária (incluindo São Cristovão, Cidade Nova e Estácio) registraram valorização acima de 300%. Só na Gamboa, a valorização imobiliária chegou a 401,4% neste período (p. 40).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

se desloca do espaço que vive e pratica diariamente, enquanto este passa a ser ocupado por outros grupos.

Para tentar fugir de narrativas que veem a diversidade como fonte de caos social e mobilizam teorias de modernização em que a violência surge como elemento natural do curso da história, Inayatullah e Blaney (2004) sugerem que a diferença pode apontar para espaços onde Eu e Outro se encontram e se co-constituem, podendo ainda atuar como uma forma de autorreflexão do Eu. Segundo os autores,

> (...) [l]ocalizar a diferença seguramente fora dos limites do Eu impede nossa capacidade de reconhecer amplamente e afirmar os Outros que encontram-se sempre em nós, ou a valorizar e reclamar um Eu que existe como parte de outros além destes limites. A implicação é clara: a não ser que nós respondamos criativamente a esta exclusão entre Eu e Outro, expondo e cultivando pontos de conexão e espaços de sobreposição (ao mesmo tempo, respeitando divergências e incompatibilidades), nós não vamos encontrar nosso caminho rumo um entendimento que admita a coexistência de igualdade e diferença. Em outras palavras, ainda somos reféns de tipos de impulsos em relação a diferença que marcaram a Guerra dos Trinta Anos. Permanecemos sujeitos a um entendimento restrito de diferença ao falhar tanto em apreciar as oportunidades quanto os recursos que envolvem a relação com os Outros. (pp. 44-45, tradução minha).

Neste sentido, imaginar a zona portuária como um palimpsesto permite ver as interconexões entre suas diferentes histórias e perceber o passado como ponto de vista privilegiado para reflexão sobre o presente e o futuro. A partir de uma perspectiva pós-colonial, o internacional vem sendo trabalhado a partir das relações entre colonização e modernidade, Europa e os Outros produzidos por ela. O porto do Rio, um espaço criado sob o signo da colonização e da escravidão, retorna em muitos momentos com símbolos de um internacional que é muito diferente do imaginado a partir de Vestfália. Um internacional, argumenta-se, que mostra os vínculos muitas vezes ocultados ou naturalizados entre violência e progresso, colônia e metrópole, escravidão e capitalismo moderno. Como Inayatullah e Blaney, esta dissertação aponta para formas de engajamento crítico com a diferença e com as irrupções do passado no presente como possibilidades de se "imaginar criativamente um futuro que não seja apenas o desdobramento da lógica do presente, mas um processo de redescoberta e re-imaginação" (2004, p. 217, tradução minha).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

3.4
Conclusão

A partir da imagem do Museu do Amanhã diante da Casa de Portugal, um navio cravejado de símbolos de exaltação ao colonialismo que homenageou a cultura portuguesa durante as Olimpíadas no Rio de Janeiro, este capítulo observou como o imaginário de progresso conviveu harmonicamente com a nau que remete a um passado de violência e exploração através de uma narrativa de celebração. A hipótese é que a convivência amena se deu a partir de uma relação espaço-temporal que confinou progresso e colonização em espaços e tempos específicos, ignorando vínculos, rastros e permanências entre os dois e entre passado, presente e futuro.

Desta primeira imagem, partiu-se a outra: o porto como retrato do internacional. Inayatullah e Blaney (2004) analisam a diferença a partir da linguagem da cultura. A cultura, eles argumentam, remete a dois pontos quase paradoxais. Se, por um lado, culturas nos lembram da capacidade humana em criar, atuar e transformar significados e visões de vida; por outro, mostram que os esforços para dar significado ao mundo são múltiplos e diversos. Neste sentido, a cultura aponta tanto a um ponto comum entre os homens, quanto para a sua pluralidade. Na imagem do Porto Maravilha como internacional, é possível perceber como a diferença é mobilizada como potencial turístico e alocada em lugares específicos de modo a produzir identidades também específicas e fechadas.

Encerro este capítulo com um convite a retornar à figura do palimpsesto. Se retomarmos esta metáfora, um novo olhar sobre a zona portuária pode permitir enxergar as irrupções do passado no presente e as conexões entre diferentes histórias, tempos e espaços. Se, em Bhabha (2012), a possibilidade para um futuro de arranjos sociais alternativos e menos violentos está em uma relação vívida com o passado; Inayatullah e Blaney (2004) veem a mesma na construção de uma nova relação com a diferença. Em comum nas duas perspectivas, talvez estejam as tentativas de ambas em produzir vínculos entre coisas comumente vistas como distintas e apartadas.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

No próximo capítulo, a dissertação olha para o cotidiano como espaço onde as irrupções do passado podem provocar reflexões sobre o presente e o futuro, assim como o lugar onde outras relações com a diferença podem ser estabelecidas. Para isto, serão retomadas diferentes caminhadas feitas pela região e encontros que tiveram o porto como cenário e condição de possibilidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

4

Caminhando sobre um palimpsesto: as múltiplas conexões do porto

"Samba/ agoniza mas não morre/ Alguém sempre te socorre/ Antes do suspiro derradeiro/ Samba / Negro, forte, destemido/ Foi duramente perseguido/ Na esquina, no botequim, no terreiro/ Samba/ Inocente, pé-no-chão/ A fidalguia do salão/ Te abraçou, te envolveu/ Mudaram toda a sua estrutura/ Te impuseram outra cultura/ E você nem percebeu"
Nelson Sargento, *Agoniza mas não morre* (1978)

Nelson Sargento fala sobre o samba, mas poderia estar cantando sobre o Rio de Janeiro e as inúmeras reformas e intervenções feitas na cidade para *controlá-la*, *limpá-la* e *modernizá-la*, como a do Porto Maravilha. Com objetivo de transformar a zona portuária em uma vitrine do progresso que o Brasil teria supostamente alcançado, uma série de obras deveriam ampliar ruas, atrair o turismo e construir empreendimentos imobiliários na região. A comparação do samba com o homem negro também revela sobre onde, quem e o que tais reformas com frequência *envolvem* e tentam *mudar*. Como sugere Abdias do Nascimento em *O genocídio do negro brasileiro* (2016), a morte do negro não é só física, mas também simbólica e cultural, há um processo de embranquecimento, no qual os termos de enunciação e negociação são impostos por uma cultura outra, a europeia. No caso do Porto Maravilha, por exemplo, foi reservado à cultura africana o espaço de bem de consumo cultural. A memória da escravidão, de certo modo, parece ter se transformado em uma alegoria nas narrativas do projeto, onde a violência aparece de forma secundária, assim como o papel central do trabalho escravo na formação do estado brasileiro e suas continuidades e rastros estruturais no Brasil contemporâneo.

Entretanto, como também canta Nelson Sargento, o samba agoniza, mas não morre. E, mesmo diante de inúmeras intervenções, remoções e medidas de controle do comércio informal na região, a população local e os cotidianos da

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

zona portuária se apresentaram de outras formas que não a da lógica do progresso e da rentabilização do espaço imbuídas no projeto do Porto Maravilha. O cotidiano, neste sentido, emerge como resistência e constrangimento a tentativas disciplinadoras envolvidas no Porto Maravilha e, particularmente, ao que esta dissertação afirma sublinhar o projeto urbanístico: a ideia de que o Brasil é um país harmônico, fruto de um encontro pluricultural entre diferentes povos. Uma ideia que, afirmo, o projeto tenta recuperar a partir de discursos de *superação* e da *reconciliação* com o passado de violência. Um passado, no entanto, que se transforma cotidianamente em presença.

O capítulo anterior concentrou as análises em espaços construídos (o Museu do Amanhã e o navio-Casa de Portugal), neste capítulo o objetivo é trabalhar com espacialidades e articulações temporais mobilizadas a partir do movimento ou, mais especificamente, pelo caminhar na zona portuária e do cotidiano.

Para tal, o capítulo se divide em quatro partes. A primeira relembra os conceitos de cotidiano em Henri Lefebvre e Michel de Certeau e trata o dia a dia como campo de análise e como produtor de espacialidade. Em seguida, debate-se diferentes formas de caminhar pela cidade a partir de textos escritos por De Certeau e pelos Situacionistas, apontando para categorias como flâneur e flâneur pós-colonial e circuitos turísticos feitos a pé pela zona portuária. Ao longo deste item, depoimentos de moradores da zona portuária indicam uma disputa de rotas e circuitos. Enquanto uns surgem, outros são apagados ou invisibilizados. A terceira e a quarta partes do capítulo expõem as complexas camadas que constituem o Morro da Conceição e as disputas em torno da Pequena África e, depois, o surgimento do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos e sua relação com o Cais do Valongo. Ambos casos são considerados, neste trabalho, como encontros produtivos com a diferença, diferentes espaços, tempos e histórias. Por fim, a conclusão lembra dois eventos organizados por movimentos negros no Cais do Valongo para reafirmar o cotidiano como potencial espaço de resistência e de contranarrativas.

4.1

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Todo o dia, nem sempre tudo igual: abstrações e modos de fazer cotidianos

> Os moradores daqui [Saúde e Gamboa] eram vistos todos como malandros ou prostitutas. Então, quando a gente saía à noite e pegava um táxi para voltar para casa, muitos motoristas mandavam a gente sair do carro. E quando somos jovens, nos importamos mais com esses estereótipos. Mas, às vezes, a gente tirava até onda. E a verdade é que como aqui era visto como bairro de malandro, ninguém se metia com a gente. As casas ficavam abertas, os carros dormiam destrancados na rua e nada acontecia. Agora, está tudo lindo e maravilhoso. E, sim, o bairro precisava de obras, mas ficamos com aquela sensação de expulsão branca. (Merced Guimarães dos Anjos, fundadora do Instituto dos Pretos Novos e moradora da zona portuária desde a década de 1960, em entrevista realizada por telefone, em abril de 2018).

Acordar. Comer. Ir para o trabalho. Ônibus. Comer. Voltar do trabalho. Ver televisão. Ler. Comer. Perder horas no celular vendo nada e muita coisa. Dormir. O cotidiano é formado por uma série de ações banais, repetidas quase que diariamente, muitas vezes de forma mecânica, mas tantas outras não. Rituais reiterados dia após dia ajudam a moldar e mudar a forma como lidamos com os espaços que ocupamos e que também nos constroem como sujeitos. Lugar de malandro e prostituta. Bairro de sindicatos, como me disse Dona Merced, e "por isso, o governo nunca ligou muito para gente". Criam-se ideias e narrativas sobre a zona portuária, reafirmadas diariamente. Com o início das obras do Porto Maravilha, estas noções começaram a mudar e o cotidiano revelou-se também espaço de gerenciamento, controle e governo. Circuitos foram interrompidos, fluxos quebrados para a chegada de outros.

> Temos duas carruagens que viram abóbora: o VLT, meia-noite, e a Linha 2 do Metrô, até antes. Depois disso, já não há condução para voltar. Perdemos o único supermercado bom que tinha na região, e agora temos que ir até o Bairro de Fátima, mas o ônibus que passava na porta, já não existe mais e a nova linha nos deixa longe. Para quem é idoso, é complicado e para voltar com compras também. Ou seja, muitas vezes temos que ir e voltar de táxi. Estas são formas de expulsar o morador. Quem não é proprietário acaba saindo, alguns venderam seu imóvel. Em termos de festa, lazer, ficou muito bom. A gente já não precisa sair daqui para se divertir, mas o dia a dia, mudou muito e prejudicou muita gente. (Merced Guimarães dos Anjos, entrevista feita por telefone, em abril de 2018).

De acordo com Summa (2016), quatro características costumam ser atribuídas ao cotidiano. São elas: (1) a noção de que o cotidiano é tudo aquilo da ordem do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

senso comum, do mundano, do familiar e do corriqueiro; (2) a ideia que ele é composto por lugares e pessoas simples e envolve sempre práticas dos "mais fracos" ou das "margens"; (3) o cotidiano pensado como rotina e repetição; e (4) o cotidiano como da ordem do privado. Ou seja, independente da análise crítica, com frequência, o cotidiano é entendido como aquilo que as pessoas "comuns" fazem em sua rotina diária. Existe, portanto, uma separação entre cotidiano e "internacional" ou "alta política". Entretanto, Matt Davies (2016) argumenta que "o internacional também aparece como performances de rotinas do cotidiano conectadas a práticas estatais – por exemplo, de monitoramento, visitação, ajuda" (p. 24, tradução minha).

Nesta seção, analisam-se as concepções de Henri Lefebvre e Michel de Certeau sobre o cotidiano. Para o primeiro, o cotidiano – longe de ser espaço unicamente de resistência ou exclusivamente de controle – é um lugar de encontro de dicotomias, onde público e privado, exceção e rotina, atividades consideradas de alta política e práticas corriqueiras se articulam e se confundem. Já De Certeau vê no cotidiano oportunidades de criar fissuras – ainda que momentâneas – no sistema de governo. Ambos autores, apesar de suas distinções, destacam o cotidiano como um importante campo de análise e trabalham com concepções distintas daquelas que envolvem o uso recorrente e indiscriminado das quatro características citadas acima.

> (...) isto porque, ao invés de tomá-lo como plano, homogêneo e não problemático, tais autores destacam as ambivalências do cotidiano, especialmente aquelas relacionadas a estruturas de poder e suas possibilidades de contestação. Neste sentido, tomam o cotidiano como problemático e mutável. (Summa, 2016, p. 72, tradução minha).

Segundo Lefebvre, o capitalismo introduz uma nova forma de conceber o espaço, diferente da ideia pré-capitalista, as quais ele denomina *espaço abstrato* e *espaço absoluto*, respectivamente. Se este último era organizado em relação às diferenças políticas e religiosas entre lugares sagrados e profanos, por exemplo, o espaço abstrato emerge como algo homogêneo, vazio e sem diferenças entre si (Brenner & Elden, 2009). A homogeneidade, no entanto, é apenas aparente, uma vez que o espaço continua a ser composto tanto por suas dimensões abstratas, quanto pelas absolutas. A abstração do espaço diz respeito a uma série de medidas de regulação, controle, administração e poder, tanto do estado, como do capital,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

afirma Lefebvre. Segundo o autor, "ele serve para que tais forças transformem em tabula rasa o que estiver em seu caminho, e o que se colocar como uma ameaça – em suma, qualquer diferença" (Lefebvre, 1974, p. 427 *apud* Brenner & Elden, 2009, p. 358, tradução minha).

O cotidiano, neste contexto, seria construído tanto pela forma como profissionais e técnicos (urbanistas e planejadores), governo e capital concebem sua distribuição, como pelas maneiras como a população estabelece relações práticas com o dia a dia. Então, se, por um lado, este processo de abstração emerge como uma forma de poder disciplinador e promotor da rentabilização do espaço e dos corpos que o habitam, afetando imaginários políticos e produzindo novas formas de conceber e representar o espaço no dia a dia; por outro, tais abstrações e as práticas diárias da população nem sempre convergem, ou seja, nem sempre fazem o mesmo uso do espaço ou o concebem da mesma forma. Neste sentido, Lefebvre dividiu o espaço em três categorias: *concebido* – formas técnicas e abstratas de lidar com o espaço, mecanismos de governo e do capital de controle e produção; *percebido* – a relação prática que a população estabelece com o espaço; e, *vivido* – uma relação naturalizada com o espaço, repetida quase inconscientemente até que haja uma perturbação da rotina, algo – de certa forma – *saia do seu lugar*. Lefebvre, portanto, percebe no cotidiano tanto dominação e reprodução de relações hierárquicas de poder, como possibilidade de mudança e espaço potencial de crítica e desalienação (Davies, 2016). Sobre isto, Summa (2016) argumenta:

> Para alguns, esta dinâmica repetitiva [atribuída ao cotidiano] contribui para uma forma de alienação. De acordo com Lefebvre, as rotinas que nos confortam também nos prendem em um estado de consciência pré-reflexiva que nos impede de enxergar as verdadeiras e exploradoras condições da nossa existência. No entanto, Lefebvre também desafia tal entendimento do cotidiano como uma mera repetição, uma rotina mecânica. Para ele, o cotidiano 'representa uma realidade complexa e multifacetada, uma mistura de qualidades repressivas e emancipatórias que devem ser esmiuçadas e analisadas através da razão dialética, para extrair o que é vivo, novo, positivo (...) de elementos negativos: as alienações' (Lefebvre 1991, p. 42). Para Lefebvre, portanto, o cotidiano não é apenas rotina e repetição, pelo menos não rotina ou repetição alienadoras. Ao usar a dialética para analisar o cotidiano, Lefebvre o descreve como um lugar da política, onde há potencial para o fim da alienação e possibilidades, ao contrário, de emancipação. (p. 72, tradução minha).

Por não separar o cotidiano de decisões da alta política, Lefebvre demonstra como um está subordinado ao outro, envolvendo a repetição inconsciente de uma série

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

de práticas, que ainda assim se revelam dinâmicas. Neste sentido, o autor foge de concepções que veem o dia a dia ou como espaço exclusivo de controle ou como espaço essencialmente de resistência. Assim, surge a possibilidade de desalienação e crítica. Nem um espaço de puro controle, nem lugar *a priori* de resistência. Internacional, estado e cotidiano se misturam, como em diversos momentos na zona portuária, um espaço de confluência de fronteiras e de confusão de ritmos e histórias.

> Nós [negras e negros] fizemos a história [da zona portuária]. Eles querem tirar a gente dessa história, mas o povo negro tem muita força. É uma força que vem de muitos anos. Eles não vão conseguir acabar com a gente assim não. Eles querem acabar com a favela para colocar essa beleza do Porto Maravilha... Qual o interesse do governo em resgatar a favela? Aqui é a senzala aberta. (Moradora do Morro da Providência, nome não identificado, em entrevista à André Cicalo, no filme *Outras Áfricas*, de 2016).

Ainda, segundo Lefebvre, o cotidiano se tornou o espaço da colonização no contemporâneo. A partir de processos de abstração, similares aos denunciados por Krishna (2001) dentro do campo das Relações Internacionais, o cotidiano passou a ser tratado como as metrópoles "tratavam os territórios colonizados: grandes postos de troca (supermercados e shoppings); absoluta predominância da troca sobre o uso; exploração dupla dos dominados enquanto produtores e consumidores" (Lefebvre, 2005, p. 26 *apud* Davies, 2016, p. 31, tradução minha). A exploração criticada por Lefebvre seria mantida – entre outros motivos – por processos ligados ao espaço abstrato. Ou seja, para Lefebvre a colonização em curso na cidade está associada ao papel da autoridade política na reprodução de relações de produção e dominação a partir da organização espacial entre centro e periferia (Kipfer, 2007). Lefebvre (2009b) afirma que:

> (...) capitalismo e neo-capitalismo produziram um *espaço abstrato* que é a reflexão do mundo de negócios tanto a nível nacional quanto a nível internacional, assim como o poder do dinheiro e a política do estado. Este espaço abstrato depende de uma vasta rede de bancos, negócios e grandes centros de produção. Há ainda intervenções espaciais de estradas, aeroportos e redes de informação. Neste espaço, no berço da acumulação, o lugar da riqueza, o sujeito da história, o centro do espaço histórico – em outras palavras, a cidade – explodiu. (p. 187, grifo original, tradução minha).

Para Davies (2016), é o encontro entre as literaturas do cotidiano e as teorias pós-coloniais que pode aprofundar esta sugestão apontada por Lefebvre. A crítica pós-colonial denuncia, por exemplo, o despovoamento da disciplina das Relações

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Internacionais que – afeita a formulações teóricas abstratas, marcos fundacionais e datas – omite a relação entre modernidade e colônia, hierarquia, dominação e sociedade internacional e reforça narrativas universais, que – ao invés de ressaltarem a diferença – apenas posicionam os Outros além do Ocidente em etapas ultrapassadas na linha do progresso. Se, como vimos, os discursos de modernização e desenvolvimento em torno do Porto Maravilha seguiram usando um entendimento linear no qual o Brasil ocupa uma etapa temporal anterior a de países ditos desenvolvidos e civilizados, em uma espécie de *infância* ou *adolescência*, são também estes discursos que, por exemplo, naturalizam processos violentos de remoção. Já o cotidiano seria o espaço onde tal temporalidade pode ser perturbada, com ritmos conflitantes e múltiplos e histórias que coexistem e se misturam.

Assim como Lefebvre, Michel de Certeau (2014) também entende o cotidiano como um espaço de resistência, em seu caso, uma resistência criativa. Mas se o primeiro enfatiza os processos de abstração em jogo na vida cotidiana, o segundo foca sua pesquisa naquilo que as pessoas, afinal, *fazem* com os sistemas de governo, com as regras e normas de regulamentação do espaço e as relações sociais. O mesmo estereótipo que designa os moradores da zona portuária como malandros e prostitutas garante a eles um dia a dia de despreocupação mais similar à rotina de uma cidade pequena do que de uma metrópole como o Rio de Janeiro. "O cotidiano", diz o autor, "se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*" (Ibidem, p. 38, grifo original). Ou seja, é no dia a dia que os ditos consumidores do espaço, a população que nele circula e vive, podem subverter relações de dominação, alterando as "*maneiras de empregar* os produtos impostos por uma ordem dominante" (Ibidem, p. 39, grifo original). E tal subversão pode ser vista na forma como os moradores deslocam o sentido do estereótipo negativo associado a eles para "tirar onda" ou mesmo garantir uma certa segurança dos bairros, como exemplificado na fala de Dona Merced.

De Certeau distingue, portanto, a organização do cotidiano e a forma como ele é de fato praticado por aqueles que o habitam e o consomem. De certa forma, parece uma descrição similar à do espaço abstrato e à do espaço vivido feita por Lefebvre, respectivamente. De um lado, estão normas e técnicas de governo; do

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

outro, a forma como as pessoas de fato praticam e inventam o cotidiano em relação com tais normas. Ele explica:

> Essas 'maneiras de fazer' constituem as mil práticas pelas quais usuários se re-apropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sócio-cultural. Elas colocam questões análogas e contrárias às abordadas no livro de Foucault [*Vigiar e Punir*]: análogas, porque se trata de distinguir as operações quase microbianas que proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram o seu funcionamento por uma multiplicidade de 'táticas' articuladas sobre os 'detalhes' do cotidiano: contrárias, por não se tratar mais de precisar como a violência da ordem se transforma em tecnologia disciplinar, mas de exumar as formas sub-reptícias que são assumidas pela criatividade dispersa, tática e bricoladora dos grupos ou dos indivíduos presos agora nas redes da 'vigilância'. (2014, p. 41).

Neste sentido, De Certeau observa uma urgência em estudar práticas que subvertem e fazem fissuras nas formas de governo, ainda que apenas brevemente e não de forma sistemática. Para o autor, as práticas do cotidiano "envolvem sempre um certo grau de criatividade e apropriação da cultura prevalente, resultando, não raramente, em um novo emprego da mesma" (Summa, 2016, p. 73, tradução minha). A existência e a circulação de códigos e representações, afirma o autor, não indicam muito o que eles de fato significaram para seus usuários. Por isso, faz-se necessário a análise das formas como os indivíduos praticam as normas, que não fabricaram, em seu dia a dia. Só desta maneira seria possível observar semelhanças, diferenças ou fissuras. De Certeau chama de "tática" a forma como as pessoas adaptam normas de governo para seus próprios interesses. Em *A invenção do cotidiano – Artes de fazer I* (2014), ele dedica sua pesquisa a práticas de espaço, "maneiras de frequentar um lugar" e analisa ações rotineiras como andar, circular, comer e fazer compras. Ele escreve:

> O caminhar de uma análise inscreve seus passos, regulares ou ziguezaguantes, em cima de um terreno habitado há muito tempo. Somente algumas dessas presenças me são conhecidas. Muitas, sem dúvida mais determinantes, continuam implícitas – postulados ou dados estratificados nesta paisagem que é memória e palimpsesto. Que dizer desta história muda? (Ibidem, p. 35).

Este capítulo também analisa uma prática cotidiana na cidade: diferentes formas de caminhar pelas ruas da zona portuária. Tendo como ponto de partida circuitos turísticos a pé organizados na região sobre os mais diversos temas, observa-se como várias formas de andar coexistem na cidade e disputam maneiras diversas de reapropriação do espaço, na medida em que circuitos são soterrados e fluxos são deslocados para que outros sejam construídos no Porto Maravilha. Se, por um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

lado, circuitos turísticos são criados a partir de uma lógica mercantil que divide o espaço como áreas de um parque temático, distribuindo o tempo em espaços e rotas específicas; por outro, tais circuitos ocorrem simultaneamente e, muitas vezes, incluem paradas além dos limites da Praça Mauá, dando chance para o debate e a disputa de narrativas sobre o Porto Maravilha. Em outras palavras, não se pretende defender aqui uma forma específica de caminhar pela cidade como especialmente subversiva ou potencial resistência, mas apenas mostrar como alguns caminhares podem representar momentaneamente ou ainda construir brevemente fissuras no ideal do Porto Maravilha, o espaço-símbolo do Rio global. A hipótese, portanto, não é que o simples ato de caminhar ou um único circuito represente resistência, mas que reside no caminhar *entre espaços, entre fronteiras ou sobre o palimpsesto* a subversão da lógica essencialmente mercantil do projeto do Porto Maravilha.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

4.2
Diferentes formas de caminhar pela cidade

O trajeto é curto, mas os chinelos cheios de areia me obrigam a andar muito devagar. Os fones antirruídos inibem o zumbido dos carros e os burburinhos nas calçadas. Saio do pilotis do MAR, atravesso a Avenida Venezuela e viro à direita na Sacadura Cabral. Livre dos sons da cidade, concentro-me em não deixar a areia cair dos chinelos feitos especialmente para a caminhada-performance e nas imagens que aparecem no meu caminho. Olho os prédios. Ali, na Sacadura Cabral, já não estão exatamente ‘revitalizados’, penso. Começo a caminhar por ela e conto: uma, duas, três... cinco placas de “aluga-se” até a Rua do Escorrega. Um trajeto de, aproximadamente, 150 metros.

Figura 5: Sobrados no Largo de São Francisco da Prainha (Foto minha, 2017)

A partir de 2016, uma série de circuitos turísticos a pé começaram a se multiplicar pelas ruas da zona portuária do Rio de Janeiro. "Rio de Pereira Passos", a "Herança Portuguesa" no Morro da Conceição, "Circuito Pequena África" e "Do Centro ao Porto". São muitos os temas das caminhadas em grupo que hoje se encontram na zona portuária, algumas com viés estritamente turístico, outras voltadas para educação ou artísticas, como foi o caso da caminhada-performance "Sandwalk with Me", das artistas Marcela Levi e Lucía Russo, realizada em parceria com o MAR no dia 2 de dezembro de 2017 e relatada acima[31]. Circuitos novos abertos e organizados a partir das reformas do Porto Maravilha e outros fechados por efeitos da mesma obra.

Esta seção relata diferentes formas de caminhar a partir de diversos autores e/ou categorias. Ao longo do capítulo relato várias caminhadas, feitas nestes circuitos a pé pela zona portuária, entre agosto e dezembro de 2017, intercalados com trechos

[31] Durante o dia 2/12/2017, aconteceu no MAR o evento "MAR à tona: ocupação", descrito como uma "plataforma de debates e promoção da diversidade das culturas urbanas do Rio de Janeiro". A celebração reuniu uma série de artistas, tanto das artes visuais, como da música, do teatro e da dança. "Sandwalk with Me" fez parte deste evento. Com a performance, onde participantes recebem fones antirruídos e um sapato especial que imita a sensação de pisar na areia da praia, as artistas propõe uma experiência de desaceleração. Ver em: http://museudeartedorio.org.br/pt-br/evento/mar-a-tona-ocupacao.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

analíticos. As articulações entre relato e estudo do caminhar nem sempre são fluídas. Um palimpsesto de caminhadas se desdobra no próprio texto.

Para Michel de Certeau (2014), o caminhar ressalta as ordens espaciais, é uma forma de reapropriação do espaço e, ao mesmo tempo, uma atividade que representa um entre-lugar e um entre-tempos. Ao caminhar, parte-se de um ponto a outro, sem estar de fato em lugar nenhum; o caminho se torna a passagem entre origem e destino, sem ser nem um, nem outro. "Caminhar é ter falta de um lugar. É o processo indefinido de estar ausente e à procura de um próprio" (Ibidem, p. 170). Essa ausência de lugar é compensada, afirma De Certeau, pelos cruzamentos e entrelaçamentos que se dão por entre estes percursos, estas errâncias. Assim se forma o tecido urbano. Neste sentido, argumenta-se, o caminhar analisado por De Certeau pode ser entendido como uma das formas de recuperar a dimensão do encontro própria ao urbano (Lefebvre, 2006), porque se revela como uma forma de imbricar-se no espaço, perder-se em suas camadas e inventar narrativas sobre elas.

Por outro lado, ao descrever o andar pela cidade como um dos "procedimentos" a partir dos quais as pessoas *fazem* o cotidiano, o autor argumenta que o caminhar pode escapar da disciplina, ainda assim não fica "fora do campo onde [esta] se exerce" (Ibidem, p. 163). Nesse sentido, De Certeau sugere que circular pela cidade pode ser tanto uma forma de ressaltar divisões e segregações espaciais quanto uma maneira do transeunte retomar o espaço para si, ainda que brevemente. "A caminhada afirma, lança suspeita, arrisca, transgride, respeita etc. as trajetórias que 'fala'", afirma De Certeau (2014, p. 166) ao descrever o cotidiano como lugar de enunciação e o "usuário da cidade" como sujeito que recolhe fragmentos de enunciados diversos e os articula. Assim, o caminhante revela tanto as fronteiras que separam, proíbem territórios e interditam fluxos, quanto os locais onde é possível circular. E neste jogo de costurar trajetos, ordens espaciais são deslocadas e inventadas.

> O que impressiona mais, aqui, é o fato de os lugares vividos serem como presenças de ausências. O que se mostra designa aquilo que não é mais: 'aqui vocês *veem*, aqui *havia*', mas isto não se vê mais. Os demonstrativos dizem do visível suas invisíveis identidades: constitui a própria definição do lugar, com efeito, ser esta espécie de deslocamentos e de efeitos entre

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

> os estratos partilhados que o compõem e jogar com essas espessuras em movimento. (Ibidem, p. 175).

No Largo de Santa Rita, no centro da cidade, um pequeno grupo começa a se aglomerar enquanto carros invadem a calçada improvisando vagas em qualquer canto livre. A guia, então, avisa: "Este tour começa e termina em cemitérios". Professora de história, ela explica que até o século XIX, não existiam cemitérios no Rio de Janeiro: os mais abastados eram enterrados dentro das igrejas, como a de Santa Rita, e os pobres e escravizados eram enterrados nas ruas do entorno das igrejas, em terrenos a céu aberto. A cidade do Rio, em especial as construções mais antigas do centro, foi em ampla medida construída por trabalho escravo, mas, além disso, caminhar pelo centro pode significar andar – literalmente – sobre corpos escravizados. As mais ou menos dez pessoas começam, então, a caminhada pelas ruas dos bairros da Saúde e da Gamboa. Beco das Sardinhas, Praça Mauá, margeando o Morro da Conceição, passa-se pelo Largo de São Francisco da Prainha, Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Cais do Valongo e, por fim, o Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN), na Praça da Harmonia, onde o Cemitério dos Pretos Novos já não deixa tão invisíveis os corpos sobre os quais possivelmente estivemos caminhando.

Um desdobramento dos romances de detetives popularizados a partir do século XIX, depois retratada em vários textos literários e reapropriada em estudos urbanos e sociais, a figura do flâneur é possivelmente a mais reproduzida quando se trata daquele que perambula pelas ruas da cidade moderna: o homem que caminha pela multidão e capta nas suas observâncias as histórias e o efêmero da cidade. "Para o perfeito flâneur, para o observador apaixonado, é um imenso júbilo fixar residência no numeroso, no ondulante, no movimento, no fugidio e no infinito" (Baudelaire, 1996, p. 21). O flâneur caminha pela multidão e se deixa levar por ela, anda pelas ruas da cidade, inventando histórias a partir das interpretações que faz das pessoas que vê em seu percurso. "Paisagem", descreve Benjamin, "é nisto que a cidade de fato se transforma para o flâneur" (2009, p. 462).

Por ser visto como figura do ócio, Benjamin descreveu o flâneur como um protesto à divisão do trabalho. Ao mesmo tempo, entretanto, a relação que este

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

desenvolve com a cidade caminha muito próxima à alienação. A cidade como paisagem é uma cidade que acontece à distância. O flâneur não se envolve com as cenas e as pessoas que observa. Dá rosto, inventa histórias sobre elas, mas não se afeta por elas. "Para o vaguear literário do flâneur, as pessoas são meros adereços ontologicamente similares a objetos em uma vitrine" (Shields, 1994, p. 76, tradução minha). Neste sentido, afirma Shields, a flanagem se torna a encenação de uma relação alienada com o ambiente da cidade e seus moradores. Mesmo na multidão, o flâneur nunca faz parte dela, mantém sempre distância, estabelecendo uma relação sujeito-objeto marcadamente separada, na qual seu olhar muitas vezes ganha conotações de neutralidade e objetividade.

Por outro lado, em *Passagens* (2009), Benjamin reúne uma série de textos e anotações sobre o flâneur, nos quais dois aspectos ficam claros: (1) trata-se de uma figura masculina e (2) assume-se que não há qualquer tipo de barreira para seu caminhar na cidade. Neste sentido, o flâneur se revela muito mais como um tipo ideal da cidade moderna do século XVIII do que um personagem do cotidiano real das cidades. A flanagem nasce, portanto, como uma prática de um lugar específico, a cidade, e feita por um indivíduo específico, o *homem burguês*. É um caminhar distante e que talvez seja liderado por um homem europeu com alguma riqueza, de forma que pode ignorar as barreiras que a cidade impõe a diferentes gêneros, classes e raças.

Em uma tentativa de escapar desta figura despolitizada do flâneur, este observador descolado do urbano, o movimento dos Situacionistas desenvolveu um outro modo de caminhar, influenciado pela teoria da *dérive*, de Guy Débord (1958). Este movimento influenciou uma série de artistas, geógrafos e pesquisadores do urbano a desenvolver caminhadas com vieses críticos. E, se no flâneur o olhar recebia especial atenção, nos movimentos influenciados pelos Situacionistas, "o caminhante é tanto sujeito, quanto objeto, é visto e vê" (Richardson, 2015, p. 248). Existe, neste sentido, uma ideia de que o sujeito reescreve e faz releituras sobre o lugar que ocupa, a cidade na qual vagueia, enquanto caminha. Como o caminhante apresentado por De Certeau que recolhe enunciados e constrói narrativas pela cidade, o caminhante dos Situacionistas também assume uma postura ativa e, neste sentido, pode tornar sua prática subversiva. Apesar de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

movimentos ligados aos Situacionistas, como a psicogeografia, assumirem uma postura mais crítica do que o flâneur de Baudelaire, há quem ainda perceba tais correntes como grupos de homens assumindo uma relação quase colonial de exploração do espaço, exibindo suas novas descobertas (Ibidem, p. 15).

Desta vez, o grupo espera a guia em frente ao MAR. Um casal e eu. Dia 17 de dezembro de 2017 e o calor é o de um autêntico verão carioca. O suor escorre atrás do meu joelho e tenho certeza de que ficarei com a marca da camiseta. A simpática guia começa a subida do Morro da Conceição pela ladeira João Homem, um grupo de moradores está reunido em mesas na rua e o cheiro indica que em breve haverá um churrasco. Vez ou outra o grupo para e quem pode corre para a primeira sombra disponível. Não há muitas. Chegamos, então, na Rua do Jogo da Bola. A esta altura já me acostumei ao ritmo acelerado da guia ao falar informações sobre cada uma das paradas. É como se estivesse ouvindo um arquivo de áudio de uma enciclopédia digital e apertando levemente um botão de *fast-forward*. De um lado da rua, um canteiro de obras. Do outro, um sobrado grudado no outro, alguns com azulejos ainda preservados. Sim, parecem casas portuguesas, embora não tenha certeza. Então, a guia pede que olhemos para cima. A casa tem um pequeno telhado e da calçada vê-se que é pintado de azul e branco a lembrar cerâmicas portuguesas. A guia aponta o detalhe e pergunta: "Vocês sabem da onde vem a expressão sem eira nem beira?" E responde: "Pois, isto é uma eira e era sinônimo de riqueza. Era uma forma de identificar quem tinha dinheiro e quem era pobre logo de cara. E, assim, a expressão virou sinônimo de 'pé rapado'". Porquê a guia não incluiu também em sua explicação a história da expressão pé rapado chamou minha atenção. O passeio termina na Pedra do Sal, mas esticamos até a Igreja de São de Francisco da Prainha no caminho de volta à Praça Mauá. O descer e subir do Morro da Conceição me faz caminhar para tempos e espaços diferentes. As vistas do Morro reúnem prédios espelhados, sobrados antigos, favelas e a Baía de Guanabara em um mesmo universo de imagens e me ponho a pensar nos tempos e histórias que coabitam aquelas ruas. Antes de nos despedirmos, a guia nos conta mais uma curiosidade: a origem do nome do doce pé de moleque. Eu realmente sei muito pouco sobre expressões populares, penso.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Figura 6: Vista do topo da ladeira João Homem, Morro da Conceição (Foto minha, 2017)

Flanar como um dândi de Baudelaire, livre para circular, distante e desconectado, da multidão ao mesmo tempo que no meio dela, é – no limite – impossível, especialmente em uma metrópole como o Rio de Janeiro, onde violência, miséria, riqueza e luxo convivem estranhamente no cotidiano. Os percursos são, portanto, delimitados de acordo com quem é caminhante (gênero, classe, origem, religião e raça), o lugar que ele/a pretende ocupar com seus percursos (bairro, região) e o horário (dia ou noite). O objetivo desta dissertação ao atravessar estes percursos é perceber e reescrever histórias esquecidas que permitiram e permitem atribuir sentidos variados, instáveis e contraditórios ao Rio contemporâneo; passados e histórias sem os quais seria muito difícil alcançar o tão almejado estágio de cidade global. Nesse sentido, o intuito não é manter uma distância com a cidade e sua multidão, apenas captando imagens suas, ao contrário, é o de afetar-se com ela, envolver-se, reconhecendo os limites, as relações de poder e hierarquias envolvidas nesta aproximação.

Em *Colonial Signs of International Relations* (2012), Himadeep Muppidi narra o desconforto ao percorrer o Royal Museum for Central Africa, na Bélgica. Imagens de cidadãos belgas dando presentes para crianças, mulheres e homens congoleses

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

e esculturas de bronze e mármore compõem a primeira sala do museu, que se divide em seções como antropologia, história, zoologia e arqueologia. Ao andar pelos corredores do edifício, Muppidi percebe que aquele espaço não foi feito para pessoas como ele, que vieram de países colonizados:

> Reparei que estava refletindo sobre as possíveis reflexões deles [os idealizadores do museu, um projeto do Rei Leopoldo II] sobre eu estar andando nestes corredores. Mestiço imaginando brancos imaginando olhos mestiços buscando atração em máscaras negras. (Ibidem, p. 15, tradução minha).

Objeto e sujeito, Muppidi sentiu-se como aqueles do outro lado das vitrines ao mesmo tempo que caminha pelos corredores do museu. O autor reflete ainda sobre como a memória da colonização narrada pelo Royal Museum oculta os corpos massacrados na invasão belga do Congo, limitando-se a uma coleção de animais e objetos. O lugar dos homens e mulheres escravizados e explorados limita-se, ali, à história natural. Ver e andar pela reformada Praça Mauá, uma ilha branca no meio de um porto estética e culturalmente diverso, pode levar a sentimentos parecidos. A professora e historiadora Marta Abreu, uma das coordenadoras do projeto Passados Presentes – Memórias da Escravidão no Brasil, em entrevista em maio de 2018 relata:

> É estranho, outro dia estive numa exposição muito bonita sobre samba no MAR, e falava sobre a Pequena África, mas não dizia que estávamos ali, a poucos passos. Não nos localizava. É como se, apesar de um aumento em iniciativas ligadas à memória africana, ainda não quisessem que a gente lembrasse.

Há, argumenta-se, algumas similaridades entre o que descreve Muppidi, as reflexões que se desdobraram das minhas caminhadas pelo porto do Rio e o que Alexander Greer Hartwiger (2016) chamou de flâneur pós-colonial. A partir de um personagem do romance *Cidade Aberta* (2016), de Teju Cole, Hartwiger questiona sobre o palimpsesto urbano que forma Nova York. O flâneur pós-colonial (neste caso, associado ao personagem Julius), afirma o autor, reúne tanto a figura do conhecedor dos mercados e das ruas da cidade, própria ao personagem descrito por Baudelaire, quanto a do atento observador dos legados dos domínios colonial e imperial na cidade global (pp. 4-5). Ou seja, a figura do flâneur pós-colonial surge como um crítico ao capitalismo global, e não como um entusiasta cosmopolita, uma vez que "ele ou ela fornecem uma crítica das formas em que populações não dominantes existem como habitantes espectrais na cidade global,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

ao mesmo tempo barradas da vista e essenciais para operações cotidianas (Appiah, 151)". (Ibidem, p. 7).

Se Hartwiger (2016) analisa populações que vivem como espectros na cidade, esta dissertação trata dos passados que coexistem na cidade como rastros e, de certo modo, também como fantasmas. Muppidi, de outra forma, identifica as ausências no Royal Museum que também ajudam a construir a narrativa europeia sobre a colonização, tantas vezes baseada na noção de que a violência foi um "mal necessário" para o processo de civilização ou "como os belgas dizem agora, aquele era um outro tempo" (Muppidi, 2012, p. 13). No caso de *Cidade Aberta* são passados que – mesmo soterrados pelas construções modernas e imponentes da Nova York contemporânea – ajudaram a transformar a metrópole americana no que ela é hoje. Em Muppidi e outros teóricos pós-coloniais, a lembrança da exploração colonial parece querer revelar os vínculos entre colonização e modernidade, exploração e desigualdade.

Já no caso do porto do Rio de Janeiro, sugiro nesta dissertação, passados retornam ao presente, mesmo quando foram enterrados, e constrangem narrativas da cidade como o espaço onde *todos* convivem *harmoniosamente*. O que o prefeito Eduardo Paes parece ter tentado almejar quando afirmou que o Rio deveria fazer as pazes com seu passado é justamente torná-lo, de novo, ameno, pacífico e controlado. Caminhar pela zona portuária atenta a como estes passados se articulam, irrompem e permanecem no presente da região, ao fim, torna-se uma forma de costurar contra narrativas para esse imaginário de um Brasil harmônico.

Cheguei antes da hora marcada e espero para fazer o primeiro de uma série de circuitos turísticos a pé pelas ruas do centro e da zona portuária. Desta vez, é uma espécie de aula aberta, organizada pela Livraria Leonardo Da Vinci, com os professores Maurício Luiz Bertola e Tiago Mantuano, ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF). No fundo da livraria, uma equipe de televisão se prepara para entrevistar o escritor e jornalista cubano Leonardo Padura que, por acaso, também estava na loja naquele sábado de manhã. O passeio é curto e dura pouco menos de duas horas. Mas é a primeira vez que ouvi muitas das informações que foram repetidas tantas vezes em outros tours. O tema era o porto

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

antigo, então não passamos da Praça XV. E falou-se sobre trapiches, André Rebouças, a chegada da família real portuguesa e aterros.

Os circuitos a pé pela região da zona portuária se tornaram cada vez mais comuns a partir de 2016. Os mapas nas páginas 102 a 104 reúnem cinco deles: "Rio Africano", organizado pela professora e historiadora Monique Goldfeld; "Morro da Conceição: Herança Portuguesa", realizado pelo grupo Revelando o Brasil, criado em 2016 e especializado em roteiros a pé pela cidade; o "Sandwalk with Me", a caminhada-performance cujo relato que abriu este item; o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana[32], criado a partir do Decreto Municipal 34.803[33], em 29 de novembro de 2011, após as escavações do VLT revelarem o Cais do Valongo; e o Circuito Pequena África organizado pelo projeto Passados Presentes – Memória da Escravidão no Brasil[34], iniciativa do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, que reúne em um aplicativo de celular 19 pontos na zona portuária. Estes dois últimos são analisados na próxima seção sobre a Pequena África. A aula-aberta "Caminhando com a Da Vinci: o Rio e seu porto", descrita logo acima e organizada pela Livraria Leonardo Da Vinci, foi retirada do mapa por ter ficado restrita aos arredores da Praça XV, concentrando-se mais no centro do Rio.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

[32]A página oficial do circuito da Prefeitura pode ser acessada em: http://www.portomaravilha.com.br/circuito

[33] Decreto disponível em: http://portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/decretos/d34803.pdf

[34] Este projeto foi feito a partir do Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil e, além da coordenação da UFF, contou com a parceria de comunidades afrodescendentes e quilombolas e o apoio do Projeto Rota do Escravo, da UNESCO, EM 2014. Além do circuito no porto do Rio, foram criados outros dois percursos nos Quilombo do Bracuí (Angra dos Reis) e Quilombro de São José (Valença). Ver mais em: http://passadospresentes.com.br/

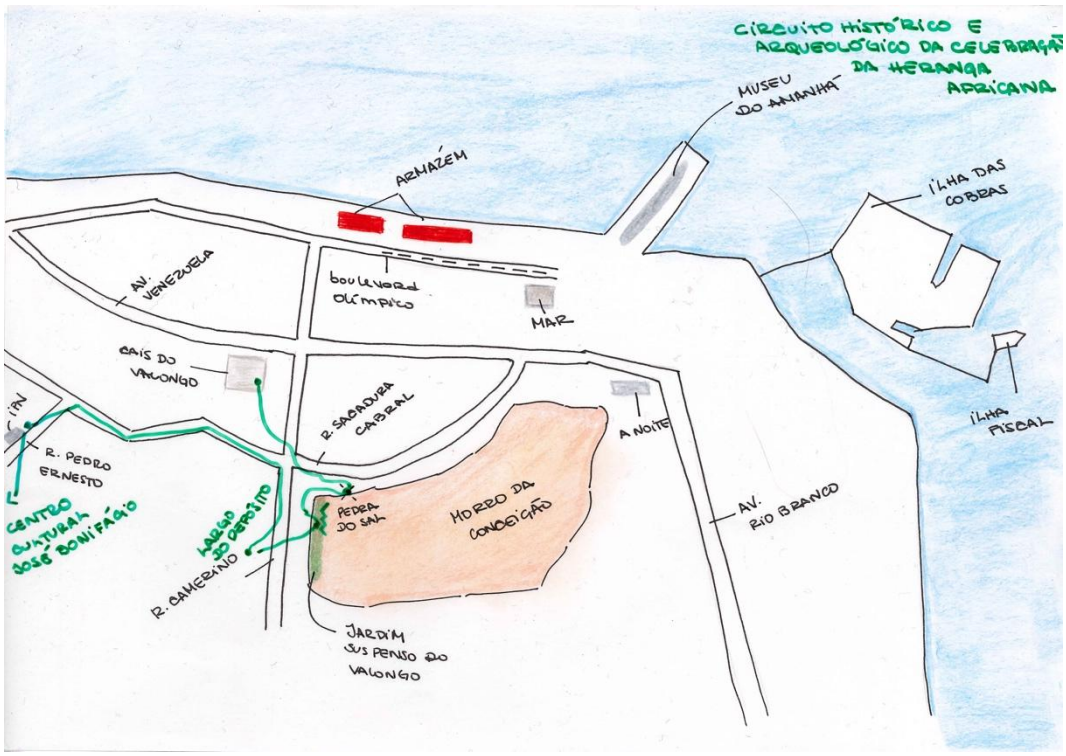

Figura 7: Mapa desenhado da zona portuária sob lâmina de acetato (Ilustração minha)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

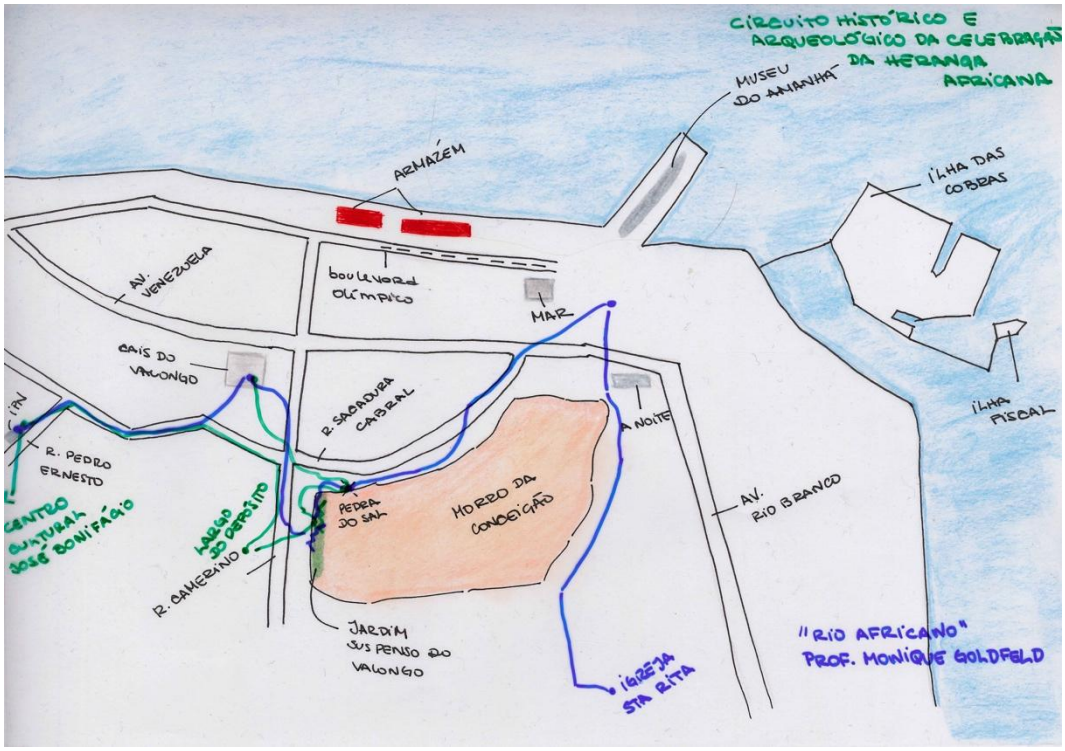

Figura 8: Mapa desenhado da zona portuária sob lâminas de acetatos (Ilustração minha)

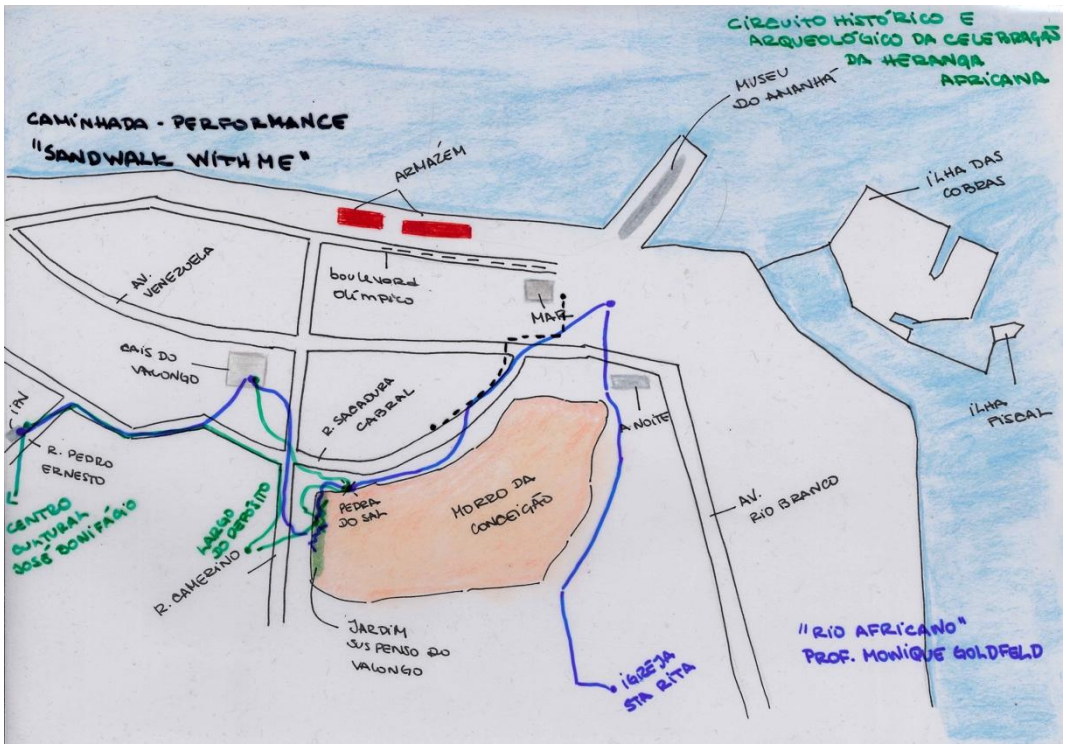

Figura 9: Mapa desenhado da zona portuária sob lâminas de acetatos (Ilustração minha)

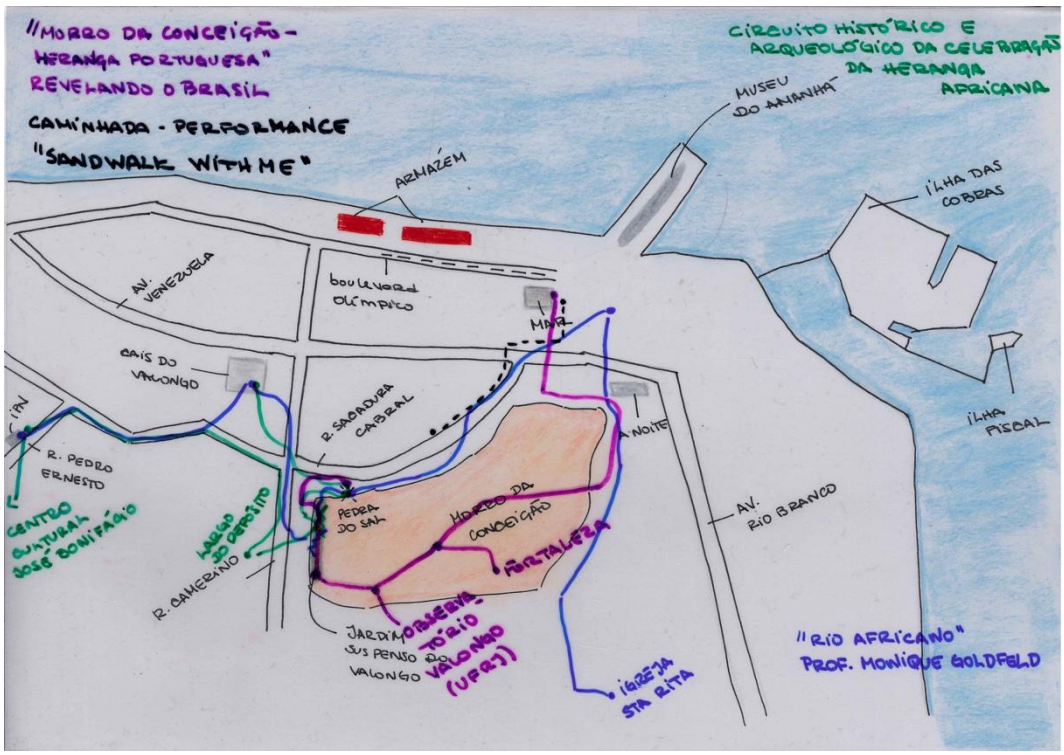

Figura 10: Mapa desenhado da zona portuária sob lâminas de acetatos (Ilustração minha)

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

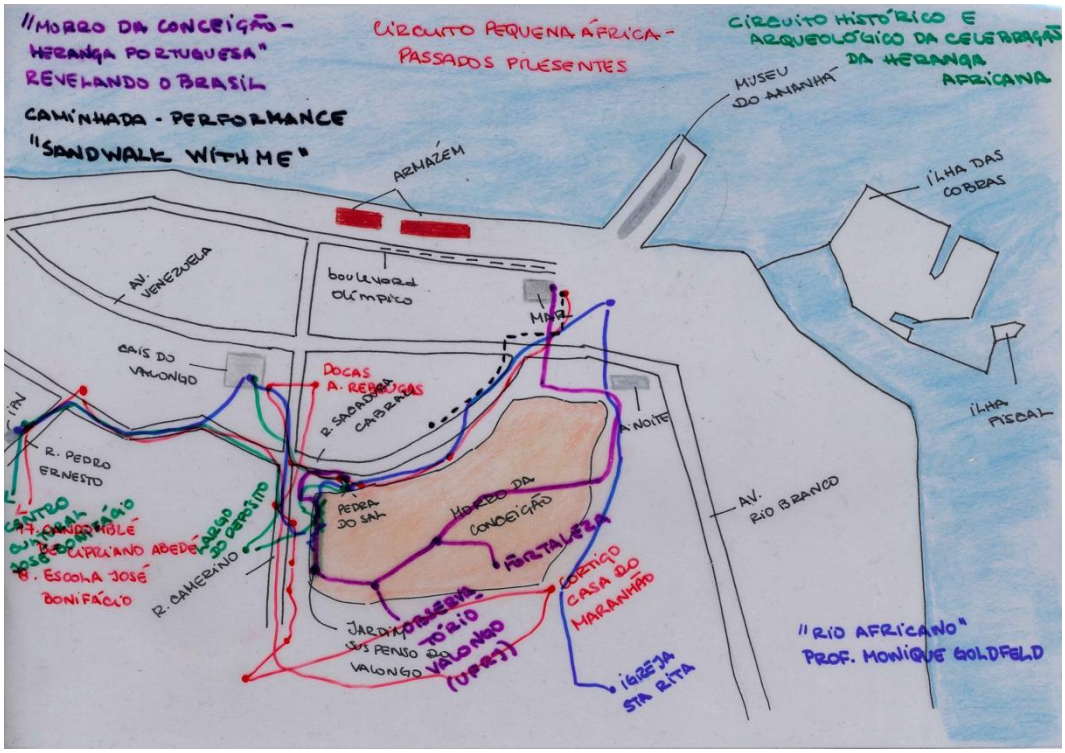

Figura 11: Mapa desenhado da zona portuária sob lâminas de acetatos (Ilustração minha)

As formas de caminhar descritas nesta seção, no entanto, são diferentes do que tais circuitos turísticos propõem a fazer. O flâneur de Baudalaire, por exemplo, anda sem propósito e encontra seu caminho a medida em que se mistura aos corpos da cidade, às ruas e à multidão. De Certeau aponta como o caminhar é uma forma de reapropriação da cidade. Trajetos pré-estabelecidos e guiados, pode-se argumentar, não são reapropriações. De todo modo, estes circuitos ressaltam barreiras e criam, afirma-se, novas espacialidades e formas de experimentar o espaço da zona portuária.

Por outro lado, para Benjamin, o flâneur é um obstáculo para divisão do trabalho, por existir no ócio. É ainda um solitário, um sujeito que se constrói na multidão, não por fazer parte dela, mas por caminhar entre seus grandes grupos (Benjamin, 2009). Como são atividades turísticas e, portanto, estão inseridas em narrativas que veem a cidade muitas vezes como produto, não seria possível considerar esses circuitos como um "protesto" ao sistema capitalista. Inclusive eles reproduzem, em grande medida, narrativas que segmentam a zona portuária em áreas específicas, dividem suas ruas quase em atrações temáticas. De todo modo, tais iniciativas fogem dos limites da Praça Mauá, levando pessoas que – às vezes – se

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

restringiriam apenas ao Museu do Amanhã e ao MAR a se depararem com outras trajetórias da região portuária.

Além disso, o espaço ocupado pela zona portuária não é composto por limites claros. O primeiro porto do Rio de Janeiro foi construído aos pés do Morro do Castelo, depois movido para Praça XV e, então, para a região da Praça Mauá. Já a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, responsável pelas obras do Porto Maravilha, abrange o bairro do Santo Cristo e partes do Centro, São Cristóvão e da Cidade Nova na região portuária (Cardoso, 2013, p. 71). Esta dissertação, no entanto, limitou-se a Praça Mauá, Saúde e Gamboa. A partir da sobreposição dos circuitos, foi possível perceber que a maioria das atividades turísticas ocorre nas imediações da Praça Mauá e, por isto, a opção por reduzir a pesquisa a esta região. Apesar de o projeto do Porto Maravilha abranger toda a área classificada como portuária pela Prefeitura, muitas obras previstas para serem inauguradas antes das Olimpíadas não chegaram a ser concluídas. A Praça Mauá, por outro lado, tornou-se o símbolo, o cartão-postal, do "novo" porto carioca e do Rio olímpico. Exibir este mapa com as sobreposições de percursos no mesmo espaço territorial é, ainda, uma tentativa de destacar a dimensão do encontro na cidade e sugerir sua centralidade para a produção de outras narrativas para a zona portuária, que retirem o protagonismo exclusivo do turista consumidor. O mapa, afinal, revela como estes espaços, apesar de narrados como separados, se sobrepõem e se misturam.

Para fechar este capítulo, as próximas duas sessões trazem dois exemplos de como os limites entre passado, presente e futuro, por um lado, e memórias portuguesa, africana, moderna, colonial, global se encontram no cotidiano da Gamboa e da Saúde de forma criativa. E, ainda, como diferentes camadas deste espaço-palimpsesto irrompem em momentos não previstos, produzindo regimes específicos de visibilidade.

4.3
Caminhadas pelo espaço, tropeços no tempo

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Caminhar em um palimpsesto é ir e voltar no tempo, ser puxado para o futuro e retornar a passados, vários deles. E, ainda que muitos destes tempos idos sobrevivam como fragmentos quase imperceptíveis, seus rastros e irrupções são materiais e pesam sobre o presente que habitam. Andar pelas ruelas do Morro da Conceição, por exemplo, é esbarrar com diversos passados, a Igreja de São Francisco da Prainha, fundada em 1696, a Pedra do Sal, símbolo da resistência negra, os sobrados em estilo colonial e o Jardim Suspenso do Valongo são algumas construções e monumentos que costuram a história complexa e múltipla do Morro. Neste momento, retomo um passado recente: 1990. Segundo Guimarães (2014)

> (…) [n]essa época, um conjunto de segmentos sociais e saberes técnicos reorganizaram simbólica e espacialmente a cidade do Rio de Janeiro, conjugando políticas de gestão e controle da "violência" com políticas de potencialização de seu "patrimônio". A imagem que representava a cidade como partida entre as favelas e o asfalto passou então a ser utilizada rotineiramente por uma *geografia moral* (McDonough, 2003) que se construiu de forma difusa, a partir da mediação de diferentes produtos como legislações, matérias jornalísticas, planos urbanísticos, romances, filmes, projetos culturais etc. Com esse novo imaginário, foi operada uma dupla justificativa para a intervenção em regiões "favelizadas" ou "periféricas": tanto para a criação de unidades especializadas em medidas militarizadas de policiamento, quanto para a implantação de políticas voltadas para exploração econômica e turística. (pp. 2-3, grifo original).

A partir desta lógica, afirma a autora, os bairros portuários da cidade foram classificados como espaços "degradados" e "abandonados", frequentemente descritos como uma região de prostituição e tráfico de drogas. Depois desse processo de classificação, uma série de modelos de reforma urbana foram desenvolvidos para região com objetivo de modificar seus usos e hábitos. Datam deste período os primeiros projetos da prefeitura que descrevem o porto como uma "periferia do centro", uma lógica que se repete no Porto do Rio (2001) e é, então, reforçada pelo Porto Maravilha, em 2009 (ver capítulo 3). Um dos principais argumentos para a intervenção urbanística no porto seria o fato de que em tal espaço reside a "origem da cidade" e existiria o risco de perda dessa dimensão se o suposto abandono não fosse interrompido (Guimarães, 2014, p. 3).

Em 1988, as primeiras medidas de *revitalização* do porto foram tomadas com o decreto municipal da Área de Proteção Ambiental Sagas (acrônimo de Saúde,

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Gamboa e Santo Cristo)[35]. "Ao classificar bens e logradouros como 'históricos' e 'culturais', essa área operou um contraste lógico em relação aos que seriam 'não históricos' e 'não culturais'" (Ibidem, p. 5). A partir desta classificação, o Morro da Conceição (assim como os do Pinto, da Saúde e do Livramento) foi patrimonializado, enquanto ao Morro da Providência foi destinado a programas de urbanização (Favela Bairro) e policiamento. Nas áreas preservadas, o turismo e a atração de moradores da classe média já tinham começado a ser incentivados. A divisão parece ter tido alguma continuidade no Porto Maravilha. Se, desta vez, a Providência recebeu obras para atrair capital turístico, estas foram feitas sem o diálogo com a população e a favela continuou sendo alvo de intervenções, de repressão e controle com a justificativa de expulsão do tráfico de drogas e restabelecimento da segurança, desta vez, a partir da instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), em abril de 2010.

Já o patrimônio a ser preservado no Morro da Conceição foi, desde os anos 1990, associado à sua "origem portuguesa", e suas ruas com frequência foram e são comparadas ao bairro lisboeta de Alfama. O predomínio da herança portuguesa nas narrativas sobre o Morro, no entanto, não dá conta da complexidade de sua formação e de seus cotidianos. Se, originalmente, ele foi habitado por padres franciscanos portugueses no século XVII; entre seus moradores, estão e estiveram trabalhadores portuários, ex-escravos, seus descendentes e grupos de migrantes baianos (Guimarães, 2014). Foi, neste contexto, diante do privilégio que narrativas oficiais davam à presença portuguesa no Morro da Conceição, que moradores que se identificavam com histórias negras ressignificaram a ideia de "Pequena África"[36].

Criada inicialmente no período de redemocratização do Brasil (1979-1988), a narrativa da Pequena África voltou a ganhar força e destaque midiático com as intervenções do Porto Maravilha. Para Guimarães (2016), um dos motivos da abrangência da narrativa foi sua capacidade de reunir diferentes expectativas e

[35] A Sagas protegeu cerca 2 mil bens classificados como memória cultural, entre eles murais de botequins portugueses, sobrados coloniais e cortiços da época do Império. Depósitos, oficinas, frigoríficos e garagens, por outro lado, tiveram uso restringido por serem considerados inadequados (Guimarães, 2016).

[36] O nome Pequena África foi criado e usado pela primeira vez para designar a região dos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo pelo sambista e artista Heitor dos Prazeres, no início do século XX.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

demandas. Sua eficácia estaria ainda associada ao "ideal de uma 'cidade negra', que abarcava tanto um passado de resistências quanto projeções de um futuro no qual seriam superados os males, os traumas e as exclusões produzidos pela escravidão" (Ibidem, p. 315). Uma das características que esta dissertação quer ressaltar do espaço da Pequena África é sua permeabilidade por entre vários territórios da zona portuária. Se a dita herança portuguesa é, através de diversos discursos e práticas (como os próprios circuitos turísticos), circunscrita ao Morro da Conceição, a Pequena África resiste no próprio Morro, no Cais do Valongo e em diversas ruas da Saúde e da Gamboa, se mistura e se revela em vários cantos e esquinas da zona portuária.

Para Hartog (2013), o patrimônio indica o tipo de relação que uma sociedade quer estabelecer com o tempo, uma vez que trata de tornar visível um passado específico no presente, "um passado do qual o presente não pode ou não quer se desligar completamente. Quer se trate de celebrá-lo, imitá-lo, conjurá-lo, de extrair prestígio dele ou apenas de poder visitá-lo" (Ibidem, p. 197). No Porto Maravilha, a patrimonialização, com o restauro de monumentos e lugares específicos (como o Jardim Suspenso do Valongo), convive com a noção de *revitalização*, uma ideia – argumenta-se – que combina restabelecimento de uma ordem, de uma *vitalidade* à noção de futuro e progresso. Nesta narrativa, a ideia de vida se atrela à ordem. A zona portuária antes era *degradada*, *vazia* e *abandonada*, um lembrete do passado. Após as obras do Porto Maravilha, narrativas oficiais prometiam *devolver o porto para cidade*, enchendo-o de vida *e* ordenando-o. Esta ordem e suposta vitalidade recuperada seriam sinais de que a zona portuária havia deixado de ser *periferia do centro* do Rio e havia chegado ao futuro, alcançado o progresso.

De outro modo, a construção de Hartog remete a outros dois pensamentos articulados em pontos anteriores desta dissertação. Primeiro, a ideia de Boaventura de Sousa Santos (2010a) de que narrativas modernas de progresso precisam de um passado específico para legitimar um futuro único. Neste sentido, estes monumentos e espaços *revitalizados* e patrimonializados apontariam algo sobre o progresso que os discursos oficiais estavam buscando. E segundo, a própria ideia de regimes de visibilidade, de Rancière (1996, 2004). A disputa

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

entre o que e como lembrar, o que marcar como patrimônio para posteridade e o que *policiar* parece, ao fim, algo muito próximo de uma disputa política sobre quem pode falar, quem pode ouvir e quem pode *disputar* espaços de revisitação do passado, onde o que se almeja parece ser uma estabilização do mesmo, um *consenso* sobre ele. No caso específico do Morro da Conceição, por exemplo, Guimarães (2013) sugere que tanto o imaginário da Pequena África quanto o da Herança Portuguesa narram o morro como sítio histórico a partir de um processo, onde bens e modos de vida

> (...) são deslocados de seus contextos polissêmicos e idealizados como "autênticas" representações de um passado e forma de habitar; mas que, justamente por serem materializações de imaginários, são sempre passíveis de afetar a autoconsciência dos habitantes da cidade, gerando não apenas a afirmação de diferentes memórias e identidades como também novos processos políticos, sociais e estéticos, como a criação em 2011 do Memorial do Cais do Valongo e do Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana. (p. 50).

Em certa medida, estes processos de estabilização narrados por Guimarães podem ser associados a ligação frequente entre sucesso da preservação da memória e a capacidade de atrair e mobilizar turistas dispostos a conhecer, divulgar e consumir tais modos de viver do passado. Uma das formas para se alcançar tal objetivo seria a *folclorização* desses passados. Mas, talvez, esta seja uma forma pouco precisa de tratar a questão da Pequena África, uma vez que seus símbolos ultrapassam limites específicos e tal narrativa tenha sido mobilizada para muito além de fins comerciais, sendo envolvida em lutas pela memória, conscientização sobre a escravidão e disputas em relação a políticas de moradia, como no caso do Quilombo da Pedra do Sal[37].

Mas, se a ideia de Pequena África começou a ser mobilizada ainda no período da redemocratização como resistência a processos de exclusão e apagamento do poder público; com as reformas olímpicas na zona portuária, a narrativa ganha espaço dentro do projeto do Porto Maravilha. Em março de 2011, durante obras

[37] Considerado central para luta quilombola no Brasil, o Quilombo da Pedra do Sal fica no entorno da pedra, do Largo João da Baiana e da Rua São Francisco do Prainha. Em 1987, a Pedra do Sal se tornou o primeiro lugar reconhecido como espaço de oferenda aos Orixás a ser tombado no Brasil, sua história está profundamente ligada às memórias africana e da escravidão, ao samba e à história da zona portuária do Rio de Janeiro. Em 2005, a Fundação Cultural Palmares emitiu a certidão de autorreconhecimento do quilombo da Pedra do Sal, mas os quilombolas sofreram conflitos intensos com a Venerável Ordem Terceira da Penitência (VOT), ordem religiosa com terras no local que não reconhece o direito à moradia dos quilombolas. Em 2010, o INCRA deu parecer favorável à demarcação do Quilombo da Pedra do Sal (INCRA, 2010; Corrêa, 2016).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

para instalação do VLT, a Prefeitura reencontrou o Cais do Valongo em excelente estado de conservação. A "redescoberta" levou a uma série de manifestações do movimento negro na região (Vassalo & Cicalo, 2015; Izoton, 2015). Em 29 de novembro do mesmo ano, a Prefeitura decretou a criação de um grupo de trabalho sobre a memória africana na zona portuária e o Circuito Histórico e Arqueológico da Herança Africana. Fazem parte deste circuito, nesta ordem: Cais do Valongo e Cais da Imperatriz, Pedra do Sal, Jardim Suspenso do Valongo, Largo do Depósito, Cemitério dos Pretos Novos e Centro Cultural José Bonifácio.

Sobre o circuito da prefeitura, duas questões aparecem rapidamente: seu tamanho enxuto e a presença do Jardim Suspenso do Valongo, construído por Pereira Passos como forma de desvincular a região de seu passado escravista. A sinalização no local, por exemplo, não traz nenhuma menção de que ali funcionara até meados do século XIX pontos de venda de escravos. Outra crítica recorrente remete à função essencialmente pedagógica, mas pouco reflexiva do circuito sobre a história violenta da escravidão e suas continuidades nos presentes cariocas (Izoton, 2015). A incorporação do circuito no projeto de revitalização Porto Maravilha teria criado narrativas de um espetáculo temático, um bem cultural para consumo do turista-visitante.

> A multiplicação de produtos gera a possibilidade de atender a diversos gostos e atitudes, a história local é negada enquanto disputa, mas afirmada e valorizada enquanto mercadoria cultural. As áreas da cidade começam a contar suas histórias. Surgem painéis informativos e visitas guiadas em locais anteriormente esquecidos e inexplorados. Tornam-se relíquias do museu histórico a céu aberto. (Izoton, 2015, p. 98).

Com objetivo de trazer outras narrativas sobre a memória da escravidão na zona portuária e ir além dos limites propostos pelo circuito da Prefeitura, surgiu a iniciativa Passados Presentes, coordenada pelas historiadoras professoras Hebe Mattos e Martha Abreu, do Laboratório de História Oral e Imagem da UFF, e Keila Grinberg, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). O percurso Pequena África, inaugurado em abril de 2016, reúne 19 pontos e em vários deles há códigos QR, acessíveis a partir de um aplicativo de celular[38]. Ao

[38] O circuito Pequena África do projeto Passados Presentes é composto por (nesta ordem): Museu de Arte do Rio, Mercado de Escravos da Prainha; Quilombo da Pedra do Sal; Largo João da Baiana; Antiga Rua da Saúde; Cais do Valongo; Docas André Rebouças; Casa de Machado de Assis; Mercado de Escravos do Valongo; Casa do Africano Mina; Jardim Suspenso do Valongo;

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

ler o código, o aparelho telefônico reproduz um áudio gravado por historiadores e lideranças comunitárias com as principais informações sobre o local[39]. Além disso, uma função chamada "Perto de mim" inclui outros 42 pontos, entre eles sete rodas de capoeira de rua, aonde se pode chegar a pé, de bicicleta ou meio de transporte público/carro.

O que mais distancia os dois circuitos talvez seja a forma como a iniciativa mais recente vai além do período escravista e traz a história da pós-abolição, quando muitos negros da Bahia e de outras regiões vieram trabalhar em atividades portuárias, tendo parte central no surgimento, por exemplo, do sindicato dos estivadores, considerado o primeiro do país. A Pedra do Sal aparece em dois momentos: com seu quilombo e na parada do Largo João da Baiana, onde tradicionais rodas de samba ocorrem semanalmente. Passados Presentes ainda reúne pontos importantes para história do candomblé na cidade, locais de rodas de capoeira tradicionais e mostra ruas onde existiam (e onde ainda resistem) cortiços, habitações populares demonizadas pela Reforma Pereira Passos. A memória da violência do dito Haussmann tropical, aliás, também não passa incólume, e a parada na Praça da Harmonia nos lembra que ali foi um dos locais de maior resistência popular durante a Revolta da Vacina em 1904.[40]

De certo modo, se o circuito oficial da Prefeitura reduz a memória africana da região a um período histórico especifico e a um espaço diminuto, a iniciativa do Passados Presentes – sem abrir mão totalmente da narrativa turística e da caminhada – extrapola os limites oficiais e revela como a Pequena África está presente de muitas formas e em muitos tempos na zona portuária. E se o patrimônio de uma sociedade sugere sobre que passado ela escolhe como legítimo e a relação que ela salvaguarda com ele (Hartog, 2013), então é necessário questionar se o Porto Maravilha busca o retorno de uma relação pretensamente harmônica com o passado-presente violento da cidade, se há uma tentativa de *restabelecimento* de uma brasilidade supostamente festiva e cordial.

Praça dos Estivadores; Associação Chora na Macumba; Cortiço – Casa do Maranhão; Sociedade Resistência; Barricadas da Revolta da Vacina; Cemitério dos Pretos Novos; Candomblé de Cipriano Abedé; e Escola José Bonifácio.

[39] Informações retiradas do site do projeto: www.passadospresentes.com.br.

[40] Ver também: Daflon, Rogério. "O Porto Maravilha é negro". Agência Pública. Rio de Janeiro, 19/07/2016. Disponível em: https://apublica.org/2016/07/o-porto-maravilha-e-negro/

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

4.4
Cais de Valongo e Instituto Pretos Novos: o passado que traz do chão a possibilidade de futuro

A figura do palimpsesto remete a tempos que se deslocam no espaço, se chocam e se sobrepõem. O encontro entre as diferentes camadas de tempo que compõem o palimpsesto pode ser da ordem do conflito ou da criação, de modo a produzir uma nova irrupção, o surgimento de um novo tempo. Este trabalho observa o cotidiano como espaço de irrupções que podem criar novas narrativas e deslocar tempos. Este, argumenta-se, é o caso da história do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN).

Na década de 1990, Merced Guimarães dos Anjos e seu marido Petrúcio dos Anjos (na época, moradores da região há mais de 30 anos) compraram uma casa construída em 1866, na Rua Pedro Ernesto, na Gamboa. O imóvel precisava de obras e foi então, num dia qualquer de 1996, que o casal chamou uma equipe para começar as reformas necessárias. Merced relembra aquele que prometia ser um dia comum: "No primeiro dia de obra, o pedreiro olhou para mim e disse: 'os proprietários antigos deviam ter muitos animais'. Perguntei por que dizia isso e ele me falou que lá estava cheio de ossos de animais"[41]. Merced foi olhar os entulhos e encontrou uma arcada claramente humana. Neste momento, um passado até então soterrado da e na zona portuária começa a achar lugar na superfície e a vida de Merced e Petrúcio mudou significativamente.

A princípio, a moradora não sabia se os ossos eram de escravos ou indígenas e foi procurar seu vizinho Antônio Carlos Machado, à época presidente do Afoxé Filhos de Gandhi. Deu-se início à busca para acionar a prefeitura e a "descoberta" do Cemitério dos Pretos Novos, que funcionou entre os anos 1769 e 1830, e onde escravos que chegavam já mortos ou muito fracos ao Rio de Janeiro eram enterrados a céu aberto. Apesar de o cemitério ter aparecido em alguns documentos e relatos, não se sabia onde ele estaria localizado.

[41] Depoimento retirado de vídeo feito e divulgado pela ONU Brasil. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jOkyjURCafs

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Merced e Petrúcio são descendentes de imigrantes europeus e, até então, suas vidas nunca (ou muito pouco) haviam se tocado com a história da escravidão. Mas naquele dia a história daquele casal foi entrecortada por ela. E o encontro entre os dois mudou não só a vida de Merced e Petrúcio, como o próprio espaço da zona portuária e o Rio de Janeiro. A casa que escolheram para morar, de repente, passou a ser constantemente visitada por técnicos e arqueólogos e, hoje, mais de vinte anos depois da primeira redescoberta, ali funciona o IPN, centro de memória africana fundado em 2005[42]. É, portanto, a interação entre a história de vida de Merced e a história da escravidão e dos pretos novos enterrados debaixo de sua casa que produzem um outro espaço e uma outra relação temporal com o passado. Como afirma Massey (2005):

> (...) isto revela o aspecto do espaço praticado que é sua construção relacional, sua produção a partir de práticas de engajamento material. Se o tempo se desdobra como mudança, então o espaço se desdobra como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão *social*. Não no sentido exclusivamente de sociabilidade humana, mas no sentido do engajamento com sua multiplicidade. É a esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade em todas suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. Como o argumento desenvolve, o que começa a ser respondido é o que isso suscita: uma política relacional para um espaço relacional. (p. 61, grifo original**,** tradução minha).

Antes enterrado e escondido, o passado agora surge do chão, esbarra na história de Merced e deste encontro produz-se algo novo. Mas o novo que surge do IPN está, argumento, bastante distante do "novo" que o projeto Porto Maravilha pretende produzir sobre a zona portuária. O novo que se cria no e com o IPN seria mais próximo ao ideal de Bhabha (2012), que reconhece a possibilidade de um futuro menos violento a partir da re-visitação, da re-imaginação do passado, ou mesmo da forma como Inayatullah e Blaney (2004) pensam a relação com a diferença. O encontro de Merced e Petrúcio com a escravidão não terminou no apagamento do Outro, mas no reconhecimento dos rastros e vínculos da opressão colonial escravocrata na história da cidade do Rio de Janeiro. O Cemitério dos Pretos Novos irrompe de modo a perturbar um consenso estabelecido sobre a região e revelar uma nova camada da história daquele espaço. Tal emergência do

[42] Em entrevista por telefone, em abril de 2018, Merced Guimarães contou alguns dos percalços que o casal viveu após a descoberta do Cemitério debaixo de sua casa: "Passamos pelo menos quatro ou cinco meses com um monte de entulho no quintal, a casa quase chegou a desabar. Em 1998, saímos de casa e fomos morar no auditório da minha empresa. Voltamos em 2001, porque as pesquisas arqueológicas não avançavam, mas era complicado, porque não podíamos terminar as obras e morar na casa como pensávamos."

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

novo só é possível, como afirma Bhabha e este caso parece reiterar, a partir da experiência viva do passado, um tempo que no Porto Maravilha parece existir apenas como produtor de mercadoria cultural.

Quem visita o IPN hoje percebe a luta diária por sua existência. O esforço do casal e o trabalho voluntário de vários colaboradores não dá conta de manter o sítio arqueológico em condições próprias de preservação e, por isso, o apoio do poder público se faz essencial. Hoje, a questão é mais delicada,[43] entretanto, em 2016, a prefeitura já demonstrava a intenção de limitar as pesquisas do Cemitério dos Pretos Novos à casa de Merced e Petrúcio. Em entrevista à Agência Pública, o presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (Cdurp), Alberto Silva, confirmou que uma pesquisa do Museu Nacional (UFRJ) indicou que outras casas nas ruas Pedro Ernesto, Leôncio de Albuquerque e do Propósito estão na área do cemitério. Perguntado sobre o motivo de a prefeitura não estimular mais escavações, Silva respondeu:

> O importante é que o Cemitério dos Pretos Novos está simbolizado na área da casa da Merced (...). Os corpos foram queimados e revolvidos, o que dificultaria muito o trabalho. E teríamos que desapropriar casas para fazer novas pesquisas (Agência Pública, 19/07/2016)

Segundo o Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas (2015), 675 famílias foram removidas pela prefeitura de Eduardo Paes só na zona portuária até 2015, em função de obras ligadas ao Porto Maravilha. Soma-se a isto o fato de Silva parecer achar "suficiente" o espaço que o Cemitério hoje ocupa, ou seja, apenas a casa de Merced Guimarães. A ajuda e a colaboração do poder público com o sítio arqueológico parecem, então, delimitadas. Da mesma forma, o *lugar* que o tempo e a memória do Cemitério ocupam na revitalização do porto parece pronto e encerrado. O passado não precisar ser *mais* escavado.

Se a relação que uma sociedade estabelece com seu patrimônio revela que ligações com o passado ela deseja estabelecer, a postura da prefeitura indica que o encontro com o passado sugerido pelo projeto do Porto Maravilha é bastante específico, não envolve reconhecimento amplo da violência colonial, do caráter

[43] Entre 2013 e 2016, o IPN recebeu entre 30 mil e 85 mil da Prefeitura do Rio de Janeiro para manter o instituto. Em 2017, esta verba foi cortada. Hoje, segundo Merced Guimarães, voluntários, doações e os cursos de pós-graduação criados em parceria com o MAR vêm ajudando a manter o IPN aberto (informações retiradas de entrevista feita por telefone, em abril de 2018).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

estruturante da escravidão para a formação do estado brasileiro e suas continuidades nos corpos e nas comunidades da cidade. O reencontro proposto pelo Porto Maravilha parece, ao contrário, mais preocupado com o restabelecimento de uma harmonia comumente atrelada ao Brasil e ao Rio, uma cidade responsável por parte significativa dos discursos de nação produzidos sobre o país.

Verão, 2011. Uma equipe de arqueólogos acompanha as escavações para a construção do VLT na Avenida Barão de Tefé quando, mais uma vez, o passado se revela do chão e se faz visível[44]. O Cais do Valongo é, naquele momento, reencontrado em meio às obras da prefeitura. Não apenas ele, mas o Cais da Imperatriz que, em 1843, foi construído sobre ele para receber a princesa Teresa Cristina, que se casaria com o imperador D. Pedro II. E uma terceira camada remete a um outro tempo da cidade do Rio: o concreto é a memória do aterro do Cais, promovido por Pereira Passos, à época das reformas urbanas do início do século XX.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

[44] A escavação do Cais do Valongo não era parte do planejamento inicial da Prefeitura. Como sua localização já era conhecida, pesquisadores alertaram para a necessidade de monitoramento especializado em locais de possíveis sítios arqueológicos, como previsto pelo IPHAN (Pinheiro & Carneiro, 2016)

Figura 12: Imagem do Cais do Valongo (Foto minha, 2017).

Para Vassallo e Cicalo (2015), o retorno do Cais do Valongo como presença na cidade fortaleceu as demandas por mais protagonismo da memória africana no projeto do Porto Maravilha. Apesar dos contrastes visíveis a quem caminha pela zona portuária e encontra o sítio arqueológico apenas com alguns totens explicativos e correntes de proteção, um esforço foi feito (com participação de movimentos negros, pesquisadores e instituições do governo) para que o Cais do Valongo fosse reconhecido como testemunho da escravidão e, depois, patrimônio mundial da humanidade. No dia 20 de novembro de 2013, Dia da Consciência Negra, foi colocada uma placa comemorativa da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) reconhecendo a importância no local e incorporando-o à Rota do Escravo, projeto criado em 1994, pela mesma instituição. Ainda de acordo com Vassallo e Cicalo (2015), processos de

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

patrimonialização, como os do Cais do Valongo podem levar "[à] produção de um consenso em torno de certos significados e ações" (p. 244). De modo algum, é intenção deste trabalho desmerecer a importância urgente e inestimável da memória da escravidão para a sociedade brasileira contemporânea como um todo, ainda assim é preciso perguntar-se: se a política acontece no dissenso (Rancière, 1996), na disputa por significações, o que a produção de um consenso em torno do Cais do Valongo pode significar? Argumento que o reconhecimento e a memória da escravidão se fazem presentes a partir da rememoração constante de suas continuidades na atualidade brasileira.

No processo de patrimonialização do Cais do Valongo, pretende-se atentar especialmente para separação entre o Cais e o Cemitério dos Pretos Novos. Os dois espaços, argumenta-se, funcionaram na mesma época e faziam parte de um complexo que incluía o mercado de escravos na antiga Rua do Valongo (atual Rua Camerino) e o Lazareto (hospital onde os escravos mais doentes eram tratados e ficavam de quarentena e que, hoje, perdeu-se em meio aos aterros na região portuária). Cemitério, Cais, mercado, pontos de engorda estavam todos próximos e serviam a um mesmo propósito: o tráfico de escravos africanos. Faziam todos parte de um circuito que durante muitos anos foi central para cidade e para o país. Por ali, passavam escravos, comerciantes e trabalhadores portuários. Se partes deste complexo foram apagadas com obras de modernização da cidade, que abriram novos caminhos e fluxos no território, este não é o caso do Cais e do Cemitério dos Pretos Novos, que mesmo aterrados, hoje voltaram a ser visíveis para o carioca. O dossiê de candidatura a Patrimônio da Humanidade da UNESCO, em princípio, defendia o reconhecimento da Pedra do Sal, do Cemitério e do Cais, mas – por fim – apenas o último foi escolhido[45].

Separar Cais e Cemitério parece, argumenta esta dissertação, uma tentativa de mediar a memória da violência e esconder a dimensão da brutalidade física e corpórea da escravidão. Se o Cais do Valongo é o único ponto de desembarque de africanos escravizados que ainda resiste ao tempo nas Américas, o Cemitério é o encontro vivo com os corpos dos que morreram pela opressão escravista.

[45] Ver: Daflon, Rogério. O Porto Maravilha é negro. Agência Pública. Rio de Janeiro, 19/07/2016. Disponível em: https://apublica.org/2016/07/o-porto-maravilha-e-negro/; IPHAN. Proposta de Inscrição na Lista de Patrimônio Mundial, 2016.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Enquanto o primeiro emerge como imagem, uma alusão, o segundo é mais que representação. O cemitério é. Ele impede o visitante de desviar-se em romantizações ou criar narrativas de harmonia, onde não há e jamais houve. Há um reconhecimento da memória, neste sentido, que tenta ser controlado, cerceado, delimitado, enquanto o Cemitério "está bem onde está", o Cais surge como memória que pode ser transformada em ponto turístico internacional.

Em 9 de julho de 2017, o Sítio Arqueológico do Valongo ganhou o título de Patrimônio Mundial da UNESCO. A instituição reconheceu o lugar como o vestígio "físico mais importante" da escravidão africana e que, por isso, deve ser colocado no mesmo patamar histórico de Hiroshima e Auschwitz, porque os três são "partes da história que a humanidade não deve esquecer"[46]. A nomeação exige que instituições do governo brasileiro tomem providências de preservação do sítio. Apesar do enaltecimento da cultura africana e do reaparecimento do Cais do Valongo, o fato de a prefeitura nem sempre apoiar de forma mais efetiva pesquisas ligadas ao Cais e, especialmente, ao Cemitério dos Pretos Novos sugere a transformação do patrimônio – no contexto do Porto Maravilha – à lógica de rentabilização da cidade. Em outras palavras, a memória africana "tornou-se um recurso incontornável das estratégias de definição de uma imagem de marca, constituindo-se, ela própria, como 'marca' que define certo valor correcional e comunicacional" (Pinheiro & Carneiro, 2016, p. 75).

A partir de uma relação que transforma a herança africana em ativo para marca Porto Maravilha, residiria uma tentativa de delimitar a memória do Cais do Valongo. Esta suspeita se fortalece pelo fato de os achados arqueológicos encontrados durante a escavação (objetos ligados à cultura africana e pertencentes aos ex-escravos) ainda serem conhecidos por poucos. Eles estão, até hoje, reunidos no Galpão da Gamboa, sem acesso ao público, embalados em contêineres. Corpos e objetos são, portanto, invisibilizados. Corpos e objetos negros. Do século XVII, do século XVIII, do século XIX, de hoje.

[46] Informações retiradas da reportagem: Pasha-Robinson, Lucy. "Valongo wharf: Rio de Janeiro 'slave harbour' becomes Unesco world heritage site". Independent. 10/9/2017. Disponível em: http://www.independent.co.uk/news/world/americas/valongo-wharf-rio-de-janeiro-slave-port-unesco-world-heritage-site-brazil-a7833321.html

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

4.5
Conclusão

Longe de ser uma esfera separada da sociedade, o cotidiano é espaço de encontro entre internacional, global e local; rotina e exceção; público e privado. A partir da análise de textos de Henri Lefebvre e Michel de Certeau, este capítulo construiu uma percepção do cotidiano como dinâmico, onde fronteiras se confundem e revelam sua porosidade. Espaço de controle e lugar potencial de resistência, o dia a dia se revela por fim como um espaço de ambiguidades. Tendo em vista o aumento de iniciativas turísticas que organizam circuitos a pé pela zona portuária, este capítulo se ateve a uma prática específica do cotidiano: o caminhar pela cidade em suas diferentes vertentes.

Entretanto, como demonstrado, os circuitos analisados estão inseridos em lógicas turísticas e de consumo, ainda assim eles atuam na construção de novas espacialidades e levam seus grupos para além dos limites da *revitalizadamente* branca Praça Mauá. Ao mostrar estes circuitos, intercalando depoimentos de moradores da zona portuária e relatos pessoais sobre os trajetos, este capítulo mostrou também como intervenções no espaço impactaram na criação de novos circuitos, novos cotidianos e podem colaborar para extinguir outros.

A segunda metade do capítulo estudou dois momentos em que – a partir do cotidiano – novas percepções sobre a zona portuária foram criadas, comparando ambos à posição oficial diante da memória e dos passados africanos na região. Ou seja, às formas pelas quais o projeto do Porto Maravilha retoma a violência do passado colonial e da escravidão a partir de uma lógica de turismo, folclore e consumo. A primeira análise se ateve ao ideal de Pequena África. Tal categoria foi reescrita por movimentos negros que a associaram a lutas pela moradia e por espaço no imaginário da zona portuária e também por iniciativas como o Passados Presentes, que sugerem a presença de tais passados extrapolam limites geográficos e sobrevivem na cidade de diferentes formas, em diferentes lugares. Já o exemplo do IPN revela a dimensão da transversalidade do cotidiano: o privado se torna público, a história dos escravos africanos entra na vida de um

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

casal descendente de imigrantes europeus e a transforma. Um encontro produzido por uma contingência e com afeto, muito afeto.

E, para encerrar, este capítulo gostaria de lembrar dois momentos em que o Cais do Valongo foi palco e personagem de narrativas muito além das produzidas pela prefeitura. Pinheiro e Cordeiro (2016) analisam dois momentos em que rememorações da ancestralidade africana se deram no Cais. Em 2014, uma homenagem organizada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (Ipeafro) foi realizada para celebrar o aniversário de 100 anos de Abdias do Nascimento. Um cortejo com referências ao Teatro Experimental Negro, à Revolta da Chibata (1910), à cultura afro-brasileira e aos orixás e suas sagas tomou lugar no Cais. Oferendas e orações foram feitas nas escadarias. No mesmo ano, o evento "Herança Africana – intervenções urbanas no caminho do porto" celebrou outro personagem negro: o cineasta Zózimo Bulbul, com um cortejo saído da Pedra do Sal até o Cais conduzido por líderes religiosos de matriz africana.

Apesar de os documentos do Porto Maravilha, afirmam as autoras, indicarem para políticas de não esquecimento, é possível observar que as ações voltadas para a rememoração do passado lideradas pela revitalização estão pouco voltadas para a inclusão social e construção de relações que rompam com hierarquias desiguais que encontram continuidade neste mesmo passado. Já os dois exemplos estudados por elas mostram uma outra relação temporal, mostram que "[t]ornar algo visível pode ser um fazer que não exclua os mortos, o mundo espiritual e o tempo mítico – não endossando, assim, uma memória definida pelo tempo linear –, base do binômio ordem/progresso (Rocha e Eckert, 2005)" (Ibidem, p. 83).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

5
Considerações finais

Nós nem cremos que escravos outrora
Tenha havido em tão nobre País...
Hoje o rubro lampejo da aurora
Acha irmãos, não tiranos hostis.
Somos todos iguais! Ao futuro
Saberemos, unidos, levar
Nosso augusto estandarte que, puro,
Brilha, avante, da Pátria no altar!
Hino à Proclamação da República do Brasil (1890)

Em novembro de 2017, o Instituto Moreira Salles inaugurou a exposição *Conflitos: fotografias e violência política no Brasil (1889-1964)* no Rio de Janeiro. A mostra reuniu 338 fotografias de guerras, motins, revoltas e conflitos que ocorreram no país entre a Proclamação da República e o golpe militar. Imagens da história recente do Brasil, as fotografias desestabilizam o senso comum de que este é um país pacífico e harmônico. Nem as elites brasileiras são conciliadoras, como o debate freyreano parece sugerir, nem o povo brasileiro é tão dócil e inerte como é inúmeras vezes retratados. As imagens na exposição mostram, por um lado, que as elites estiveram em inúmeros momentos propensas a recorrer a armas e a violência quando viram seus privilégios ameaçados; e, por outro, que o povo brasileiro – diante de medidas de controle e exploração por parte do estado – se insubordinou e se rebelou muitas vezes, como ocorreu na Guerra de Canudos (1896-1897) e nas revoltas da Vacina (1904) e da Chibata (1910), estas duas últimas ocorridas na zona portuária do Rio de Janeiro, para citar apenas alguns dos levantes populares reunidos na mostra.

Mas, se por um lado, *Conflitos* – assim como esta dissertação – questiona o ideal de país pacífico, onde *todos* convivem harmonicamente; por outro, a exposição sugere que tipo de relação o Brasil tem construído com suas histórias. Imagens do passado recente do país, as fotografias chegaram a surpreender as próprias

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

historiadoras envolvidas na pesquisa para exposição[47]. Parece que algo permanece entre o hino da Proclamação da República que – menos de dois anos após a abolição da escravidão – canta "nem cremos que escravos outrora, tenha havido em tão nobre país" e os silêncios em relação às lutas populares e à violência de estado retratados nas imagens da história recente do Brasil. É impossível não reconhecer naquelas mesmas fotografias traços e semelhanças com o presente. O ideal de conciliação, portanto, parece ser construído – ainda que só em narrativas – pelo esquecimento e pelo rompimento brusco com o passado.

De outro modo, para além de sentimentos e impressões de continuidade, esta dissertação também partiu de uma sensação de ausência. Diante do número reduzido de textos que tratassem da dimensão pós-colonial brasileira no campo das Relações Internacionais, este trabalho tentou entender os efeitos de um país que se constrói a partir de uma narrativa ambígua, recorre ao encontro colonial e à mistura de raças, culturas e povos produzidos pela colonização para construir sua singularidade, ao mesmo tempo em que nega seu passado de ex-colônia, narrando-se repetidas vezes como "país do futuro". O recorte para esta pesquisa foram, na verdade, dois: a ótica do tempo e do espaço, de um lado, e a escolha pela análise da zona portuária do Rio de Janeiro, de outro. Espaço de fundação da cidade e também de contato com o internacional, o porto do Rio foi objeto da recente reforma do Porto Maravilha que foi narrada como uma grande oportunidade para o desenvolvimento da cidade e também do país. Neste sentido, seria ali que ficaria marcado o novo tempo do Rio global e a chegada do Brasil a um suposto progresso. O porto seria palco e vitrine deste *novo* tempo.

Para Boaventura de Sousa Santos (2003), o Brasil muitas vezes parece ser dividido entre aqueles que reclamam seu "excesso de passado" e os que denunciam o "excesso de futuro". Esta dualidade é, para Letícia Cesarino (2012), um dos reflexos do colonialismo interno, o processo que garantiu a continuidade de estruturas de poder colonial entre ex-metrópole e elites brasileiras. O passado permanece nas desigualdades sociais históricas que nunca parecem deixar o presente, enquanto o futuro se excede "na persistente expectativa de um dia se

[47] Ver depoimento da historiadora Heloisa Starling, uma das consultoras da mostra, para o Instituto Moreira Salles: https://www.youtube.com/watch?v=_GH2qAzZ-Xs&t=0s&index=5&list=PLC90FSGUmLhT4NophwYHNlzCW5SwlQpqX

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

tornar um país completamente desenvolvido e um ator global importante" (Ibidem, p. 97, tradução minha). Em artigo recente publicado no jornal Nexo, a historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz também fala desta aposta quase obsessiva no futuro ao tratar duas representações das Américas, uma no século XVI e outra no XVIII, a primeira de pintores europeus, a última de um brasileiro. Nelas, com frequência, a América era definida tanto por sua natureza tropical, quanto apresentada como uma grande novidade, a caçula dos continentes. Esta ideia de infância ou adolescência, do novo ainda a se tornar algo, Schwarcz afirma ser perpetuada até hoje nos discursos sobre o Brasil. "Essa era a alegoria da América no século 16, de uma certa América no 19, e do Brasil ainda nos dias de hoje. Um país que não se realiza no presente e por isso joga sempre as cartas fortes no futuro. Longínquo", escreve.

A partir da ideia de que toda narrativa de progresso precisa de um passado específico para legitimar um futuro único (Sousa Santos, 2010a), esta dissertação trabalhou a hipótese de que, no caso do Brasil e mais especificamente dos discursos sobre o Porto Maravilha, o passado eleito foi a noção de um país no qual todas as raças e culturas convivem harmonicamente. Neste sentido, as reformas feitas à ocasião das Olimpíadas no porto do Rio de Janeiro vieram incumbidas, no discurso oficial, da missão de *reencontrar o passado da cidade*. O que se pode perceber é que estes discursos trabalharam com a ideia de *reconciliação* com o passado a partir de uma relação temporal muito similar à evidenciada nas fotos no Instituto Moreira Salles, ou seja, uma que envolveria paradoxalmente um certo rompimento com o passado. A reconciliação narrada no Porto Maravilha, por sua vez, seria garantida a partir da transformação do passado colonial em alegoria, o que relegaria a violência intrínseca a este período a segundo plano. Toda lembrança envolve também esquecimento, mas chama atenção que repetidamente seja a violência a ser esquecida e uma suposta *festividade brasileira* a ser celebrada.

Uma vez identificados vínculos entre formas de conceber tempo e espaço, a perpetuação de uma narrativa romântica da colonização e um obstáculo para refletir e pensar sobre as violências aqui cometidas e perpetuadas, a dissertação sugeriu a figura do palimpsesto como metáfora para uma temporalidade que

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

admita tanto irrupções do passado no presente e no futuro quanto uma relação espaço-temporal que vá além da separação entre os dois fenômenos. Ao pensar a zona portuária como um palimpsesto, reconhece-se a multiplicidade de tempos e histórias que a formam. Ainda assim, a metáfora esbarra em um limite: não dá conta das relações de poder e hierarquias em jogo na disputa pelo tempo e pelo espaço. Neste sentido, a dissertação tentou trabalhar com um conceito de palimpsesto que admite que certas relações hierárquicas facilitam a visibilidade de algumas camadas em detrimento de outras. Não se trata, entretanto, de assumir a existência de posições fixas, mas de reforçar a centralidade de desigualdades históricas na construção e re-construção contínua da cidade do Rio de Janeiro. Em outras palavras, a figura do palimpsesto articulada neste trabalho revela tanto as diferentes camadas que formam o porto, suas sobreposições e rupturas, como devolve ao passado um dinamismo sem deixar de dar atenção a disputas de poder em torno das narrativas criadas e reproduzidas sobre o porto carioca. Se o passado é narrado por teorias modernas como *fait accompli*, com a noção de palimpsesto, ele é visto como capaz de irromper no presente e no futuro e se revelar um *constrangimento* ao ideal de nação harmônica, que tentou-se retomar durante as Olimpíadas.

Concepções modernas de tempo, por outro lado, também escondem uma relação particular com a diferença. Criar narrativas universais para a humanidade se mostra uma forma de homogeneização que sugere que a diferença deve ser evitada, punida e aniquilada. A partir de Naeem Inayatullah e David Blaney (2004), a dissertação observou esta forma de conceber a diferença tanto no ideal da sociedade moderna de estado, quanto nas obras do Porto Maravilha. Em ambos casos, o tratamento com a diferença parece ser o mesmo: controle e assimilação. Se, de fato, em teorias modernas de estado a pluralidade foi associada ao caos e, portanto, deveria ser extinta; no Porto Maravilha, o caos aparece relacionado a abandono e desordem, as diferentes e plurais histórias que formam o porto são, neste sentido, *administradas* a partir de seu desmembramento em tempos e lugares específicos. A herança portuguesa no Morro da Conceição, o futuro no Museu do Amanhã e o passado da escravidão reduzido a seis pontos no oficial Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana. Para

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

exemplificar o confinamento de tempos em espaços encerrados, estudou-se a sobreposição do Museu do Amanhã e navio-Casa de Portugal.

Em um movimento oposto, a dissertação costurou ao longo dos capítulos uma outra forma de conceber o tempo. Uma que indica para um futuro que não é mera repetição do presente ou asseguradamente a evolução do passado. O palimpsesto indica que suas camadas se revelam como regimes de visibilidades e invisibilidades. Por não ser fixo, a figura inclui ainda a possibilidade de mudança. Mas tal mudança se dá a partir do redescobrimento contínuo, da revisitação ou do simples reconhecimento de uma nova camada que irrompe por debaixo de outras e desloca seu desenho. Escavar o passado permite um *novo* desenho, que só é possível a partir de uma relação viva com os tempos idos. Para escavar é preciso olhar de novo, repensar, revisitar, tocar mais uma vez nestas camadas de outrora. É certo, no entanto, que muitas vezes o passado não está sob a terra, mas sim diante dos olhos ou em tropeços no caminho. O novo, portanto, não se constrói a partir do presente, não é o presente-futuro do Museu do Amanhã, argumentou-se. Ele está, ao contrário, mais próximo do que Bhabha (2012) definiu como iminência e, repito, "a aspiração de trazer a novidade (...) ao mesmo tempo em que se reconhece que em todo passado também existe a semente da novidade". E o passado nunca é o mesmo, ele aparece, some, reaparece sob outros olhares e outros ângulos. Depende, neste sentido, de quem e de onde se olha. E talvez seja o contínuo debruçar sobre ele e seus diferentes ângulos que possibilite enxergar as maneiras como questões históricas, tal qual a violência colonial e a escravidão, se deslocam e encontram continuidade na sociedade contemporânea brasileira. Manter o passado vivo não é ressuscitar a linha teleológica do progresso. Ao contrário, é assumir que dele surgem inesgotáveis narrativas e não apenas uma, para lembrar Sousa Santos.

Se o tempo e o espaço assumem posições centrais neste trabalho, uma outra parte da dissertação atentou para os cotidianos com seus múltiplos ritmos e tempos e na presença material destes passados na zona portuária. Deste movimento, surge o intuito de olhar para o cotidiano e seguir em seus passos, a partir de caminhadas pelas ruas do porto. Ao acompanhar circuitos turísticos a pé, tentei ver tanto tentativas de desmembramento do tempo no espaço, quanto sua impossibilidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

Afinal, ao analisarmos a sobreposição de circuitos, vemos como as histórias se misturam e se sobrepõem nas ruas, morros e esquinas da zona portuária. A categoria da Pequena África e as múltiplas narrativas em torno dela, por exemplo, revelam o papel central da escravidão e de movimentos negros na formação da zona portuária em diferentes momentos. Algo tão central e estruturante das disputas por tempo e espaço não pode, justamente por este seu caráter, ser localizado e restrito a *um período* e *a um lugar*.

Por outro lado, os caminhos intercalados com depoimentos de moradores e histórias tanto do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos, quanto do Cais do Valongo e das memórias em disputa no Morro da Conceição apontaram para duas formulações. Primeiro que intervenções como o Porto Maravilha alteram a circulação, criando novos fluxos, barreiras e circuitos na zona portuária. Em outras palavras, as obras ajudam a construir um novo regime de visibilidade, onde moradores são afastados e turistas são convidados a ocupar lugar de destaque, por exemplo. E, segundo, a presença tanto nas tentativas de criação de uma nova identidade para o porto quanto em discursos oficiais sobre Cais do Valongo e Morro da Conceição de esforços de estabilização de uma narrativa única. Ou seja, a produção de um consenso sobre cada uma dessas histórias e destes passados. De novo, a multiplicidade é esvaziada e vista como um impeditivo para a consolidação de uma memória específica.

A busca por estabilizações e por uniformidade, indicam Inayatullah e Blaney (2004), é um elemento central do desenho do internacional pensado a partir de teorias da modernização, uma lógica que reproduz diferença como problema a ser eliminado ou gerenciado. No encontro entre a imagem do Porto Maravilha e o desenho do internacional criticado pelos autores, esta dissertação chegou a uma outra imagem: o porto como retrato vivo do internacional. Mas, se as obras do projeto olímpico reiteraram o desejo pela homogeneização e repetiram discursos de controle, policiamento e estabilização da diferença; um outro internacional é sugerido pelos autores, um que entenda o espaço tal qual se pretendeu avançar aqui:

> (...) destacamos que espaços territoriais são historicamente construídos, envolvendo um conjunto de relações sociais e processos, e não uma

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

> categoria universal e fixa dentro de uma geometria euclidiana ou de uma cosmologia newtoniana (Agnew e Corbridge, 1995). Portanto, construções alternativas de espaço – como algo com sobreposições, heterogêneo e relativo – devem competir com visões modernas que subscrevem à mágica das linhas retas. (Ibidem, p. 191, tradução minha).

Tal noção de espaço, argumentou-se, envolveria ainda a construção de uma nova relação temporal, uma que devolve o dinamismo e a agência ao passado. O passado, de certo, não precisa sempre ser escavado. Ele está muitas vezes diante dos nossos olhos, mas não somos capazes de enxergá-lo. Para vê-lo, talvez seja necessário recuperar pensamentos que identifiquem as proximidades e co-constituições entre Eu e Outro; dentro e fora; passado, presente e possíveis futuros. "Ele [o passado] existe com recursos que são recuperáveis em uma prática crítica que coloca aspectos recessivos do Eu em diálogo tanto cultural quanto histórico com Outros." (Ibidem, p. 217, tradução minha).

O Porto Maravilha é a imagem do que permanece. Uma imagem que faz imagem de outras: lembrete do Brasil colônia, memória do Brasil império, signo da velha república, figuração da atualidade e um retrato de tudo isso, no contemporâneo; um contemporâneo que é violento, ambíguo, criativo e também potencialmente transformador. A sua visão é como a dos vestígios que estão diante de nós, em números, em jornais, nos ônibus, na zona portuária e em outras ruas do Rio de Janeiro. São imagens que só mostram aquilo que nelas podemos ver. Esta dissertação é um esforço de dar a ver ou, talvez, lançar um olhar inicial sobre alguns aspectos da condição pós-colonial brasileira. E, espera-se, um convite à revisitação dos múltiplos passados e histórias que *formam* a sociedade a que apressadamente chamamos de atual ou presente. Tentou-se contribuir ainda com a ressignificação de conceitos marcadamente europeus, como o palimpsesto e o flâneur, a partir de teorias pós-coloniais e decoloniais.

Por fim, a partir de um olhar atento para encontros na zona portuária, este trabalho revelou a reprodução de paradigmas do estado moderno na cidade do Rio e em suas articulações com o internacional, seja na virada do século XIX para o XX, seja nesta última busca por se tornar um Rio *global*. A dissertação abre, portanto, várias possibilidades de pensar as articulações entre estado brasileiro, a posição do país no sistema internacional e a reprodução de desigualdades históricas a partir

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

do olhar pós-colonial. Retomar a dimensão pós-colonial brasileira acaba se revelando uma outra forma de olhar para nossa história e, quem sabe, em estudos subsequentes, poder pensar uma sociedade menos cruel, menos violenta e menos certa de um futuro que existe como predestinação.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

6
Referências bibliográficas

Livros e artigos

AMARAL, A. L. **Vozes**. São Paulo: Editora Iluminuras, 2013.

AZEVEDO, A. N.; PIO, L. G. **Entre o porto e a história:** revitalização urbana e novas historicidades no porto do Rio de Janeiro com vistas às Olimpíadas de 2016. Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 8, n. 19, p. 185-208. set./dez. 2016.

BAUDELAIRE, C. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos:** um Haussmann tropical. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão e Editoração, 1992.

BENJAMIN, W. **A tarefa do tradutor**. In: BRANCO, L. C. (org.). A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008.

_____. **O flâneur**. In: Passagens. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

_____. **The Third Space:** Interview with Homi Bhabha. In: Rutherford, J. (Ed.) Identity, Community, Culture, Difference. Londres: Lawrence & Wishart, 1990.

BIGO, D.; WALKER, R.B.J. **Political Sociology and the Problem of the International**. Millennium: Journal of International Studies, vol. 35, nº3, pp. 725-739, 2007.

BIRMAN, P.; FERNANDES, A.; PIEROBON, C.. **Um emaranhado de casos:** Tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. MANA [online]. Vol. 20, nº 3, pp. 431-460, 2014.

BRENNER, N.; ELDEN, S. **Henri Lefebvre on State, Space, Territory**. International Political Sociology, vol. 3, nº4, pp. 353-377, 2009.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO. Lei Complementar nº102, de 23 de novembro de 2009. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/legislacao/LC101_-_23112009.pdf

CARDOSO, I. C. C.. **O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano**: uma "máquina de crescimento urbano"?. O Social em Questão, Ano XVI, nº 29, 2013.

CARMO, M. H.; ORTIZ, A. **"Meu Porto Maravilha":** A invenção de novas paisagens de cartão postal da cidade do Rio de Janeiro". Trabalho apresentado no XII Congresso ALAIC, Lima, Peru, 2014.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

CESARINO, L. **Brazilian Postcoloniality and South-South Cooperation:** A view from anthropology. Portuguese Cultural Studies, nº 4, 2012.

CHOWDHRY, G. **Edward Said and Contrapuntal Reading: Implications for Critical Interventions in International Relations**. Millennium: Journal of International Relations, v. 36, nº1, pp. 101-116, 2007.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO. Olimpíada Rio 2016, os jogos da exclusão. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung; taz.die tageszeitung; Terre des Hommes International Federation, 2015.

CORRÊA, M. L. **Quilombo da Pedra do Sal**. Belo Horizonte: FAFICH, 2016.

DAVIES, M. **Everyday Life as Critique:** Revisiting the Everyday in IPE with Henri Lefebvre and Postcolonialism. International Political Sociology, nº10, pp. 22-38, 2016.

DÉBORD, G. **Theory of the Dérive**. Internationale Situationniste n. 2 [1958], 2017. Disponível em: https://www.cddc.vt.edu/sionline/si/theory.html

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press, 2014.

ESTUDO DE IMPACTO DA VIZINHANÇA – EIV da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio, s/d. Disponível em: http://portomaravilha.com.br/estudos_vizinhanca

FASOLT, C. **Breaking up Time – Escaping from Time:** Self-Assertion and Knowledge of the Past. In: Breaking Up Time. Bristol: Vandenhoeck & Ruprecht, 2013.

FREYRE, G. **Casa-Grande e Senzala:** Formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. Recife: Global Editora, 2003.

GUIMARÃES, R. S. **O encontro mítico de Pereira Passos com a Pequena África:** Narrativas de passado e formas de habitar na zona portuária carioca. In: GONÇALVES, J. R.; GUIMARÃES, R. S.; BITAR, N. P. (orgs) . A alma das coisas. Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2013.

_____. **Patrimônios e conflitos de um afoxé na reurbanização da região portuária carioca**. MANA, vol. 22, nº2, pp. 311-340, 2016.

_____. **A arquitetura de um espaço de "salvação" em tempos de revitalização urbana na região portuária carioca**. Trabalho apresentado no 38º Encontro Anual da ANPOCS, em Caxambu, Minas Gerais, 2014.

GUMBRECHT, H. U. **Modernização dos sentidos.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1998.

HARTOG, F. **Regimes de historicidade:** presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2013.

HARTWIGER, A. G. **The Postcolonial Flâneur**: *Open City* and the Urban Palimpsest. In: Postcolonial Text, vol. 11, nº 1, 2016.

HUYSSEN, A. **Culturas do passado-presente:** modernismos, artes visuais e políticas de memória. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.

INAYATULLAH, N.; BLANEY, D. L. **International Relations and the Problem of Difference**. Routledge: Londres e Nova York, 2004.

_____. **Difference**. In: MHURCHÚ, A.N; SHINDO, R. (orgs.). Critical Imaginations in International Relations. Routledge: Londres e Nova York, 2016.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (Incra). **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação da Comunidade Remanescente do Quilombo da Pedra do Sal**. Rio de Janeiro, 2010.

IPHAN, PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Proposta de inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo na lista do Patrimônio Mundial**. Rio de Janeiro, 2016.

IZOTON, L**. As cidades e o agora**: a catástrofe entre tempos na metrópole carioca. Dissertação de mestrado. UFF, Departamento de Psicologia, 2015.

JAGUARIBE, B. **Imaginando a "cidade maravilhosa":** modernidade, espetáculo e espaços urbanos. Revista Famecos, Porto Alegre, v. 18, pp. 327-347, maio/agosto, 2011.

KAPOOR, I. **The Postcolonial Politics of Development.** Routledge: Londres e Nova York, 2008.

KIPFER, S. **Fanon and Space**: Colonization, Urbanization and Liberation from Colonial to the Global City. Environment and Planning D: Society and Space, v. 25, nº 4, pp. 701-726, 2007.

KRISHNA, S. **Globalization and Postcolonialism:** Hegemony and Resistance in the Twenty-First Century*.* Rowman & Littlefield: Lanham, Maryland, 2009.

____. **Race, Amnesia, and the Education of International Relations**. Alternatives, 26, pp. 401-424, 2001.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. **Reflections on the Politics of Space.** In: Brenner, N.; Elden, S. (orgs.). State, Space, World: Selected Essays. Mineápolis e Londres: University of Minnesota Press, 2009a.

_____. **Space**: Social Product and Use Value. State, Space, World: Selected Essays. Mineápolis e Londres: University of Minnesota Press, 2009b.

LEWIS, L. **Raça e uma nova forma de analisar o imaginário da nossa comunidade nação:** Da miscigenação freyriana ao dualismo fanoniano. Civitas, Porto Alegre, vol. 14, nº1, pp. e1-e10, jan-abr., 2014.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

LINEBAUGH, P.; REDIKER, M. **A hidra de muitas cabeças:** Marinheiros, escravos, plebeus e a história oculta do Atlântico revolucionário. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

LOPES, R. S.; FRAGALLE, N. P. **Rio Criativo**: o Porto Maravilha em questão. E-metropolis, set., ano 7, nº26, pp. 15-24, 2006.

MATTOSO, A. C. **O direito social ao lazer em perspectiva crítica:** desigualdades e democratização ao acesso. Dissertação de mestrado. PUC-Rio, Departamento de Direito, 2017.

MASSEY, D. **For Space**. Londres: Sage Publications, 2005.

_____. **Politics and Space/Time.** In: KEITH, M.; PILE, S. (eds.). Place and the Politics of Identity. Nova York e Londres: Routledge, 1993.

MUPPIDI, H. **The Colonial Signs of International Relations**. Londres: C. Hurst & Co., 2012.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro:** processo de um racismo mascarado. São Paulo: Perspectivas, 2016.

PAES, E. **Sem título**. In: MUSEU DO AMANHÃ. O amanhã é hoje: um giro pelos primeiros 365 dias. Rio de Janeiro: Museu do Amanhã, p.7, 2016.

PINHEIRO, M. L.; CARNEIRO, S. S. **Revitalização urbana, patrimônio e memórias do Rio de Janeiro**: Usos e Apropriações do Cais do Valongo. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 29, nº57, pp. 67-87, jan-abr, 2016.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. **Porto do Rio**, livro da exposição homônima. Rio de Janeiro, 2001.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.** In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2005.

____. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SOUSA SANTOS, B.; MENESES, M. P. (eds.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina Edições, pp. 73-129, 2010.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**. São Paulo: Editora 34, 2014.

____. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

RICHARDSON, T. (ed.). **Walking Inside Out:** Contemporary British Psychogeography (Place, Memory, Affect). Londres: Rowman & Littlefield, 2015.

ROSSONE DE PAULA, F. **Brazil Comes to the Future**: Living Time and Space in the International Order of Competition. Tese de doutorado, Virginia Polytechnic Institute and State Univerty, 2016.

SHIELDS, R. **Fancy Footwork:** Walter Benjamin's notes on *flânerie*. In: TESTER, K. (ed.). The *Flâneur*. Londres e Nova York: Routledge, 1994.

SMITH, L. T. **Decolonizing Methodologies**: Research and Indigenous Peoples. Londres e Nova York: Zed Books, 1999.

SOUSA SANTOS, B. **Entre Próspero e Caliban:** Colonialismo, Pós-colonialismo e Interidentidade. Novos Estudos CEBRAP, n. 66, jul., pp. 23-52, 2003.

_____. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Editora Cortez, 2010a.

_____.; MENESES, M. P. (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina Edições, 2010b.

SOUZA, M. J. **Fronteiras simbólicas** – espaço de hibridismo cultural, uma leitura de *Dois Irmãos*, de Milton Hatoum. Letrônica, Porto Alegre, jan/jun, vol. 7, pp. 475-489, 2014.

SUMMA, R. **Enacting everyday boundaries in Bosnia and Herzegovina:** disconnection, reappropriation and displacement(s). Tese de doutorado. PUC-Rio, Instituto de Relações Internacionais, 2016.

TESTER, K. **Introduction.** In: TESTER, K. (ed.). The Flâneur. Londres e Nova York: Routledge, 1994.

VASSALLO, S.; CICALO, A. **Por onde os africanos chegaram:** o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 21, nº 43, pp. 239-271, jan/jun, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma selvagem**. São Paulo: Cosac Naify, 2016.

VELASCO E CRUZ, M. C. **O porto do Rio de Janeiro no século XIX:** Uma realidade de muitas faces. Tempo. Revista do Departamento de História da UFF, nº 8, ago., pp. 1-18, 1999.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

VRASTI, W. **Volunteer Tourism in the Global South**: Giving Back in Neoliberal Times. Londres: Routledge, 2012.

WALKER, R.B.J. **Out of Line**: Essays on the Politics of Boundaries and the Limits of Modern Politics. Londres e Nova York: Routledge, 2016.

Filmes, documentários e vídeos

AS RUAS da República, por Heloisa Starling. Instituto Moreira Salles. Rio de Janeiro, Brasil, 2018.

CAIS do Valongo: ponto de partida para o circuito da Herança Africana no Rio. ONU Brasil. Rio de Janeiro, Brasil, 2014. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jOkyjURCafs

CRÔNICA da demolição. Direção: Eduardo Ades. Rio de Janeiro, Brasil, 2015.

#30 BIENAL entrevista Homi Bhabha. Bienal de São Paulo. São Paulo, Brasil, 2012. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ym2dPYqIvmA

MEMÓRIAS do esquecimento. Direção: André Cicalo. Rio de Janeiro, Brasil, 2008.

OUTRAS Áfricas. Direção: André Cicalo. Rio de Janeiro, Brasil, 2016.

PORTO empreendedor. Porto Maravilha. Rio de Janeiro, Brasil, 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=lJnwpp5N76w.

DEPOIMENTO da professora Heloisa Starling. Rio de Janeiro, Brasil, ANO. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_GH2qAzZ-Xs&t=0s&index=5&list=PLC90FSGUmLhT4NophwYHNlzCW5SwlQpqX

Notícias e artigos em jornal

AIMÉE, M. Sol à Rodrigues Alves. **Site do Porto Maravilha**. Rio de Janeiro, 26/11/2013. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/noticiasdetalhe/3936

ALFANO, B. Só dá onda na Praça Mauá: pular na Baía de Guanabara vira febre entre meninos do Centro. **Jornal Extra**. Rio de Janeiro, 6/12/2015. Disponível em: https://extra.globo.com/noticias/rio/so-de-onda-na-praca-

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

maua-pular-na-baia-de-guanabara-vira-febre-entre-os-meninos-do-centro-18224894.html

BRANDÃO, M.; FERRO, M. Com o fim dos Jogos, maioria das casas vai fechar. **O Globo**. Rio de Janeiro, 20/8/2016. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/com-fim-dos-jogos-maioria-das-casas-vai-fechar-as-portas-19961549

DAFLON, R. O Porto Maravilha é negro. **Agência Pública**. Rio de Janeiro, 19/7/2016. Disponível em: https://apublica.org/2016/07/o-porto-maravilha-e-negro/

DAL PIVA, J. Visões distintas da marca que as Olimpíadas devem deixar no Rio. **O Globo**. Rio de Janeiro, 6/10/2012. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/visoes-distintas-da-marca-que-as-olimpiadas-devem-deixar-no-rio-6311939

G1 Rio. Rio ganha nesta quinta-feira o Museu do Amanhã, na Praça Mauá. **G1**. Rio de Janeiro, 17/12/2015. Disponível: http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/12/rio-ganha-nesta-quinta-museu-do-amanha.html

PASHA-ROBINSON, L. Valongo Wharf: Rio de Janeiro 'slave harbour' becomes UNESCO World Heritage Stie. **Independent**. 10/9/2017. Disponível em: https://www.independent.co.uk/news/world/americas/valongo-wharf-rio-de-janeiro-slave-port-unesco-world-heritage-site-brazil-a7833321.html

PÔSSA, N. Navio Escola Sagres é a sede da Casa de Portugal na Olimpíada. **Radioagência Nacional.** Rio de Janeiro, 11/8/2016. Disponível em: http://radioagencianacional.ebc.com.br/geral/audio/2016-08/navio-escola-sagres-e-sede-da-casa-de-portugal-na-olimpiada

RICHARDSON, C. "Trump Towers Rio still hasn't been built and the residents it pushed out couldn't be happier". **Vice News**. Rio de Janeiro, 13/2/2017. Disponível em: https://news.vice.com/en_ca/article/evaed4/trump-towers-rio-still-hasnt-been-built-and-the-residents-it-pushed-out-couldnt-be-happier

SCHWARCZ, L. "A alegoria dos 4 continentes, ou como ser para sempre o país do futuro". **Nexo**. Brasil, 7/5/2018. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/colunistas/2018/A-alegoria-dos-4-continentes-ou-como-ser-para-sempre-o-pa%C3%ADs-do-futuro

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA

TABAK, F. Em campanha, Paes tenta vincular sua imagem às transformações feitas por Pereira Passos. **O Globo**. Rio de Janeiro, 9/7/2012. Disponível em: https://oglobo.globo.com/rio/em-campanha-paes-tenta-vincular-sua-imagem-as-transformacoes-feitas-por-pereira-passos-5433676

Sites oficiais

Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos: pretosnovos.com.br
Marinha NRP Sagres: http://sagres.marinha.pt/pt
Museu do Amanhã: www.museudoamanha.org.br
Porto Maravilha: http://portomaravilha.com.br/
Projeto Passados Presentes – Memória da Escravidão no Brasil: passadospresentes.com.br

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 1612106/CA